
SCIENTIA
INTERNATIONAL PRESS
CLAEC
Editora
HISTÓRIA, CULTURA E POLÍTICA
ORGANIZAÇÃO: MICHEL GOULART DA SILVA

SCIENTIA
INTERNATIONAL PRESS
CLAEC
Editora

HISTÓRIA, CULTURA E POLÍTICA



SCIENTIA INTERNATIONAL PRESS

Publicação científica em acesso aberto

Scientia.International, S.L.U. (Espanha)
Scientia International Inova Simples (I.S.) (Brasil)

DIREÇÃO EDITORIAL

Diretor Executivo (CEO) e Editor-Chefe
Bruno César Alves Marcelino

CONSELHO EDITORIAL

África
Jean-Christophe Boungou Bazika — Centre for Analysis and Political Economy Research, Congo
Adebayo O. Olukoshi — University of the Witwatersrand, África do Sul
Ringo Benjamim Vitor — Universidade Púnguè, Moçambique

Ásia
Abhishek Kumar — Indian Institute of Technology, Índia

Europa
Isabel Barros Dias — Universidade Aberta, Portugal
Rafael Diego Macho Reyes — AVOS Tech, Espanha
Madalena Perestrelo de Oliveira — Universidade de Lisboa, Portugal
Sandra Santasusagna — MEDSIR, Espanha

América do Norte
Weldy Saint-Fleur — Université de Sherbrooke, Canadá

América do Sul
Éder Tadeu Gomes Cavalheiro — Universidade de São Paulo, Brasil
Michel Goulart da Silva — Instituto Federal Catarinense, Brasil
Antonio Angelo Missiaggia Picorone — Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



SCIENTIA GLOBAL EDITIONS

CLAEC e-Books
Selo editorial de cooperação internacional

Scientia Global Editions: CLAEC e-Books é um selo editorial de cooperação internacional entre a Scientia International Press e a Editora CLAEC, voltado à publicação de obras científicas digitais em acesso aberto, com circulação multilíngue, atribuição de identificadores digitais e valorização da produção acadêmica em perspectiva global.
O selo articula a atuação internacional da Scientia International Press, divisão editorial da Scientia International, com a trajetória editorial da Editora CLAEC, vinculada ao Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura. Essa cooperação tem como objetivo ampliar a difusão do conhecimento científico, fortalecer a internacionalização de autores e obras, promover o acesso aberto e reduzir barreiras linguísticas na circulação acadêmica.
As obras publicadas pelo selo podem incluir publicação bilíngue ou multilíngue, metadados editoriais em diferentes idiomas, ISBN, DOI para a obra completa e/ou DOI individual para capítulos, conforme a natureza de cada publicação e os critérios editoriais definidos pelas instituições parceiras.

EQUIPE EDITORIAL EXECUTIVA DO SELO

Editor-Chefe e CEO da Scientia International
Me. Bruno César Alves Marcelino
Scientia International Press

Editor-Chefe Adjunto
Dr. Lucas da Silva Martinez
Editora CLAEC

Editora-Executiva
Lic. Jéssica Biltches Costa
Editora CLAEC

Editora-Assistente
Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora CLAEC

Projeto gráfico e diagramação
Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora CLAEC

Capa
Ma. Gloriana Solís Alpízar
Scientia International Press

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Scientia International Press
Divisão editorial da Scientia International

Editora CLAEC
Vinculada ao Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura



© 2026 · Scientia Global Editions: CLAEC e-Books

Scientia International Press (Espanha) · Editora CLAEC (Brasil)

Obra publicada em acesso aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). É permitida a reprodução, a distribuição e a adaptação em qualquer meio ou formato, desde que sejam atribuídos os devidos créditos à autoria e à edição e indicadas eventuais alterações. Os direitos autorais são mantidos pelos autores.

CRÉDITOS EDITORIAIS

Organização: Michel Goulart da Silva

Revisão final: Bruno César Alves Marcelino

Diagramação: Valéria Lago Luzardo

Capa: Gloriana Solís Aspízar

Produção, metadados e publicação digital: Scientia International Press · Editora CLAEC

ISBN: Espanha — 978-84-09-88510-7

DOI: https://doi.org/10.56365/pwj4n362

Disponível em: https://press.scientia.international/press/catalog/book/2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

História, cultura e política / organização Michel Goulart da Silva. – 1. ed. – Murcia: Scientia Global Editions: CLAEC e-Books, 2026. PDF.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN (Espanha) 978-84-09-88510-7
1. Política internacional. 2. Arte. 3. Conservadorismo. 4. Ideologia I. Título.

CDD: 320.9

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.



SUMÁRIO

Apresentação
Michel Goulart da Silva — 6

Os comunistas e a questão dos países coloniais e semicoloniais
Michel Goulart da Silva
doi 10.56365/g65m1706 — 8

A "guerra fria" do Médio Oriente: hegemonia, opressão e resistência – A primazia da liderança regional saudita e a resistência ideológica iraniana
Heloah Pereira Carvalhaes
doi 10.56365/xne4kx31 — 15

Dinâmicas emocionais e resistência política na política de guerra: contribuições a partir dos conflitos do Oriente Médio
E. V. Achusmada, Aswathy Gopi
doi 10.56365/fnxmbq18 — 28

Karl Marx de batina? A Teologia da Libertação no Brasil da década de 1980
Sérgio Luís Simeão Silva, Pedro Pio Fontineles Filho
doi 10.56365/gg2a8e09 — 45

Expressionismo e estética gótica em *Vincent*, de Tim Burton: uma análise intericônica
Adriano Charles da Silva Cruz, Justino Batista Pereira Neto
doi 10.56365/xbk2kv35 — 58

"Eu também fui aquele rocker de esquerda, contra o sistema...": masculinidade cúmplice branca, hipermasculinidade performada, neoconservadorismo e *heavy metal* em ambientes digitais da cena heavy metal de Belém-PA durante o governo Bolsonaro (2019-2022)
Bernard Arthur Silva da Silva
doi 10.56365/xbs9q280 — 72

Apresentação

Michel Goulart da Silva

O e-book *História, cultura e política* reúne trabalhos que discutem temas relacionados à política e à cultura a partir de uma perspectiva histórica. Os textos problematizam questões referentes à política nacional e internacional e suas reverberações ideológicas e subjetivas. São problematizadas também questões relacionadas à organização política e à luta de classes. Além disso, destaca-se a relação entre arte e política e como esses fenômenos podem ser interpretados por diferentes áreas do conhecimento.

No primeiro texto, "Os comunistas e a questão dos países coloniais e semicoloniais", discute-se o processo de organização política e de elaboração teórica dos comunistas nos países coloniais e semicoloniais, na década de 1920. No texto procura-se mostrar a influência da revolução na Rússia, no ano de 1917, e da fundação da Internacional Comunista, em 1919.

O capítulo "A 'Guerra Fria' do Médio Oriente: hegemonia, opressão e resistência — a primazia da liderança regional saudita e a resistência ideológica iraniana" propõem a analisar a disputa pela hegemonia no Golfo Pérsico/Arábico, caracterizada como uma "Guerra Fria" regional, entre a Arábia Saudita e o Irã. O texto investiga como a hegemonia saudita — impulsionada pelo fenômeno do "Momento do Golfo" e pela necessidade de estabilidade regional para o sucesso da Vision 2030 — confronta a resistência ideológica iraniana materializada no chamado "Crescente Xiita".

No capítulo "Dinâmicas emocionais e resistência política na política de guerra: contribuições a partir dos conflitos do Oriente Médio" investiga-se a influência da dinâmica emocional na formação da resistência política em tempos de guerra, particularmente no contexto dos conflitos no Oriente Médio. O texto discute emoções como raiva, humilhação, luto, medo, esperança e solidariedade, e como elas derivam da compreensão de como diferentes comunidades dentro da região interpretam a opressão, se mobilizam coletivamente e mantêm a resistência a longo prazo, bem como das explicações militares e geopolíticas desses comportamentos. O capítulo também enfatiza as consequências psicológicas e emocionais de conflitos prolongados, destacando o trauma, a resiliência e os impactos na saúde mental.

Em "Karl Marx de batina? A Teologia da Libertação no Brasil da década de ", apresenta-se uma reflexão sobre as disputas entre forças progressistas e conservadoras relacionadas ao Concílio Vaticano II (1962-1965) e procura analisar o movimento das ideias políticas e religiosas no Brasil da década de 1980 influenciadas por esse debate. Dentro dessa análise e da construção de um quadro histórico sobre o Concílio Vaticano II, procura-se discutir os avanços, as contradições e a continuidade do debate sobre a questão

social na sociedade brasileira, fortemente influenciada, desde o período colonial, pelo catolicismo romano.

O texto "Expressionismo e estética gótica em *Vincent*, de Tim Burton: uma análise intericônica" analisa como o curta-metragem *Vincent* (1982), de Tim Burton, mobiliza ecos visuais do expressionismo alemão e da estética gótica por meio de processos intericônicos que articulam memória visual e cultura cinematográfica. Neste capítulo, realiza-se uma análise fílmica do curta buscando evidenciar como suas imagens reativam esse repertório visual na construção do universo imaginário do protagonista.

No último capítulo, sob o título ""Eu também fui aquele rocker de esquerda, contra o sistema...': masculinidade cúmplice branca, hipermasculinidade performada, neoconservadorismo e *heavy metal* em ambientes digitais da cena *heavy metal* de Belém-PA durante o governo Bolsonaro (2019-2022)", analisam-se a letra da música, entrevistas gravadas, entrevistas para revistas, páginas de redes sociais ("Mundo Metal" do Facebook), comentários nos YouTube e Facebook. Mostra-se como em "Ditador do Metal" (2020), videoclipe do canal do You Tube de R.Bala, líder da Stress, banda precursora do *heavy metal* nacional, a produção audiovisual da cena *heavy metal* de Belém-PA, em grande medida, é constituída por uma masculinidade cúmplice branca heterossexual classe média/média alta.

Essa diversidade de textos e temas permite investigar como o fenômeno da cultura se relaciona com as tensões econômicas e políticas da sociedade. Mostra-se, ademais, de que forma os debates ideológicos se assentam sobre os mais diversos fenômenos, ao longo da história e em diferentes sociedades.



CAPÍTULO 1

Os comunistas e a questão dos países coloniais e semicoloniais

Michel Goulart da Silva

doi 10.56365/g65m1706

Entre novembro e dezembro de 1922, a Internacional Comunista (IC) realizou seu 4º congresso, marcado por uma série de debates que giravam em torno das mudanças na conjuntura mundial e das diferentes formas da aplicação da tática de frente única, além da questão negra, mulheres, educação, entre outros. Outro tema de grande relevância discutido no congresso foi a questão dos países coloniais e semicoloniais, diante do processo de organização dos comunistas que vinha se desenvolvendo na Ásia e na África. Seriam indício da modificação na base social do movimento revolucionário desses países, segundo resolução da IC:

> Os seguintes fatos o demonstram: 1º) o fracasso do tratado de Sevres, que tinha por objetivo o desmembramento da Turquia e a restauração da autonomia nacional e política desta; 2º) um forte recrudescimento do movimento nacionalista e revolucionário na Índia, na Mesopotâmia, no Egito, em Marrocos, na China e na Coréia; 3º) a crise interna sem saída em que o imperialismo japonês está comprometido, crise que provocou o rápido incremento dos elementos da revolução democrático-burguesa e a passagem do proletariado japonês para uma luta de classes autônoma; 4º) o despertar do movimento operário em todos os países orientais e a formação de partidos comunistas em quase todos esses países (Internacional Comunista, 1977, p. 223).

De forma mais ampla, esse congresso esteve marcado pela análise do refluxo na onda revolucionária que havia marcado a conjuntura posterior à Revolução Russa e que havia sido o principal impulso para a construção na própria IC. Foram derrotadas as revoluções na Alemanha e na Hungria, em 1919, e outras lutas não chegaram a ameaçar o poder da burguesia, como o processo travado na Itália. Esses processos foram derrotados devido, em grande medida, ao peso político das organizações operárias reformistas e, também, pela debilidade política e organizativa dos próprios comunistas.

O congresso da IC observa que, apesar dos limites políticos das direções reformistas, os partidos oriundos da Segundo Internacional ainda mantinham forte presença política em diferentes países, inclusive onde tinham abertamente se posicionado contra a revolução, como na Alemanha. Por outro lado, diante do refluxo do movimento revolucionário, os capitalistas avançaram em sua ofensiva, materializado, entre outros processos, no Putsch-Kapp, em março de 1920, na Alemanha, e na própria marcha sobre Roma organizada pelos fascistas, em 28 de outubro de 1922. Em sua resolução, a IC assim caracterizou a situação:

> [...] sob impacto do ataque capitalista em curso, uma espontânea demanda pela unidade despertou entre os trabalhadores, que literalmente não pode ser contida. Essa demanda é acompanhada de um crescimento gradual da confiança entre amplos setores das massas trabalhadoras em relação aos comunistas (Internacional Comunista, 1977, p. 191-192).

Esse foi o contexto no qual a IC propôs a tática da frente única, chamando à unidade os demais partidos operários

e até mesmo as organizações internacionais, em torno de um programa mínimo de interesse dos trabalhadores. Na resolução sobre frente única, a IC apontava que "setores significativos da classe trabalhadora que pertencem a velhos partidos sociais-democratas não mais estão felizes com a campanha centrista e social-democrática contra a vanguarda comunista" (Internacional Comunista, 1977, p. 192). Contudo, também aponta a IC, que

> [...] eles ainda não desistiram de suas crenças nos reformistas. Camadas significantes ainda apoiam partidos da Segunda Internacional e da Internacional de Amsterdam. Estas massas trabalhadoras não formulam seus planos e demandas com precisão, mas de forma geral seu novo estado de ânimo pode ser remetido ao desejo de estabelecer uma frente única (Internacional Comunista, 1977, p. 192).

Um dos desdobramentos da tática da frente única se expressou na organização das lutas nos países coloniais e semicoloniais, que, diferente da Europa, não tinham uma grande trajetória de movimento operário. O tema dos países dominados pelo imperialismo ganhou maiores proporções diante do avanço das lutas e das organizações fora da Europa. Com isso, a IC tentava construir

> [...] uma alternativa para superar o isolamento da Rússia Soviética, com o refluxo dos movimentos revolucionários na Europa, por meio dos movimentos emancipacionistas dos Países do Oriente, que potencialmente poderiam vir a se constituir em um elemento fundamental para romper o cerco em que a revolução no Ocidente estava mergulhada (Mazzeo, 2008, p. 92).

O tema foi discutido no II Congresso da IC, realizado em 1920. Participaram desse congresso, "pela primeira vez, delegados que representam as organizações comunistas que começam a criar-se nas colônias e semicolônias" (Claudín, 1985, p. 218). O debate dialogava com as contribuições teóricas de Lenin, o qual

> [...] argumentava que para as massas oprimidas não haveriam condições de combater a exploração sem, ao mesmo tempo, combater a cadeia imperialista mundial, isto é, as lutas de libertação nacional para serem vitoriosos teriam de ser, ao mesmo tempo, anti-imperialistas, de caráter proletário e socialista (Mazzeo, 2008, p. 92-93).

Em setembro de 1920, a IC realizou o primeiro congresso dos povos do Oriente, também chamado de Congresso de Baku, realizado no Azerbaijão, reunindo 1.891 delegados de diferentes regiões da Ásia. O congresso significou "o começo de um longo desenvolvimento, de uma guinada na história do Oriente, em particular, e de um movimento de nacionalidade que se apoiava historicamente na revolução russa" (Broué, 2007, p. 228). O documento final do congresso defendeu a extinção da "divisão dos países em avançados e atrasados, dependentes e independentes, metrópoles e colônias" e "de todas as formas de opressão de um povo

pelo outro, e todas as formas de exploração do homem pelo homem" (Pearce, 1977, p. 172). O documento, considerando a situação colonial ainda vigente na época, está bastante voltando no combate "contra o opressor secular de todos os Povos do Oriente - contra a Grã-Bretanha imperialista" (Pearce, 1977, p. 172).

O congresso teve desdobramentos nos anos seguintes, como a realização de um novo congresso. Primeiro foi realizada uma reunião preliminar em Irkutsk, no final de 1921. Depois, em 21 de janeiro de 1922, tece início o congresso propriamente, em Moscou, no qual "o grosso dos delegados são chineses (42), japoneses (14) e os coreanos (52). Mas há também mongóis, javaneses, filipinos, em menor número é verdade" (Broué, 2007, p. 358).

Esses encontros tiveram como pano de fundo o processo de organização dos comunistas nesses países. Em 1920, foram fundados partidos comunistas na Palestina, no Irã e na Turquia. Entre 1920 e 1922, processos de luta e de organizações dos trabalhadores se desdobravam na África, em especial no Egito, na Argélia, na Tunísia, além de outras regiões da Ásia, como Iraque e Índia. Esse processo se deu a partir de uma política consciente da IC. No que se refere à África, "os contatos foram buscados essencialmente nas metrópoles dos impérios coloniais, particularmente em Londres e em Paris, onde se encontram depois da guerra estudantes e trabalhadores originários das colônias" (Broué, 2007, p. 361). No que se refere à Ásia, a IC se encontrava "num terreno novo, virgem de toda tradição social-democrata certamente, mas também de toda tradição propriamente operária" (Broué, 2007, p. 362).

Por conta do avanço da dinâmica de lutas, a China acabou ganhando maior atenção por parte da IC. O país passava por intensas agitações desde o processo conhecido como Revolução Xinhai ou Revolução Hsinhai, entre outubro de 1911 e fevereiro de 1912. Esse processo levou à derrubada da dinastia Qing e ao estabelecimento da República da China. Naquele contexto,

> [...] a China foi sacudida pela Revolução de Outubro, enquanto revolução e despertar nacional. Ela vivia, havia muitos anos, logo depois de sua primeira revolução, um extraordinário movimento intelectual e cultural em que se exprimiam as profundas aspirações a uma sociedade democrática e livre rompendo com a China rotineira e subserviente que se acreditava o "Império do Meio" e que alguns clamavam ainda a grandeza e a superioridade (Broué, 2007, p. 345).

Em 1918, ainda que de forma bastante incipiente, começaram as primeiras ações no sentido de organização dos comunistas na China. O congresso da fundação do Partido Comunista Chinês foi realizado em julho de 1921, com 13 delegados, representando cerca de 70 militantes. O PCCh se torno um dos mais importantes partidos comunistas da região, ainda na década de 1920.

Em 1921, no quarto Congresso da IC foi aprovada a resolução conhecida como "Teses gerais sobre a questão

do Oriente". O documento partia do entendimento de que havia o "enfraquecimento da influência do capitalismo sobre as colônias" e "a rivalidade crescente dos diversos grupos imperialistas", teriam facilitado "o desenvolvimento do capitalismo nativo nos países coloniais e semicoloniais" (Internacional Comunista, 1977, p. 224). Diante disso, entende que "a reivindicação de uma autonomia nacional e econômica levantada pelo movimento nacionalista colonial é a expressão da necessidade de um desenvolvimento burguês sentido por estes países" (Internacional Comunista, 1977, p. 224). Observa-se, ademais, que, "nestes países, o capitalismo surgiu e desenvolveu-se sobre uma base feudal, tomou formas incompletas, transitórias e bastardas, que deixam a preponderância, especialmente, ao capital comercial e usurário" (Internacional Comunista, 1977, p. 225).

O documento, partindo da ideia de desenvolvimento desigual e combinado, derruba a ideia de pensar a revolução em termos meramente nacionais, como posteriormente veio a propor o stalinismo. Destaca-se, dessa forma, retomando uma das bases da teoria da revolução permanente, a incapacidade de a burguesia encabeçar um processo de transformação social, se limitando à defesa de seus próprios interesses materiais. Em seu documento, afirma a IC: "as classes dirigentes destes países coloniais e semicoloniais não têm nem a capacidade nem o desejo de dirigir a luta contra o imperialismo, à medida que esta luta se transforma em um movimento revolucionário de massas" (Internacional Comunista, 1977, p. 225).

O tema das direções desses processos também é discutido a partir das particularidades oriundas dos diferentes processos econômicos e históricos de cada país. Segundo a IC, isso

> [...] manifesta-se na diversidade de movimentos nacionalistas revolucionários dirigidos contra o imperialismo e reflete os diversos níveis de transição entre as correlações feudais, feudal-patriarcais e o capitalismo. Esta diversidade confere um aspecto particular à ideologia destes movimentos (Internacional Comunista, 1977, p. 224).

Contudo, apesar dessa diversidade, segundo a IC, os comunistas deveriam participar ativamente desses movimentos, ainda que mantendo sua independência política. No documento, afirma-se que a IC

> [...] não perde de vista que somente uma linha revolucionária consequente baseada na participação das grandes massas, na luta ativa e na ruptura sem reserva com todos os partidos da colaboração com o imperialismo, pode levar as massas oprimidas à vitória (Internacional Comunista, 1977, p. 226).

Nesse sentido, de um ponto de vista estratégico, aponta que a luta nesses países não pode estar presa aos limites da perspectiva burguesa:

> As tarefas objetivas da revolução colonial superam o marco da democracia burguesa. Com efeito, sua vitória decisiva é incompatível com o domínio do imperialismo mundial. De início, a burguesia nativa e os intelectuais nativos assumem o papel de pioneiros dos movimentos revolucionários coloniais, mas a partir do momento em que as massas proletárias e camponesas incorporam-se a tais movimentos, os elementos da grande burguesia e da burguesia latifundiária se apartam, deixando a iniciativa aos interesses sociais das camadas inferiores, do povo (Internacional Comunista, 1977, p. 229).

Como desdobramento dessa política, defende-se a ideia de uma frente única anti-imperialista, esclarecendo assim:

> O oportuno desta consigna está condicionado pela perspectiva de uma luta a longo prazo contra o imperialismo mundial, luta que exige a mobilização de todas as forças revolucionárias. Esta luta é tão mais necessária devido às classes dirigentes nativas serem propensas a comprometerem-se com o capital estrangeiro, e seus compromissos atacarem os interesses primordiais das massas populares (Internacional Comunista, 1977, p. 231).

Os trabalhadores não poderiam ter ilusões na direção burguesa, ainda que fosse preciso ações táticas no processo revolucionário. Segundo a IC, a consigna da frente única anti-imperialista "contribuirá também para desmascarar as dúvidas e incertezas dos diversos grupos do nacionalismo burguês" (Internacional Comunista, 1977, p. 231). Os comunistas, dessa forma, deveriam mobilizar e organizar o movimento operário no sentido de "conquistar uma posição como fator revolucionário autônomo na frente anti-imperialista comum" (Internacional Comunista, 1977, p. 231-232).

Depois do fim da Segunda Guerra, as lutas pela independência ganharam força nos países coloniais e semicoloniais. Constituiu-se um momento de afirmação do nacionalismo dos povos oprimidos, fortalecendo a solidariedade internacional entre essas nações. Nesse processo, observa-se que

> [...] os abalos políticos de pós-guerra e a onda nacionalista não se limitaram ao Orient Médio e à Ásia Central. África do Norte foi outro grande palco da emergência nacional árabe nesse período. Seu marco político foi condicionado pelo desfecho e pelos desdobramentos da guerra mundial: por trás da fachada da vitória comum dos aliados contra o nazismo, em todo o mundo árabe-islâmico os elementos da "guerra fria" começaram a se desenhar já no decorrer da própria guerra (Coggiola, 2018, p. 244).

Essa mobilização ganhou contornos políticos internacionais. Realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, a Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, reuniu um conjunto de 29 nações asiáticas e africanas recém-independentes ou em processo de descolonização. O grupo reunido em Bandung incluía países com governos nacionalistas, como Egito, e dissidentes do bloco soviético, como a China. Essa diferença entre os países presentes se mostra também no fato de o

Japão, um país capitalista industrializado, ter participado da conferência. Os países participantes entendiam "que a base de sua política mútua seria a rejeição do colonialismo e do imperialismo" (Okoth, 2025, p. 27). Sua perspectiva estratégica passava pela cooperação entre os países com passado colonial e pela defesa de sua autonomia econômica e política.

Contudo, essas ideias se mostram limitadas e, até mesmo, conciliadoras à dominação imperialista. Os governos nacionalistas, ainda que tenham realizado políticas de estatização ou de investimento em infraestrutura interna, promovendo também uma colaboração mútua, não foram capazes de romper nem a lógica imperialista nem os limites da coexistência pacífica defendida pelo stalinismo. Diante da estagnação dos processos políticos nesses países, em meio à crise econômica em âmbito mundial "as burguesias nacionais, que haviam liderado a libertação nacional, foram cooptadas, depostas ou assassinadas" (Okoth, 2025, p. 32).

Evidencia-se a correção da interpretação acerca desses processos por parte da IC, ainda na década de 1920. O desenvolvimento econômico de qualquer país está atrelado aos interesses do imperialismo. Um país dominado pode fazer parte da cadeia produtiva em âmbito internacional, mas não dominar plenamente a tecnologia empregada e muito menos será o centro da produção internacional, papel reservado aos países imperialistas.

Embora o imperialismo tenha novos elementos, substituindo a exploração colonial dos Estados por formas de domínio do capital financeiro, a compreensão expressa pela IC sobre o capitalismo e a dominação econômica continuam atuais. Seguem vigentes também as tarefas dos trabalhadores e seu processo de organização tanto dentro de cada país como em âmbito internacional.

Referências

BROUÉ, P. **História da Internacional Comunista**. São Paulo: Sundermann, 2007.

CLAUDÍN, F. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Global, 1985.

COGGIOLA, O. **Breve história dos países árabes e islâmicos**. São Paulo: Livraria de Física, 2018.

INTERNACIONAL COMUNISTA. **Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista**. 2. ed. México: Pasado y Presente, 1977.

MAZZEO, A. C. Lenin e a Internacional Comunista na questão do Oriente. ***In***: DEL ROIO, M. (org.). **Marxismo e Oriente**: quando as periferias tornam-se centros. Marília: Oficina Universitária, 2008.

OKOTH, K. O. **África Vermelha**. São Paulo: Boitempo, 2025.

PEARCE, B. (ed.). **Congress of the Peoples of the East**: Baku, September 1920 (stenographic report). London: New Park, 1977.

Sobre o autor

Michel Goulart da Silva – Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC. Atua no Instituto Federal Catarinense (IFC). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3281-3124.



CAPÍTULO 2

A “guerra fria” do Médio Oriente: hegemonia, opressão e resistência

A primazia da liderança regional saudita e a resistência ideológica iraniana

Heloah Pereira Carvalhaes

doi 10.56365/xne4kx31

Introdução

A região do Golfo Pérsico/Arábico detém cerca de dois terços das reservas mundiais de petróleo. Por isso, o jogo de soma zero deve ser analisado de forma a evidenciar o que entra em risco a partir das disputas locais: não se trata apenas de uma questão diplomática focada na disputa pela hegemonia, mas de um fator capaz de desestabilizar toda a economia mundial. A raiz desse conflito moderno nasce das cinzas de impérios antigos[1] e, sobretudo, da intervenção ocidental nas dinâmicas regionais.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, com a dissolução do Império Otomano, potências como a Grã-Bretanha e a França assumiram o controle da região e redesenharam a política externa desses atores conforme seus interesses comerciais, buscando deter o controle total das reservas petrolíferas. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos entravam em cena. Com o Império Britânico exaurido, assim como grande parte da Europa ocidental, o Plano Marshall[2] permitiu que Washington assumisse o papel de potência principal no Golfo. Com isso, o petróleo seria a fonte inesgotável e barata de energia que sustentaria os empréstimos americanos destinados a Europa naquele momento. Ademais, vale lembrar que era de interesse prioritário dos americanos que essa estratégia funcionasse como barreira à expansão da influência soviética na região, pelo contexto da Guerra Fria.

Nos anos 1950, o Irã buscou sua emancipação sob a liderança de Mohammad Mossadegh, que nacionalizou a indústria petrolífera do país em 1951. Para os interesses de Washington, este passo representou um revés estratégico, visto que a afronta veio de um de seus aliados mais rentáveis. Com isto, a resposta americana chegou dois anos depois através da Operação AJAX (1953)[3], um golpe que depôs Mossadegh e entregou estrategicamente o poder absoluto ao Xá Mohammad Reza Pahlavi, garantindo a influência ocidental na política e economia iraniana por décadas. Contudo, a insatisfação popular e o sentimento nacionalista democrático cresceu nas mesquitas — os únicos espaços de resistência à implacável polícia secreta SAVAK[4] —, criando assim uma aliança improvável entre esquerdistas, liberais e clérigos conservadores, o que culmonou na Revolução Iraniana de 1979. Teerã então emerge como uma República Islâmica teocrática e antiocidental, rompendo com Washington e inaugurando um abismo ideológico frente à

[1] Refere-se ao Império Otomano, cuja dissolução após a Primeira Guerra permitiu o redesenho das fronteiras regionais conforme interesses europeus. Inclui também o Império Persa, do qual o Irã é herdeiro e que estabeleceu a identidade xiita como contraponto ao sunismo otomano ainda no século XVI (Costa, 2015; Martins, 2020).

[2] Oficialmente Programa de Recuperação Europeia, foi uma iniciativa dos EUA (1947) para reconstruir a Europa ocidental pós-Segunda Guerra e conter a influência soviética. O petróleo do Golfo foi peça-chave para fornecer a energia barata necessária ao crescimento financiado pelos capitais americanos (Traumann; Maros, 2016).

[3] Ação conjunta da CIA e do MI6 em 1953 para depor o primeiro-ministro Mohammad Mossadegh após a nacionalização da indústria petrolífera. O golpe restaurou o poder absoluto ao Xá Mohammad Reza Pahlavi, garantindo a influência ocidental no Irã por décadas (Kamrava, 2005).

[4] Polícia secreta criada pelo Xá em 1957 para suprimir a oposição política. Sua repressão implacável forçou a dissidência a organizar-se dentro das estruturas religiosas das mesquitas, que se tornaram os centros da Revolução de 1979 (Baldasso; Santo, 2017).

Arábia Saudita. Essa quebra deu protagonismo à divisão histórica entre xiitas e sunitas[5], instrumentalizada para a política externa desses atores.

Enquanto o Irã se projetava como líder da vertente xiita, formava-se o "Crescente Xiita": uma esfera de influência política e militar que liga Teerã ao Mediterrâneo, alcançando Iêmen, Iraque, Síria e Líbano. Em resposta, a Arábia Saudita liderou a criação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) em 1981 — um bloco de segurança coletiva para conter a ameaça iraniana —, unindo forças militares. Embora a tática se mostrou bastante promissora, Riade sabia que blindar suas fronteiras com armas ocidentais não seria suficiente contra uma ameaça que viajava em forma de religião. Sendo assim, para além das armas, Riade utilizou petrodólares da Aramco[6] para exportar o wahhabismo — uma doutrina sunita ultraconservadora —, financiando a construção de mesquitas e escolas por todo o mundo, enviando também clérigos treinados da doutrina, a fim de estabelecer uma supremacia religiosa e política para conter a mensagem revolucionária de Teerã.

Décadas mais tarde, no decorrer dos anos 2010, entra em cena o chamado "Momento do Golfo" — fenômeno que representa a ascensão e a resiliência das monarquias árabes lideradas pela Arábia Saudita que, ancoradas em vastas reservas de petróleo e uma robusta estabilidade política pós-Primavera Árabe, projetam-se como polos de vitalidade regional. Mais do que crescimento econômico, o "Momento do Golfo" reafirma a primazia saudita, utilizando poder financeiro e alianças estratégicas para moldar a política do tempo presente.

Por fim, o presente capítulo busca ilustrar este cenário de "Guerra Fria" no Médio Oriente, que atualmente atravessa um período de transição estratégica. De um lado, a Arábia Saudita sustenta seu imperialismo regional através da hegemonia financeira, do apoio militar externo e da necessidade de estabilidade para o sucesso da Vision 2030[7] — o ambicioso plano de diversificação econômica e modernização social que visa a sobrevivência saudita frente ao fim da era do petróleo. Do outro, o Irã organiza sua resistência ideológica por meio da coesão do "Crescente Xiita", de redes de

[5] Divisão iniciada em 632 sobre a sucessão do profeta Maomé: sunitas defendem a liderança por preceitos, enquanto xiitas exigem a linhagem familiar. Após 1979, o Irã assumiu a liderança global da vertente xiita em oposição à Arábia Saudita (Marques, 2015; Martins, 2020).

[6] Companhia estatal saudita cujos lucros (petrodólares) sustentam a economia do Reino e financiam a projeção de sua influência política e a exportação da doutrina wahhabita no exterior (Kamrava, 2005).

[7] Saudi Vision 2030: Trata-se do plano estratégico de transformação nacional da Arábia Saudita, lançado em 2016 pelo Príncipe Herdeiro Mohammed bin Salman. O objetivo central é converter o modelo de "Estado rentista" — excessivamente dependente das exportações de petróleo — em uma economia diversificada, sustentável e competitiva globalmente. O plano está estruturado em três pilares: 1. "Nação Ambiciosa", focado na modernização da administração pública, transparência e combate rigoroso à corrupção; 2. "Economia Próspera", que visa o crescimento do setor privado, investimentos em tecnologia e a ampliação da participação feminina na força de trabalho; e 3. "Sociedade Vibrante", voltado para o fortalecimento da identidade nacional, cultura e qualidade de vida. Academicamente, observa-se que a Vision 2030 é o motor da atual política externa saudita, pois o Reino reconhece que o sucesso das reformas econômicas depende estritamente da estabilidade e segurança regional, o que justifica os recentes esforços diplomáticos de "regional reset" para reduzir conflitos diretos e custos militares (Alves, 2018; Kamrava, 2025).

milícias e do avanço de seu programa nuclear como barreira de soberania. Embora a normalização diplomática de 2023 sugira um "reset" nas relações entre os Estados, a disputa permanece viva nas raízes identitárias e na insegurança ontológica de ambos os regimes. É uma disputa inteligente, mas com um custo humano ainda incalculável.

O Eixo da opressão: regimes e minorias

A manutenção de poder no Golfo está inerentemente ligada à gestão de identidades e à repressão de divergências que possam ameaçar a legitimidade dos regimes. Desde a fundação do Reino em 1932, a Arábia Saudita consolidou uma política de opressão sistemática contra as comunidades xiitas em seu território. Essa minoria, concentrada majoritariamente nas províncias do norte[8] — região que abriga as maiores reservas de petróleo do país — vive sob condições de marginalização econômica e restrições severas às suas manifestações ideológicas e religiosas.

Historicamente, o discurso sectário marcado pela intolerência e rigidez ideológica tem sido instrumentalizado como uma arma poderosa para desviar a atenção internacional e doméstica da falta de democracia nas monarquias árabes — tais como Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Catar, Omã, Bahrein e, evidentemente, a Arábia Saudita. Ao rotular qualquer reivindicação por direitos civis como parte de uma conspiração do "Crescente Xiita" orquestrada por Teerã, Riade consegue sustentar essa cortina de fumaça justificando a repressão em nome da segurança nacional. Esse fenômeno é descrito contemporaneamente como uma busca por "segurança ontológica"[9], onde o ator utiliza a rivalidade externa — muitas vezes até fabricando inimigos fictícios — para estabilizar inseguranças internas ligadas à narrativa do regime.

O caso do Bahrein em 2011 ilustra perfeitamente a regionalização dessa opressão. Durante a Primavera Árabe — onda de protestos e revoltas motivada por demandas por liberdade civil, justiça social e reformas políticas contra regimes autoritários — a maioria xiita bahreinita levantou-se contra a monarquia sunita, um movimento que foi imediatamente enquadrado como uma ameaça existencial influenciada pelo Irã.

> Com as declarações de apoio vindas do Irã em favor do "despertar islâmico", grupos de oposição no Bahrein começaram a protestar em 14 de fevereiro de 2011. Suas exigências incluíam mais liberdades, reformas, eleições livres e justas e a libertação de prisioneiros. O movimento logo se espalhou por todo o Bahrein, transformando-se em uma revolta contra o regime, um desafio formidável para

[8] Refere-se à província de *Ash-Sharqiyah*, onde se concentra a maior parte da população xiita e as principais jazidas de petróleo da Arábia Saudita. A marginalização socioeconômica desta área, apesar de sua riqueza mineral, é um dos principais pontos de tensão interna e contestação ao regime saudita (Costa, 2018).

[9] Refere-se à busca do Estado por uma autoidentidade estável. No Golfo, os regimes utilizam a rivalidade externa para estabilizar ansiedades internas sobre sua própria legitimidade (Kamrava, 2025; Albarasneh, 2025).

> a vizinha Arábia Saudita, que temia que isso pudesse ter um efeito de transbordamento (*spillover*) em sua própria Província Oriental, rica em recursos. Assim, a Arábia Saudita reagiu de forma rápida e profunda. No início, manipulou os sentimentos da população sunita do Bahrein contra as revoltas e, em seguida, invocando uma cláusula de segurança do CCG, interveio militarmente (Mirza, 2021, p. 4, tradução nossa).

A resposta foi a intervenção militar da *Al-Jazeera Shield Force*[10], liderada pela Arábia Saudita, para restaurar a ordem e preservar o status quo monárquico, demonstrando que a estabilidade das monarquias do CCG depende da contenção de mobilizações identitárias que fogem ao seu controle.

Na última década, essa dinâmica de controle sofreu uma transformação centralizadora sob a figura do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman. Sua ascensão marcou a desestruturação do "Estado profundo" saudita — um sistema anteriormente baseado no consenso entre príncipes influentes — para dar lugar a um governo de um homem só. Episódios como o confinamento de membros das elites no hotel Ritz-Carlton[11] em 2017 evidenciam que a opressão também se voltou para dentro da própria família real, garantindo que o Estado permanecesse dependente exclusivamente dos caprichos e desejos de seu mais novo monarca.

Portanto, o "Eixo da Opressão" revela-se como o alicerce da hegemonia regional, onde a repressão a minorias domésticas e a centralização absoluta do poder são fatores condicionantes para que a Arábia Saudita se projete como uma potência regional assertiva e capaz de ditar os rumos da Vision 2030.

O Islã Político e o Anti-imperialismo

Enquanto a Arábia Saudita mantém sua liderança na estabilidade financeira, a República Islâmica do Irã articula sua estratégia regional através de uma narrativa de resistência ideológica. Desde a Revolução de 1979, o país rompeu com o alinhamento pró-ocidental para adotar uma política de autossuficiência e defesa da identidade nacional muçulmana. Para Teerã, a presença militar e política dos Estados Unidos no Golfo não representa proteção, mas um cerco hostil que exige o desenvolvimento de mecanismos de contenção assimétricos. A partir de então, Teerã focou na mobilização de comunidades xiitas oprimidas para desafiar a ordem regional estabelecida pelas monarquias e pela influência americana.

[10] Força militar conjunta do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), criada em 1982 e utilizada na intervenção no Bahrein (2011) para preservar o status quo monárquico frente a mobilizações populares (Oliveira, 2013).

[11] Evento que ficou conhecido como a "Noite das Facas Longas" em que membros da elite saudita foram detidos em Riade, resultando no desmantelamento do sistema de consenso da família real, pois seus membros e príncipes influentes controlavam diversas instituições do Estado, sistema de liderança no qual Mohammed bin Salman buscou extinguir para centralizar sua autoridade. Ao deter e encarcerar membros da elite, a ação resultou na consolidação de seu poder absoluto, tornando a política do Reino dependente apenas de suas vontades e desejos. Aqueles que não foram presos acabaram sendo politicamente marginalizados, garantindo que a política saudita passasse a gravitar em torno de um único líder (Kamrava, 2025).

A estratégia de contenção assimétrica do Irã se mostrou extremamente efetiva em termos de custos. Ao contrário do que compõe o poder de dissuasão convencional de países como os EUA (caríssimos sistemas de defesa antímissil, frotas navais gigantescas e quipamentos de altíssima tecnologia), o Irã transporta componentes de baixo custo de drones comerciais para suas milícias espalhadas pelo Golfo. Tais equipamentos custam apenas poucos milhares de dólares em vista de um único porta-aviões americano que custa mais de dez bilhões de dólares só pra ser construído. E, com isso, o Irã consegue atacar refinarias bilionárias na Arábia Saudita, por exemplo. Para além do custo-benefício, a vantagem consiste em conseguir projetar um medo que paralise os adversários gastando apenas uma pequena fração do que gastaria se escolhesse criar e manter um exército convencional avançado.

O conceito de "Crescente Xiita", embora frequentemente utilizado por Riade como um alerta de ameaça, é ressignificado por Teerã como um pilar de defesa e autonomia. Esta rede de influência, que se estende do Iêmen ao Líbano, permite que o Irã projete poder para além de suas fronteiras, utilizando o apoio a grupos como o Hezbollah[12] e os Houthis[13] como uma forma de retaliação antecipada contra ataques ao seu próprio território. Sob a ótica da segurança ontológica, essa rede não serve apenas para fins militares, mas para validar a identidade revolucionária do regime perante as massas oprimidas do Médio Oriente.

A busca pela autonomia tecnológica, materializada através do programa nuclear, é outro pilar fundamental dessa resistência. Para os iranianos, o direito ao enriquecimento de urânio é uma questão de orgulho nacional e uma barreira contra o que consideram o "imperialismo ocidental", este que tenta ditar o nível de desenvolvimento dos países islâmicos. Mesmo sob severas sanções internacionais, o Irã demonstrou resiliência, utilizando o avanço técnico como ferramenta de barganha e reafirmação de sua posição como uma potência média tecnológica no Golfo.

O grande divisor de águas estrutural ocorreu em 2003, com a invasão do Iraque liderada pelos EUA e a queda de Saddam Hussein. Este evento eliminou o principal contrapeso regional ao Irã, criando uma lacuna de poder que permitiu a expansão da influência iraniana no Iraque, na Síria e no Líbano. Essa expansão foi operacionalizada por meio da estratégia de "defesa avançada", utilizando o Eixo da Resistência para projetar poder e manter conflitos longe do solo iraniano. A defesa consistia em "terceirizar" as linhas de frente: armando, treinando e financiando as milícias estrangeiras e uma rede de atores não estatais — cerca de dezesseis bilhões de dólares foram investidos entre 2012 e 2020.

[12] Organização xiita libanesa fundada em 1982 que atua como peça central do "Eixo de Resistência". É treinada, equipada e doutrinada pela República Islâmica do Irã, funcionando como uma ferramenta de dissuasão regional e retaliação estratégica em defesa dos interesses iranianos (Lindemann, 2010; Roberto; Visentini, 2015).

[13] Grupo revolucionário xiita (vertente zaydita) do Iêmen que ascendeu ao poder em Sanaa em 2015. Recebe apoio assimétrico do Irã em uma guerra de procuração (proxy war) contra a Arábia Saudita e utiliza táticas de guerrilha e ataques estratégicos no Mar Vermelho para desafiar a segurança regional (Juneau, 2020).

A tensão atingiu um novo patamar em 2011, com a Primavera Árabe. Enquanto o Irã enquadrava os levantes como um "despertar islâmico", a Arábia Saudita os interpretou como uma ameaça existencial à sua estabilidade. O conflito tornou-se abertamente regionalizado com a ascensão dos Houthis no Iêmen em 2015, levando à intervenção militar saudita e transformando o país em um sangrento teatro de guerra por procuração (*proxy war*).

No ano seguinte, a crise diplomática atingiu seu ápice em janeiro de 2016, iniciando um hiato de sete anos nas relações. O estopim foi a execução do clérigo xiita Nimr al-Nimr pela Arábia Saudita — mesmo sendo de nacionalidade saudita, o mesmo criticava o tratamento dispensado pelo Reino à sua minoria xiita, o que desencadeou ataques de manifestantes à embaixada saudita em Teerã e culminou no rompimento total das relações diplomáticas. Nesse período de silêncio, o cenário foi agravado pela retirada unilateral dos EUA no acordo nuclear (P5+1)[14] em 2018 e por ataques estratégicos a infraestruturas de petróleo sauditas em 2019, que abalaram a confiança de Riade na proteção americana.

O cenário atual é fruto do "reset" diplomático de março de 2023, mediado pela China, onde houve um acordo de reaproximação entre a Arábia Saudita e o Irã — oficialmente denominado Declaração Conjunta Trilateral — que foi assinada em Pequim, marcando o início do processo de restauração dos laços diplomáticos que estavam rompidos. A escolha da China como mediadora surpreendeu observadores internacionais e simbolizou uma mudança na política externa saudita, fazendo com que este movimento refletisse uma busca por novas estratégias e uma diversificação de sua diplomacia, motivada pela crescente incerteza de Riade quanto à confiabilidade dos EUA como parceiro de segurança de longo prazo. Ademais, movida pela necessidade de estabilidade para o plano Vision 2030, a Arábia Saudita buscou uma "pausa tática" na rivalidade, enquanto o Irã utilizou a normalização das relações para romper seu isolamento. Essa nova fase é marcada pela busca por autonomia estratégica, com o Irã integrando-se formalmente a blocos como o BRICS[15] e a Organização de Cooperação de Xangai[16], tentando neutralizar o isolamento econômico e reduzir a dependência das estruturas financeiras controladas pelo ocidente. No entanto, apesar deste "reset" diplomático, Teerã permanece fiel à sua estratégia de dissuasão, mantendo o apoio a atores não estatais como garantia de que sua voz continuará a ser ouvida na nova arquitetura de segurança regional.

[14] Grupo formado pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia) mais a Alemanha, que negociou o Plano de Ação Integral Conjunto (JCPOA) com o Irã em 2015 (Fonseca, 2018, Acordo Nuclear entre Irã e grupo 5+1).

[15] Bloco econômico originalmente composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O ingresso oficial do Irã em janeiro de 2024 simboliza uma estratégia de autonomia para mitigar o isolamento econômico ocidental e aprofundar laços com potências emergentes do Sul Global (Kamrava, 2025).

[16] Organização política, econômica e de segurança euroasiática. O ingresso pleno do Irã como membro em julho de 2023 consolidou a política de "Olhar para o Leste" de Teerã, fortalecendo a cooperação militar e diplomática com China e Rússia (Kamrava, 2025).

O golpe mais severo à estratégia iraniana ocorreu em dezembro de 2024, com o colapso do regime de Bashar al-Assad na Síria (derrubado por rebeldes islâmicos sunitas), extinguindo o único Estado árabe oficialmente alinhado ao Irã. Para Teerã, a queda de Damasco representou a perda de um corredor físico vital que conectava o país aos seus aliados no Levante[17], cortando drasticamente as rotas terrestres de suprimento de armas e financiamento para o Hezbollah. Além do isolamento geopolítico, o impacto econômico foi devastador: o regime sírio acumulava uma dívida estimada em mais de 30 bilhões de dólares com o Irã, que também foi forçado a abandonar vastos investimentos em infraestrutura, locais religiosos e instalações militares estratégicas. Com o vácuo de poder sendo rapidamente preenchido por atores como Turquia e Israel, a retração iraniana evidenciou que a manutenção do "Eixo da Resistência" atingiu um limite de insustentabilidade financeira, consolidando a percepção de que a sobrevivência do regime em 2025 dependeria de uma reorientação diplomática e da redução de tensões com o bloco liderado pela Arábia Saudita — o CCG. Atualmente, sob a gestão da ala conservadora consolidada em 2021 e as diretrizes de 2025, o Irã tem buscado equilibrar sua postura de confronto com as políticas de "olhar para o Leste" (Look East)[18] e de boa vizinhança.

[17] Região geopolítica situada no Mediterrâneo Oriental que engloba territórios como a Síria, o Líbano e as áreas palestinas. No contexto da segurança regional, o território sírio é descrito como um corredor físico vital que permite a ligação terrestre do Irã com seus aliados e grupos de procuração (*proxies*) estabelecidos nesta zona costeira, especificamente o Hezbollah libanês e grupos militantes palestinos (Rudin, 2025).

[18] Diretriz de política externa iraniana que prioriza o aprofundamento de laços econômicos, diplomáticos e militares com potências não ocidentais, especificamente China, Rússia e Índia. Essa estratégia visa mitigar o isolamento internacional causado por sanções ocidentais e consolidar a posição do Irã em novas arquiteturas de poder, como a Organização de Cooperação de Xangai e o bloco BRICS (Kamrava, 2025).

A "Guerra Fria do Médio Oriente"

A arquitetura de segurança do Golfo Pérsico atravessa atualmente um período de transição profunda, caracterizado por uma complexa interação entre pressões sistêmicas e a agência das elites políticas locais. Esta "Guerra Fria" regional não deve ser vista apenas como um subproduto de divergências religiosas, mas como um sistema de conflito estruturalmente enraizado em inseguranças ontológicas e em uma contestação permanente sobre a visão da ordem regional. O cenário contemporâneo é moldado pela competição entre duas potências médias assertivas — Arábia Saudita e Irã — que buscam transformar sua capacidade material em influência real sobre o balanço de poder, operando simultaneamente nos níveis estatal, subestatal e simbólico.

Nesse sistema, a presença dos Estados Unidos permanece como o fator determinante do equilíbrio mesmo após a atuação da China como mediadora das relações, operando o que se denomina "império informal" pois ainda há uma hegemonia residual dos americanos no território — Washington ainda fornece as armas e inteligência militar. Através da chamada "estratégia dos emirados", Washington garante proteção militar às monarquias árabes — especialmente Estados menores como Catar, Bahrein e Kuwait — em troca de fluxos energéticos estáveis e da manutenção da ordem liberal. Contudo, a confiança nessa

parceria foi abalada por eventos como a retirada de Cabul em 2021 e a percepção de desengajamento americano. Neste último, a intervenção militar dos Estados Unidos no Afeganistão ocorreu no contexto da luta contra o terrorismo internacional após os atentados de 11 de setembro de 2001. O americanos finalizaram a retirada de suas tropas de Cabul após duas décadas de estadia no país. O vácuo deixado pela saída das tropas permitiu o retorno do Talibã[19]. Sendo assim, para as monarquias do Golfo Pérsico, a retirada de Cabul gerou uma incerteza diplomática que levou países como a Arábia Saudita a diversificarem suas alianças, aproximando-se também da China, pois o evento simbolizou que os EUA poderiam subtamente abandonar seus parceiros quando lhes convém. Ademais, sob a Doutrina Biden, os EUA adotam um realismo pragmático que prioriza a contenção tecnológica da China e do programa nuclear iraniano, ao passo que as potências do Golfo diversificam sua diplomacia com Pequim e Moscou.

Para a Arábia Saudita, essa nova fase de "Guerra Fria" inteligente exige que o Reino se projete como uma potência média estabilizadora. O Príncipe Herdeiro Mohammed bin Salman parece ter compreendido que o sucesso da Vision 2030 é incompatível com conflitos regionais de alto custo. Assim, a política externa saudita recalibrou-se para priorizar o soft power e a redução tática de tensões, buscando garantir um ambiente seguro para atrair investimentos estrangeiros necessários aos seus projetos de infraestrutura e turismo, pois a partir de então o foco seria não depender exclusivamente da segurança energética para sustentar suas economias. No entanto, a centralização absoluta do poder em Riade torna o sistema dependente dos interesses do monarca, mantendo uma imprevisibilidade latente na condução da segurança regional.

Do outro lado do Golfo, o Irã consolidou, a partir de 2021, uma uniformidade faccional inédita, alinhando a presidência, o parlamento e as forças de segurança sob uma única diretriz conservadora. Sentindo-se militarmente cercada por bases americanas, Teerã articula sua soberania através do Eixo da Resistência, o que permitiu ao Irã projetar força e dissuasão assimétrica, mantendo os conflitos longe de seu próprio território e garantindo uma negação plausível de suas ações. E, como dito anteriormente, ainda sob severas sanções, o Irã utiliza sua tecnologia e programa nuclear como ferramentas de barganha.

A normalização diplomática mediada pela China em 2023 surge como um marco desse novo equilíbrio, mas deve ser interpretada como uma "pausa tática" em vez de uma mudança estrutural. O acordo serviu aos interesses imediatos de ambos os lados: permitiu à Arábia Saudita focar em sua agenda doméstica de desenvolvimento e ao Irã mitigar o isolamento econômico através da política de "olhar para o Leste". Contudo, as raízes ideológicas da

[19] Grupo extremista de orientação anti-xiita que retomou o poder no Afeganistão em 2021, logo após a retirada das tropas dos Estados Unidos de Cabul. Embora o governo iraniano tenha tomado medidas iniciais para tentar estabilizar as relações com o novo regime afegão, o Irã ainda não estendeu o reconhecimento diplomático formal ao governo do grupo devido à sua natureza ideológica e ao histórico de hostilidade contra as comunidades xiitas. (Rudin, 2025).

rivalidade permanecem intactas, uma vez que a insegurança ontológica de ambos os regimes exige a manutenção de um "rival" externo para estabilizar narrativas de legitimidade interna e mobilização sectária. A desconfiança mútua sobre as intenções regionais persiste, impedindo a transição para uma verdadeira comunidade de segurança cooperativa.

Em última análise, a disputa hegemônica no Golfo configura um jogo de soma zero em mutação constante. O paradoxo central da política do tempo presente na região é que, embora as potências médias busquem estabilidade para seus projetos nacionais, a corrida por armas tecnológicas, a influência sobre Estados falidos (como Iêmen e Síria) e a busca por liderança no mundo islâmico perpetuam uma insegurança coletiva. A Guerra Fria do Médio Oriente, portanto, evoluiu para um sistema sofisticado de disputa onde a paz é apenas uma ferramenta estratégica para a sobrevivência e o empoderamento das elites autocráticas no poder.

Considerações finais

As divergências entre muçulmanos sunitas e xiitas possuem raízes históricas profundas que remontam ao século VII (desde a crise sucessória desencadeada pela morte do profeta Maomé em 632), porém a rivalidade política moderna não tem milênios, ela ascendeu na Revolução Iraniana de 1979, esta que foi o verdadeiro marco para a política externa destes países. Essa mudança total de paradigmas nos permite analisar o cenário atual da seguinte maneira: o foco principal destes Estados não é apenas proteger as fronteiras físicas de um exército invasor, mas sim proteger a narrativa que justifica a própria existência destes Estados - o que seria a "segurança ontológica" que trabalhamos anteriormente. Na prática geopolítica, isto significa a sobrevivência da identidade do Estado. Ao se apoiar no wahabismo, a Arábia Saudita coloca seus reis como os verdadeiros guardiões de Meca e Medina, o que lhes da a legitimidade de governar. Após a Revolução, o Irã se estabelece como uma teocracia xiita e começa a ditar que monarquias hereditárias alinhadas ao ocidente são ilegítimas e corruptas. Trata-se não apenas de uma crítica diplomática, assim como também de uma ameça existencial — visto que se a população saudita comprasse essa ideia, a monarquia então cairia. Sendo assim, a religião se torna uma ferramenta de segurança nacional.

A análise da disputa pela hegemonia no Golfo Pérsico ao longo das últimas décadas revela um sistema geopolítico em constante mutação, onde as estruturas de poder e a agência dos líderes locais redefiniram as regras do jogo. Neste cenário, a fé é constantemente instrumentalizada e serve para mobilizar as massas em um jogo puramente geopolítico, ou seja: a divisão religiosa oferece a narrativa, mas o objetivo é puramente pragmático e visa a sobrevivência através da projeção de influência regional. O que se iniciou como uma rivalidade sectária e ideológica após a Revolução de 1979 transformou-se, na política do tempo presente, em uma competição estratégica sofisticada, na qual a busca por

soberania e desenvolvimento econômico dita o ritmo das tensões e das aproximações.

A pesquisa demonstrou que o "Eixo da Opressão" não é meramente um subproduto do fundamentalismo religioso, mas uma ferramenta de segurança ontológica. Tanto a Arábia Saudita quanto o Irã instrumentalizaram identidades — o wahhabismo e o "Crescente Xiita" — para estabilizar seus regimes internos e projetar influência externa. No entanto, a ascensão de Mohammed bin Salman e a implementação da Vision 2030 alteraram a prioridade saudita: as demandas militares deram lugar a uma necessidade pragmática de estabilidade regional para garantir a prosperidade econômica futura. Por outro lado, embora o regime iraniano enfrente isolamento, sanções, inflação e uma pressão popular, a República consolidou sua "defesa avançada" e manteve sua resiliência tecnológica, o que garantiu que o país permanecesse um concorrente à altura da primazia saudita, impedindo a consolidação de um hegemon único na região.

O reestabelecimento de laços diplomáticos em 2023, mediado pela China, marca o início de uma nova arquitetura de segurança, mas a conclusão deste estudo é de que tal movimento de fato não configurou uma mudança estrutural definitiva. A rivalidade permanece ancorada em inseguranças profundas onde a confiança mútua ainda é inexistente. O Golfo atravessa um período no qual as potências médias locais não aceitam mais o papel de meros peões do imperialismo ocidental, buscando diversificar sua diplomacia com novos centros de poder global.

Em última análise, a "Guerra Fria" inteligente do Médio Oriente é um reflexo de um sistema internacional multipolar. A transição de um estado de conflito constante para uma comunidade de segurança cooperativa dependerá da criação de mecanismos institucionais de diálogo que transcendam os caprichos das elites autocráticas. Enquanto a sobrevivência dos regimes estiver atrelada à existência de um rival, a paz no Golfo continuará sendo uma construção estratégica de tempo presente, sempre à sombra da próxima reconfiguração de poder, pois trata-se de uma rivalidade que transcende a teologia: estratégias de sobrevivência estatal, controles de rotas logísticas que valem bilhões de dólares e o preenchimento dos vácuos de poder deixados pelas superpotências do ocidente.

Mesmo com o acordo em Pequim, as divergências entre os atores e as desconfianças presentes na segurança ontológica ainda permanecem. Em outras palavras, o acordo não veio para sanar todas as questões diplomáticas entre Riade e Teerã, mas sim para funcionar como um paliativo sobre as tensões que impossibilitavam o diálogo aberto entre elas. Para o futuro, caberia às potências do Golfo priorizar uma política de boa vizinhança, reestruturando a dinâmica regional por meio de condutas como: estabelecer um diálogo preventido — institucionalizando conversas e possibilitando a abertura de canais para que esta comunicação seja frequente, em substituição ao modelo reativo atual; dessecuritização da religião, retirando-a do cálculo de segurança nacional e assumindo o compromisso pragmático de não instrumentalizar a fé sunita ou xiita, a fim

de diminuir a instigação de revoltas nas fronteiras; e, por fim, determinar medidas de transparência sobre os programas nucleares, a fim de construir confiança mútua. Ademais, ambas as economias operam sob pressões distintas, mas igualmente críticas: o Irã permanece asfixiado por sanções severas e pela perda bilionária de investimentos após a queda de aliados estratégicos na Síria; a Arábia Saudita, por sua vez, depende de trilhões de dólares para viabilizar a Vision 2030 e construir um futuro longe das dependência do petróleo. Este abismo financeiro pode ser visto como ponte para que ambas as economias definam uma via de comunicação transparente entre si, dado que a dependência das potências externas ao Golfo já não se mostra a decisão mais segura. O desespero pela sobrevivência econômica é o elo que hoje liga Riade e Teerã. Diante disso, a criação de um nível de interdependência regional energética e comercial tornaria o custo de um conflito matematicamente inviável. Embora este plano seja altamente desafiador devido a forma pela qual essas relações foram estruturadas ao longo de décadas, este seria o vislumbre de uma união econômica forçada pela beira do abismo e pelo anseio por sobrevivência. Portanto, é possível concluir que a ameaça concreta de falência mútua pode vir a ser a maior fiadora da paz que o Golfo Pérsico já viu em décadas.

Referências

ALBARASNEH, A. From Arab Spring to regional reset: Saudi-Iranian rivalry and strategic contestation in the Gulf (2011–2023). **Frontiers in Political Science**, [*S. l.*], v. 7, 2025.

ALDASSO, T. O.; SANTO, M. M. do E. A Revolução Iraniana: Rupturas e Continuidades na Política Externa do Irã. **Revista Perspectiva**: reflexões sobre a temática internacional, Espírito Santo, v. 10, n. 18, 2017.

AMRAVA, M. **The Modern Middle East — a political history since the First World War**. Berkeley: Los Angeles: University of California Press, 2005.

AZIZI, H. **The "Axis of Resistance" and the "Shiite Crescent"**: Iran's Regional Strategy in the 2020s. Berlin: SWP Research Paper, 2024. Disponível em: swp-berlin.org. Acesso em: 8 abr. 2024.

COSTA, R. A Construção Ocidental do Oriente Médio como Instrumentalização nas Relações Internacionais. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 159-181, out. 2015.

GIGA INSTITUTE. **Polarization and the Middle East**: The Saudi-Iranian Rivalry and its Regional Impact. Hamburg: GIGA Focus Middle East, 2023. Disponível em: giga-hamburg.de. Acesso em: 8 abr. 2024.

KAMRAVA, M. Structure, Agency, and Persian Gulf security: Continuity amid change. **Comparative Strategy**, [*S. l.*], v. 44, n. 1, p. 115-129, 2025.

MARQUES, F. H. de J. S. **As tensões intra-islâmicas**: a oposição entre sunitas e xiitas no contexto geopolítico do Médio Oriente. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2015.

MARTINS, F. **As Nações Unidas, a Indonésia e Timor-Leste O Cáucaso**: uma encruzilhada de tribos, impérios e nações. Évora: Universidade de Évora: CIDEHUS/UE, 2020.

MIRZA, M. N.; ABBAS, H.; QAISRANI, I. H. Structural Sources of Saudi-Iran Rivalry and Competition for the Sphere of Influence. **SAGE Open**, [*S. l.*], v. 11, n. 3, p. 1-9, jul./set. 2021.

RAUMANN, A. P.; MAROS, V. A. S. O projeto hegemônico dos Estados Unidos e as Raízes do Terrorismo: uma crítica à presença ocidental no Oriente Médio. **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**, [*S. l.*], v. 1, n. 21, p. 45-94, 2016.

RUDIN, N. **The Axis of Resistance**: Backgrounder. Washington: Middle East Institute, 2025.

ULRICHSEN, K. C. **As Longterm Partnership With U.S. Fades, Saudi Arabia Seeks to Diversify its Diplomacy**. Houston: Baker Institute (Rice University), 2023.

ULRICHSEN, K. C. **The Saudi-Iranian Rapprochement**: Implications for Middle East Security. Houston: Rice University, 2023. Disponível em: bakerinstitute.org. Acesso em: 8 abr. 2024.

Sobre a autora

Heloah Pereira Carvalhaes — Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás — PUC/GO e mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia — UFU. Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de Geopolítica, Política Externa e Estudos Decoloniais. Lattes: https://lattes.cnpq.br/5624755241761126.



CAPÍTULO 3

Dinâmicas emocionais e resistência política na política de guerra:

contribuições a partir dos conflitos do Oriente Médio

E V Adhishmaya
Aswathy Gopi

doi 10.56365/fnxmbq18

Introdução

A estratégia militar, os interesses geopolíticos e o poder estatal frequentemente moldam nossa compreensão da guerra e do conflito político (Khalifeh, 2025). No entanto, observar esses fenômenos apenas por essas lentes não explica plenamente por que indivíduos e comunidades participam e se engajam em movimentos de resistência, sustentam lutas prolongadas ou se mobilizam coletivamente apesar de riscos imensos (Vrieze, 2024). As experiências emocionais desempenham papel importante na configuração da política em tempos de guerra, influenciando como as pessoas observam, compreendem e reagem aos acontecimentos políticos, percebem a injustiça e respondem à opressão (Cosic *et al*., 2024; Stevens, 2013). Em regiões que vivenciam conflitos por períodos prolongados, como o Oriente Médio, as emoções estão profundamente entrelaçadas à resistência política, à formação de identidades e à mobilização coletiva (Fattah; Fierke, 2009; Nasir, 2025).

Há mais de um século, o Oriente Médio constitui uma arena central de disputas geopolíticas. Legados coloniais, intervenções estrangeiras, lutas ideológicas e competição por recursos moldaram os conflitos na região (Ali, 2022; Saeed, 2025). Esses fatores estruturais produziram ciclos reiterados de guerra, ocupação e resistência, resultando em tensões duradouras (Sarvestany, 2025). As explicações estruturais e institucionais mostram-se insuficientes para compreender e demonstrar a persistência dos movimentos de resistência em diferentes sociedades da região (Joseph *et al*., 2021; Pinto *et al*., 2022). Dinâmicas emocionais como raiva, humilhação, luto, esperança e solidariedade são fundamentais para compreender e avaliar como a resistência emerge e como se mantém ao longo do tempo (Bramsen; Poder, 2014; Bramsen *et al*., 2018).

As emoções não são apenas reações individuais, mas dimensões da ação coletiva moldadas por narrativas sociais, identidades culturais e debates políticos (Reese *et al*., 2019). Elas influenciam o comportamento político de várias formas, incluindo a formação de percepções de ameaça, injustiça e responsabilidade moral (Marcus, 2000). Quando indivíduos enfrentam violência, perda, deslocamento e incerteza durante conflitos armados, as experiências emocionais tendem a se intensificar (Mohammadi; Khaleghi, 2025). A conversão do sofrimento privado em ação política coletiva pode estimular a adesão a movimentos de resistência ou o apoio a lutas mais amplas por autonomia e autodeterminação nacional (Finkel *et al*., 1989; Karatzogianni; Robinson, 2009; Mayall, 1999). A formulação das lutas políticas como defesa da dignidade, da identidade e da sobrevivência comunitária, por meio de narrativas emocionais proeminentes, ajuda a manter movimentos de resistência em muitos conflitos do Oriente Médio (Wadi, 2020). Sentimentos de humilhação associados à intervenção estrangeira frequentemente motivam a mobilização política, gerando raiva e indignação moral (Nilsson, 2020). Ao mesmo tempo, ao reforçarem o compromisso coletivo e a resiliência, emoções como esperança e solidariedade contribuem para a continuidade dos movimentos de resistência (Wlodarczyk *et al*., 2017).

As consequências psicológicas do conflito constituem outra dimensão da política em tempos de guerra (Summerfield, 2000). Desafios prevalentes de saúde mental, incluindo trauma, ansiedade e depressão, podem resultar da exposição prolongada à violência, à instabilidade e à incerteza durante a guerra (Arafat; Hossain, 2025; Raza *et al*., 2023). A conexão entre problemas de saúde mental, sofrimento psicológico e engajamento político é complexa. O trauma pode fragilizar a coesão e a integração social, bem como condicionar o engajamento político; por outro lado, pode fortalecer a identidade coletiva e incitar a resistência quando as comunidades percebem sua sobrevivência e dignidade como ameaçadas (Pakbazi *et al*., 2024). As potências ocidentais frequentemente intervieram em conflitos no Oriente Médio, e essa atuação de atores externos torna mais complexas as dinâmicas emocionais da política de guerra (Anaukwu, 2024). Percepções de injustiça, dominação e resistência são muitas vezes reforçadas entre as populações da região, produzindo fortes respostas emocionais diante dessas intervenções (Lynch, 2014). As dinâmicas emocionais, dentro e fora da região, são influenciadas pela forma como narrativas midiáticas internacionais e discursos políticos alteram e moldam esses conflitos, observados, compreendidos e respondidos em escala global (Pollack, 2002; Karpat, 1991).

Imperialismo e Oriente Médio

O legado do imperialismo moldou de forma significativa a paisagem política contemporânea do Oriente Médio (Shahi, 2025). Ainda hoje, as transformações produzidas por ideologias políticas, instituições, fronteiras territoriais e estruturas sociais modificadas em toda a região, em razão da expansão colonial europeia nos séculos XIX e início do século XX, continuam a impactar os conflitos e os movimentos de resistência no Oriente Médio (Hafez, 2022).

O colapso do Império Otomano, seguido pela Primeira Guerra Mundial, marcou um dos momentos decisivos da história política do Oriente Médio (Kumar, 2025). Durante séculos, o Império Otomano governou um território extenso que incluía grande parte do mundo árabe. O império sustentava um sistema político relativamente flexível e adaptável, que permitia a coexistência de comunidades diversas dentro de uma estrutura imperial mais ampla, embora enfrentasse desafios internos e variações regionais de governança. A destruição desse sistema político abriu espaço para as potências europeias, interessadas em ocupá-lo (Seal, 1992). Os atores coloniais iniciais da região, Grã-Bretanha e França, dividiram vastos territórios em esferas de influência (Lee; Schultz, 2012). O Acordo Sykes-Picot de 1916 caracterizou essa situação como um processo de partilha imperial, ao delinear secretamente como as duas potências exerceriam poder sobre diferentes partes do Oriente Médio após a guerra (Hafez, 2022). A formação de novos Estados, que reuniam comunidades diversas e muitas vezes concorrentes,

resultou dessa partilha imperial que ignorou realidades históricas, étnicas e religiosas (Harik, 1972).

As novas instituições políticas concebidas não respondiam aos interesses das populações políticas locais, mas serviam aos interesses imperiais da administração colonial. As indústrias europeias exploraram os recursos econômicos, restringindo a participação política local (Pollard, 1973). Essas práticas produziram um sentimento de alienação política em muitas comunidades e um ressentimento generalizado (Kern *et al*., 2015). As respostas emocionais ao domínio colonial desempenharam papel importante na formação dos primeiros movimentos de resistência (De Rivera, 2011; Gobodo-Madikizela, 2002). Muitas comunidades perceberam a dominação colonial como uma violação de sua dignidade e uma invasão de sua identidade cultural, o que gerou sentimentos de humilhação e injustiça (Mirraboopa, 2003). Intelectuais, ativistas e líderes políticos frequentemente enunciaram essas queixas emocionais por meio de ideologias nacionalistas que enfatizavam o valor da independência e da autodeterminação (Salmela; Capelos, 2021).

Movimentos anticoloniais emergiram em todo o Oriente Médio, incluindo Egito, Iraque, Síria e Palestina, durante o século XX. Esses movimentos foram expressões emocionais de esperança e frustração coletivas, além de campanhas políticas por independência e liberdade. Líderes nacionalistas frequentemente empregaram narrativas históricas, símbolos culturais e identidades religiosas para mobilizar apoio e fortalecer a unidade e a solidariedade entre populações heterogêneas da região (Tzoreff, 2025). Mesmo após a conquista da independência em meados do século XX, as potências externas continuaram a influenciar os países do Oriente Médio (Voll, 2015). Em sua essência, a política regional foi moldada por rivalidades da Guerra Fria, alianças estratégicas e dependências econômicas. As potências ocidentais mantiveram bases militares, apoiaram determinados regimes políticos e intervieram em conflitos que afetavam seus interesses estratégicos, ao mesmo tempo em que procuravam implementar suas ideias por meio da manipulação e do poder sobre regimes e populações (Yaqub, 2013).

Essas intervenções contínuas ampliaram as percepções de dominação externa e contribuíram para a persistência dos movimentos de resistência (Eriksen *et al*., 2021). Frequentemente, os conflitos políticos foram construídos não apenas como questões internas, mas também como batalhas mais amplas contra a influência ocidental e o controle imperial (Manjapra, 2019). O legado do imperialismo, portanto, permanece como fator central para compreender a política de guerra no Oriente Médio. Experiências históricas de dominação colonial continuam a moldar narrativas emocionais, identidades políticas e movimentos de resistência em toda a região (Pham, 2020; Edwards, 2020; Brocklesby, 2020).

Paisagem emocional da resistência política

As emoções contribuem para a configuração da resistência política durante a guerra (Cosic *et al*., 2024; Mestre-Mestre, 2023). Os conflitos políticos frequentemente provocam reações emocionais profundas, capazes de moldar as percepções e interpretações dos indivíduos sobre os acontecimentos políticos e influenciar suas decisões de participação em ações coletivas (Groenendyk, 2011; Sousa, 2013). Em muitos conflitos do Oriente Médio, emoções como raiva, humilhação, medo, luto e esperança têm orientado os movimentos de resistência (Zilincik, 2022; Bar-Tal *et al*., 2007).

A raiva é uma das emoções mais importantes relacionadas à mobilização política (Grüning; Schubert, 2022). Quando os indivíduos percebem que eles próprios ou suas comunidades estão sendo tratados de forma injusta, a raiva pode incentivá-los a desafiar as estruturas de poder existentes (Xu, 2025). Psicólogos políticos argumentam que a raiva pode resultar em comportamentos de maior disposição ao risco, ao reduzir o medo, fazendo com que indivíduos se disponham a participar de protestos, movimentos de resistência e rebeliões (Schnakenberg; Wayne, 2024). A humilhação constitui uma experiência emocional significativa em contextos de guerra (Vorster *et al*., 2025; Lindner, 2001). Muitas comunidades vivenciam um sentimento coletivo de humilhação e perda de dignidade, especialmente quando submetidas à ocupação ou à dominação política (Jogdand *et al*., 2020).

Narrativas históricas de dominação e opressão colonial, ou experiências contemporâneas de repressão política, podem produzir essas experiências emocionais (Hassans, 2024; Hartmann *et al*., 2019). Movimentos de resistência frequentemente estruturam suas lutas como tentativas de restaurar a dignidade e superar a humilhação (Statman, 2000; Euben, 2015). O medo também desempenha papel complexo na política de guerra (Moreland-Capuia, 2021). Ele pode reduzir a participação política ao enfatizar os riscos associados aos movimentos de resistência e a outros comportamentos políticos (Young, 2018). Forças governantes frequentemente utilizam repressão, vigilância e violência para incutir medo e desencorajar a oposição (Davenport, 2007). Quando as comunidades percebem uma ameaça à sua sobrevivência ou identidade, o medo também pode alimentar a resistência (Hunter, 2020). Indivíduos de sociedades afetadas por conflitos muitas vezes se veem aprisionados em um estado de luto (Duterme, 2020). A violência de guerra resulta na perda de familiares, na destruição de comunidades e no deslocamento de populações (Levy, 2025). O luto coletivo pode fortalecer a solidariedade, conectar indivíduos à sociedade e reforçar o compromisso com movimentos de resistência quando estes vivenciam a violência da guerra (Leitz, 2025). A transformação do luto em símbolo de emoção coletiva ocorre frequentemente por meio de práticas públicas de memória, cerimônias comemorativas e narrativas (Wagoner; Brescó De Luna, 2021).

A esperança é igualmente significativa para sustentar movimentos de resistência ao longo do tempo (Tiwari; Agarwal, 2025). Sem esperança de mudança política ou libertação, movimentos de resistência prolongados seriam difíceis de manter. A esperança é frequentemente gerada por tradições culturais, narrativas históricas e representações sugestivas da luta (Sawyer; Clair, 2021). Canções, poesia, simbolismo religioso e narrativas coletivas são fontes recorrentes de motivação emocional para os movimentos de resistência (Wajed; Saghar, 2023).

O discurso político e a liderança podem influenciar significativamente as emoções (Tokdoğan, 2024). Líderes políticos e ativistas frequentemente empregam enquadramentos emocionais para motivar apoiadores (Grüning; Schubert, 2022). Entre a população, discursos, narrativas midiáticas e eventos simbólicos enfatizam e destacam a injustiça, o sofrimento coletivo e a solidariedade (Naik *et al*., 2025). Em contextos de guerra, ao deslocarem narrativas emocionais entre gerações, grupos políticos transmitem identidades políticas duradouras (Gianolla *et al*., 2024). Narrativas de resistência e luta moldam as atitudes políticas e a paisagem emocional de crianças que cresceram em ambientes afetados por conflitos (Huesmann *et al*., 2016). Compreender as dimensões emocionais da resistência política exige considerar tanto as experiências psicológicas individuais quanto as narrativas sociais e políticas mais amplas. As emoções funcionam como uma fonte poderosa que transforma queixas pessoais em ação política coletiva (Hatibovic *et al*., 2023).

Mobilização de base e formação da identidade coletiva

Um dos principais elementos dos movimentos de resistência na política de guerra é a mobilização de base (Skaidrė, 2019). O sucesso e a continuidade dos movimentos de resistência dependem sobretudo do envolvimento e da participação de indivíduos comuns e comunidades locais, embora líderes políticos e grupos governantes frequentemente recebam maior atenção nos debates sobre conflito (Jankowitz, 2022). A mobilização de base transforma o descontentamento disseminado em ação coletiva organizada, permitindo que comunidades desafiem a dominação política e sustentem esforços de resistência de longo prazo (Vadiati, 2022). A constituição de uma identidade coletiva é fundamental para a mobilização de base (Choup, 2008). A identidade coletiva refere-se ao senso compartilhado de pertencimento e propósito comum que unifica indivíduos dentro de um grupo (Anguelovski; Connolly, 2021). Em contextos de conflito, identidades coletivas frequentemente emergem de experiências semelhantes e compartilhadas de sofrimento, injustiça e marginalização política (Polletta; Jasper, 2001). Essas experiências compartilhadas podem criar vínculos emocionais entre os indivíduos, incentivando-os a perceber suas lutas pessoais como parte de uma luta coletiva mais ampla (Weatherall, 2019).

Em muitos conflitos do Oriente Médio, narrativas de desafios históricos, símbolos culturais e resistência à dominação ocidental moldaram a identidade coletiva. Para

criar uma narrativa que enfatize unidade e resiliência, as comunidades frequentemente se apoiam em memórias compartilhadas de colonialismo, ocupação ou repressão política (Shamsan, 2025; Kumaraswamy, 2006). Essas narrativas políticas ajudam os indivíduos a interpretar suas experiências dentro de um contexto histórico mais amplo e favorecem a participação em movimentos de resistência (Lee, 2017). A mobilização de base frequentemente emerge por meio de redes sociais preexistentes, como famílias, vizinhanças, instituições religiosas e comunidades (Martinez, 2010; Dreier, 1996). Essas redes podem facilitar o compartilhamento de informações, a discussão de desafios políticos e a coordenação de ações coletivas. Reuniões informais, encontros religiosos e espaços comunitários frequentemente funcionam como ambientes de mobilização e educação política (Meziani; Hamouta, 2025).

Mulheres e jovens frequentemente desempenham papel importante nos movimentos de resistência de base. Redes comunitárias de apoio, assistência e participação em protestos e ativismo político foram muitas vezes organizadas por mulheres (Shepherd, 2008). Em contextos nos quais as gerações mais jovens se sentem excluídas dos processos de tomada de decisão política, os movimentos juvenis também se tornam importantes propulsores da mobilização. A formação da identidade coletiva também inclui a construção de narrativas que reforçam a solidariedade (Yalçın; Önal, 2025). Para fortalecer a identidade de grupo e manter o compromisso emocional com os movimentos de resistência, símbolos como bandeiras, canções, tradições culturais e aniversários históricos são frequentemente utilizados (Nepstad, 2004). Esses símbolos funcionam como lembretes de desafios compartilhados e de aspirações por transformações políticas (Kramer; Neale, 1998).

Divisões internas dentro de um grupo, como aquelas baseadas em etnia, religião, ideologia política ou classe, podem gerar tensões nos movimentos de resistência. A formação de uma identidade coletiva nem sempre é simples, pois exige integrar essas divisões (Thome, 1979; Wendt, 1994). Para manter a ação coletiva, líderes e ativistas frequentemente administram essas diferenças (Louis, 2009). Apesar desses desafios e dificuldades, a mobilização de base permanece como uma das forças mais relevantes da política de guerra (Konrad *et al*., 2023). Ao canalizar queixas individuais para a resistência coletiva, os movimentos de base oferecem espaços para que as comunidades desafiem a dominação política e afirmem seus direitos diante de desafios avassaladores (Horowitz, 2012).

Saúde mental e resistência em tempos de guerra

A guerra produz um impacto psicológico profundo sobre indivíduos e comunidades (Priebe *et al*., 2012). Problemas generalizados de saúde mental podem resultar da exposição prolongada à violência, ao deslocamento e à insegurança (Arafat; Hossain, 2025). Condições como trauma, depressão, ansiedade e estresse crônico são comuns em sociedades que

atravessaram conflitos prolongados. Essas consequências psicológicas podem afetar o comportamento político, o bem-estar individual e a mobilização social (Dawes *et al*., 2014). As circunstâncias da guerra frequentemente expõem indivíduos a experiências traumáticas, incluindo a perda de entes queridos, a destruição de casas e o deslocamento forçado (Figley, 2007). Tais experiências podem produzir efeitos psicológicos duradouros na forma como os indivíduos percebem o mundo ao seu redor (Hinde, 1997). Sentimentos de medo, desamparo e incerteza podem se tornar profundamente incorporados à vida cotidiana (Regnoli *et al*., 2024).

Comunidades que vivem em áreas de conflito desenvolvem formas notáveis de resiliência, apesar dos desafios (Akimova *et al*., 2025). Redes de apoio social desempenham papel significativo para ajudar os indivíduos a lidar com as consequências emocionais da guerra (Weinberg *et al*., 2017). Dinâmicas familiares, práticas religiosas e solidariedade comunitária oferecem suporte emocional e promovem ambientes nos quais os indivíduos podem articular suas experiências e atribuir sentido ao sofrimento (Isovaara *et al*., 2006). A resistência política pode, por vezes, funcionar como uma forma de enfrentamento psicológico (Weiss, 2017). Fazer parte de movimentos de resistência pode ajudar os indivíduos a alcançar um senso de agência e propósito, permitindo-lhes superar sentimentos de desamparo (Dries, 2015). Ao se engajarem em ações coletivas, os indivíduos podem sentir que participam ativamente da defesa e da sobrevivência de suas comunidades (Bevan, 2012).

Os desafios de saúde mental e a resistência política mantêm uma relação complexa e multifacetada (Barnetz; Gefen, 2021). A resistência pode expor os indivíduos a riscos adicionais e a estressores psicológicos, ao mesmo tempo em que fortalece empoderamento e solidariedade (Rigakos; Law, 2009; Holahan; Moos, 1987). Movimentos de resistência podem levar a vigilância, prisão, violência e pressão social, o que, por sua vez, pode causar sofrimento psicológico (Holahan; Moos, 1987). Profissionais de saúde mental que atuam em zonas de conflito destacam a importância de compreender os desafios de saúde mental e as dimensões coletivas do trauma (Hamza; Hicks, 2021). Abordagens clínicas tradicionais, centradas exclusivamente no tratamento individual, podem não ser suficientes para os contextos sociais e políticos que moldam as experiências psicológicas em situações de guerra (Alpak *et al*., 2014).

Em contextos de guerra e conflito, intervenções comunitárias em saúde mental têm se mostrado eficazes (Frančišković *et al*., 2008). Essas abordagens enfatizam a importância da cura coletiva, do apoio social e da sensibilidade cultural (Van Citters; Bartels, 2004). Programas que incentivam o diálogo, a educação e a reconstrução comunitária podem restaurar um senso de estabilidade e pertencimento entre as populações afetadas (Sheline, 1990). No campo da psicologia política, compreender a relação entre resistência em tempos de guerra e saúde mental é fundamental (Tannous-Haddad *et al*., 2026). As respostas emocionais ao conflito, incluindo a participação em resistência, ativismo político e organização comunitária, influenciam comportamentos políticos mais amplos e o bem-estar individual.

Resistência política e construção nacional

Os movimentos de resistência historicamente desempenharam papel instrumental na formação de identidades nacionais e paisagens políticas (Yashar, 2007). Em muitas comunidades, as lutas contra a dominação externa, o imperialismo ou a opressão interna serviram como momentos fundacionais que contribuíram para narrativas nacionais e memórias coletivas (Wertsch, 2007). O Oriente Médio oferece diversos exemplos de como movimentos de resistência se vinculam a processos de construção nacional (Tripp, 2013). As lutas anticoloniais durante o século XX influenciaram a formação de identidades nacionais em toda a região (Doran, 2019). Movimentos que combateram o domínio colonial frequentemente compreendiam suas lutas como batalhas pela dignidade nacional, pela preservação cultural e pela independência política. Símbolos de resistência frequentemente se tornam parte central da identidade de um país. Esses símbolos passaram a compor a identidade nacional, e narrativas desse tipo favoreceram a união de populações diversas e o fortalecimento de um senso compartilhado de pertencimento (Matafora *et al*., 2021; Cabral, 1972).

Os movimentos de resistência também influenciam o desenvolvimento de estruturas de governança (Kit, 2014). Por seus papéis nas lutas de libertação, líderes que emergem de movimentos de resistência frequentemente adquirem legitimidade (Richmond, 2010). A transição de um movimento de resistência para uma autoridade governante pode apresentar desafios, e sua autoridade pode estar enraizada não apenas no poder político, mas também na representação simbólica da luta nacional (Maiguashca, 2003). Divisões internas nos movimentos de resistência podem se tornar mais problemáticas e visíveis quando termina a luta externa contra a dominação (Tilly, 1991). A construção nacional pode ser dificultada por visões políticas concorrentes, diferenças ideológicas e disputas de poder (Blanksten, 1967). Ainda que esses desafios existam, o legado emocional da resistência frequentemente permanece como uma força poderosa na formação das identidades políticas. Memórias coletivas de luta, sacrifício e resiliência podem influenciar o discurso político e as atitudes públicas muito depois do fim do conflito ativo.

Potências ocidentais e política emocional

As potências ocidentais (Fattah; Fierke, 2009) influenciam significativamente as dinâmicas emocionais e políticas dos conflitos no Oriente Médio. A forma como a mídia ocidental retrata a experiência do conflito, as intervenções militares, as estratégias diplomáticas e as políticas econômicas influenciou sua interpretação dentro da região e também no plano internacional (Y. Liu, 2013; Tahboun, 2025). A população local passou por fortes perturbações e reações emocionais e psicológicas em razão das intervenções militares externas na região (Villalobos; Sirin, 2016). Muitas comunidades da região percebem essas intervenções como continuidade de padrões históricos de dominação imperial (MacKenzie; MacKenzie, 1992). Essas percepções

podem intensificar sentimentos de raiva, ressentimento e humilhação, fortalecendo os movimentos de resistência.

Em torno dos conflitos, a mídia internacional cria narrativas emocionais que contribuem para a forma como o mundo percebe essas questões (Hoyle *et al*., 2023). Tais narrativas podem afetar a opinião pública e moldar percepções sobre os atores do conflito em meio aos desafios existentes (Carter; Carter, 2021). O enquadramento dos movimentos de resistência, seja como lutas legítimas por autodeterminação, seja como ameaças à segurança, afeta significativamente as respostas internacionais e os resultados diplomáticos (Lee, 2017; Maher, 2010). Os discursos políticos ocidentais frequentemente priorizam preocupações de segurança, estratégias de contraterrorismo e estabilidade geopolítica (Flint; Radil, 2009). O problema de observar a questão por essa lente é que ela evidencia determinados aspectos do conflito, mas negligencia as experiências emocionais das comunidades afetadas (Hutchison; Bleiker, 2015). Tal abordagem pode resultar em formulações de políticas que não enfrentam as causas profundas da resistência e contribuem para a incompreensão dessas comunidades (Harich; Koloffon Rosas, 2021).

As experiências emocionais das populações afetadas e os interesses estratégicos precisam ser considerados em negociações diplomáticas, processos de construção da paz e intervenções internacionais, uma vez que a política emocional das relações internacionais tem impacto decisivo na dinâmica dos conflitos.

Conclusão

Indivíduos e comunidades interpretam dinâmicas e experiências emocionais como elementos centrais do conflito, da resistência e das lutas políticas ao longo do tempo. Por isso, o estudo da política de guerra exige uma compreensão que vá além das estratégias militares e das relações geopolíticas (Volkov, 2025). Legados históricos do imperialismo, intervenções externas e lutas por soberania se entrelaçam aos conflitos em lugares como o Oriente Médio, tornando significativo compreender as dinâmicas emocionais nesses contextos (Falkowski; Jabłońska, 2019; Anderson, 2014).

Durante a guerra, as emoções moldam a resistência política. Queixas emocionais duradouras, oriundas de experiências históricas de dominação imperial, podem influenciar conflitos contemporâneos. A transformação do sofrimento pessoal em ações coletivas pode ser motivada por emoções como raiva, humilhação, luto, medo e esperança. Experiências emocionais são traduzidas em movimentos de resistência organizados por meio da mobilização de base e da formação da identidade coletiva. Uma forte solidariedade e um engajamento político sustentado podem resultar de comunidades que se apoiam em narrativas compartilhadas de luta e identidade cultural. No contexto do conflito político, as consequências psicológicas da guerra destacam a importância de compreender a saúde mental. Resiliência, solidariedade e estratégias coletivas de enfrentamento coexistem com experiências de trauma e sofrimento

psicológico nas sociedades em guerra. Movimentos de resistência podem contribuir para processos de construção nacional ao moldar identidades nacionais e memórias coletivas. Narrativas de luta e sacrifício frequentemente se tornam componentes centrais da identidade política e da consciência histórica. Considerando as dinâmicas internacionais, as potências ocidentais desempenham papel significativo nos conflitos do Oriente Médio e na configuração da política emocional da população. Intervenções externas, narrativas midiáticas e estratégias diplomáticas influenciam as percepções locais e globais do conflito. Em última análise, a compreensão dos movimentos de resistência e da resiliência de comunidades que enfrentam conflitos prolongados exige reconhecer as dimensões emocionais da política de guerra.

Referências

AKIMOVA, O.; ISHCHENKO, A.; PERGA, I. **Community resilience in conflict zones**: Identifying key factors for conflict resolution and recovery potential. [*S. l.*]: SpringerBriefs in international relations, 2025. DOI: https://doi.org/10.1007/978-981-96-2295-5_8.

ALI, S. The roots of present conflicts in the Middle East. **The Researchers**, [*S. l.*], v. 8, n. 1, p. 87-118, 2022. DOI: https://doi.org/10.21276/tr.2022.8.1.AN6.

ALPAK, G. *et al*. Post-traumatic stress disorder among Syrian refugees in Turkey: A cross-sectional study. **International Journal of Psychiatry in Clinical Practice**, [*S. l.*], v. 19, n. 1, p. 45–50, 2014. DOI: https://doi.org/10.3109/13651501.2014.961930.

ANAUKWU, N. O. **Geopolitical Dynamics**: Analyzing the role of the United States of America and European powers in the Middle East. [*S. l.*]: Zenodo (CERN European Organization for Nuclear Research), 2024. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.13335147.

ANDERSON, S. **Lawrence in Arabia**: War, Deceit, Imperial Folly and the Making of the Modern Middle East. [*S. l.*]: Atlantic Books Ltd., 2014.

ANGUELOVSKI, I.; CONNOLLY, J. J. T. **The Green City and social injustice**: 21 Tales from North America and Europe. Abingdon: Routledge, 2021.

ARAFAT, S. M. Y.; HOSSAIN, S. War, socio-political conflict and Geopsychiatry. **Geopsychiatry**, [*S. l.*], v. 3, e100043, 2025. DOI: https://doi.org/10.1016/j.geopsy.2025.100043.

BARNETZ, Z.; GEFEN, S. From "Patient" to "Activist": treatment experiences, changing perceptions, and resistance of mental health survivors. **Journal of Progressive Human Services**, [*S. l.*], v. 33, n. 1, p. 8–39, 2021. DOI: https://doi.org/10.1080/10428232.2021.1987736.

BAR-TAL, D.; HALPERIN, E.; DE RIVERA, J. Collective emotions in conflict situations: societal implications. **Journal of Social Issues**, [*S. l.*], v. 63, n. 2, p. 441-460, 2007.

BEVAN, S. Continuing the collective action dilemma. **Political Research Quarterly**, [*S. l.*], v. 66, n. 3, p. 545–558, 2012. DOI: https://doi.org/10.1177/1065912912456096.

BLANKSTEN, G. I. Ideology and Nation-Building in the contemporary world. *In*: THE INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION; OXFORD UNIVERSITY PRESS. **International Studies Quarterly**. Oxford: Oxford University Press on behalf of The International Studies Association, 1967. p. 3-11. DOI: https://www.jstor.org/stable/3013987.

BRAMSEN, I.; PODER, P. Theorizing three basic emotional dynamics of conflicts: A

Situational Research agenda. **Peace Research**, [*S. l.*], v. 46, n. 2, p. 51-86, 2014. DOI: https://www.jstor.org/stable/24896065.

BRAMSEN, I.; PODER, P.; BERGHOF FOUNDATION OPERATIONS GMBH. Emotional dynamics in conflict and conflict transformation. *In*: BERGHOF FOUNDATION. **Berghof Handbook for Conflict Transformation**. Berlin; Tübingen: Berghof Foundation, 2018. Disponível em: https://berghof-foundation.org/files/publications/bramsen_poder_handbook.pdf.

BROCKLESBY, J. **Imperialism after Decolonisation**: Britain's Remnants of Empire since 1963 (with Special Reference to the Falkland Islands, the British Indian Ocean Territory and Brunei). Liverpool: Liverpool John Moores University, 2020.

CABRAL, A. Identity and dignity in the National Liberation struggle. **Africa Today**, Indiana, v. 4, p. 39-47, 1972. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/4185262

CARTER, E. B.; CARTER, B. L. Questioning more: RT, Outward-Facing propaganda, and the Post-West world Order. **Security Studies**, [*S. l.*], v. 30, n. 1, p. 49-78, 2021. DOI: https://doi.org/10.1080/09636412.2021.1885730.

CHOUP, A. M. The Formation and Manipulation of Collective Identity: A Framework for analysis. **Social Movement Studies**, [*S. l.*], v. 7, n. 2, p. 191-207, 2008. DOI: https://doi.org/10.1080/14742830802283568.

COSIC, K.; KOPILAS, V.; JOVANOVIC, T. War, emotions, mental health, and artificial intelligence. **Frontiers in Psychology**, [*S. l.*], n. 15, e1394045, 2024. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1394045.

DAVENPORT, C. State repression and political order. **Annual Review of Political Science**, [*S. l.*], v. 10, n. 1, p. 1-23, 2007. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.10.101405.143216.

DAWES, C. *et al*. The Relationship between Genes, Psychological Traits, and Political Participation. **American Journal of Political Science**, [*S. l.*], v. 58, n. 4, p. 888-903. DOI: https://doi.org/10.1111/ajps.12100.

DE RIVERA, J. **Emotional climate for peace**. [*S. l.*]: The Encyclopedia of Peace Psychology, 2011. DOI: https://doi.org/10.1002/9780470672532.wbepp097.

DORAN, C. Postcolonialism, anti-colonialism, nationalism and history. **International Studies**, v. 56, n. 2-3, p. 92-108, 2019. DOI: https://doi.org/10.1177/0020881719840257.

DREIER, P. Community Empowerment Strategies: The limits and potential of community organizing in urban neighborhoods. **Cityscape**, [*S. l.*], v. 2, n. 2, p. 121-159, 1996. DOI: https://www.jstor.org/stable/20868413.

DRIES, M. **Freedom, resistance, agency**. Oxford: Oxford University Press eBooks, 2015. DOI: https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198722236.003.0007.

DUTERME, C. A political dimension of grief: Individual and social healing after conflict. **Death Studies**, [*S. l.*], v. 45, n. 1, p. 71-81, 2020. DOI: https://doi.org/10.1080/07481187.2020.1851881.

EDWARDS, L. **Warfare, colonialism and empire in the modern world**. Cambridge: Cambridge Core, 2020. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/books/abs/cambridge-world-history-of-violence/warfare-colonialism-and-empire-in-the-modern-world/7F1F1F498B685F07E11043F0F067B6FA.

ERIKSEN, S. *et al*. Adaptation interventions and their effect on vulnerability in developing countries: Help, hindrance or irrelevance? **World Development**, [*S. l.*], n. 141, e105383, 2021. DOI: https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105383.

EUBEN, R. L. Humiliation and the political mobilization of masculinity. **Political Theory**, [*S. l.*], v. 43, n. 4, p. 500-532, 2015. DOI: https://doi.org/10.1177/0090591715591284.

FALKOWSKI, A.; JABŁOŃSKA, M. Moderators and Mediators of Framing Effects in Political Marketing: Implications for Political Brand Management. **Journal of Political Marketing**, [*S. l.*], v. 19, n. 1-2, p. 34-53, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/15377857.2019.1652221.

FATTAH, K.; FIERKE, K. A clash of emotions: the politics of humiliation and political violence in the Middle East. **European Journal of International Relations**, [*S. l.*], v. 15, n. 1, p. 67-93, 2009. DOI: https://doi.org/10.1177/1354066108100053.

FIGLEY, C. R. **Mapping trauma and its wake**. [*S. l.*: *s. n.*], 2007. DOI: https://doi.org/10.4324/9780203956472.

FINKEL, S. E.; MULLER, E. N.; OPP, K.-D. Personal influence, collective rationality, and mass political action. **The American Political Science Review**, [*S. l.*], v. 83, n. 3, p. 885-903, 1989. DOI: https://www.jstor.org/stable/1962065.

FLINT, C.; RADIL, S. M. Terrorism and Counter-Terrorism: Situating al-Qaeda and the Global War on Terror within Geopolitical Trends and Structures. **Eurasian Geography and Economics**, [*S. l.*], v. 50, n. 2, p. 150-171, 2009. DOI: https://doi.org/10.2747/1539-7216.50.2.150.

FRANČIŠKOVIĆ, T. *et al*. **Health care and community-based interventions for war-traumatized people in Croatia**: Community-based study of service use and Mental health. [*S. l.*: s. n.], 2008. Disponível em: https://hrcak.srce.hr/29261.

GIANOLLA, C.; MÓNICO, L.; CRUZ, M. J. Emotion narratives on the political culture of radical right populist parties in Portugal and Italy. **Politics and Governance**, [*S. l.*], n.

12, 2024. DOI: https://doi.org/10.17645/pag.8556.

GOBODO-MADIKIZELA, P. Remorse, Forgiveness, and Rehumanization: Stories from South Africa. **Journal of Humanistic Psychology**, [*S. l.*], v. 42, n. 1, p. 7-32, 2002. DOI: https://doi.org/10.1177/0022167802421002.

GROENENDYK, E. Current Emotion Research in Political Science: How Emotions Help Democracy Overcome its Collective Action Problem. **Emotion Review**, [*S. l.*], v. 3, n. 4, p. 455-463, 2011. DOI: https://doi.org/10.1177/1754073911410746.

GRÜNING, D. J.; SCHUBERT, T. W. Emotional campaigning in politics: being moved and anger in political ads motivate to support candidate and party. **Frontiers in Psychology**, [*S. l.*], v. 12, e781851, 2022. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.781851.

HAFEZ, A. A. Understanding contemporary Middle East. **Global Academic Journal of Humanities and Social Sciences**, [*S. l.*], v. 4, n. 3, p. 118-123, 2022. DOI: https://doi.org/10.36348/gajhss.2022.v04i03.004.

HAFEZ, A. A. Understanding contemporary Middle East. **Global Academic Journal of Humanities and Social Sciences**, [*S. l.*], v. 4, n. 3, p. 118-123, 2022. DOI: https://doi.org/10.36348/gajhss.2022.v04i03.004.

HAMZA, M. K.; HICKS, M. H. Implementation of mental health services in conflict and post-conflict zones: lessons from Syria. **Avicenna Journal of Medicine**, [*S. l.*], v. 11, n. 1, p. 8-14, 2021. DOI: https://doi.org/10.4103/ajm.ajm_141_20.

HARICH, J.; KOLOFFON ROSAS, M. **Adding a change resistance layer to integrated system models using root cause analysis and problem decomposition**. [*S. l.*: *s. n.*], 2021.

HARIK, I. F. The ethnic revolution and political integration in the Middle East. **International Journal of Middle East Studies**, Cambridge, v. 3, n. 3, p. 303-323. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/162801.

HARTMANN, W. E. *et al*. American Indian historical trauma: Anticolonial prescriptions for healing, resilience, and survivance. **American Psychologist**, [*S. l.*], v. 74, n. 1, p. 6-19, 2019. DOI: https://doi.org/10.1037/amp0000326.

HASSANS, A. **Memory and trauma in historical narratives**. [*S. l.*]: Eurasian Experiment Journal of Arts and Management, 2024. https://www.eejournals.org

HATIBOVIC, F. *et al*. The effects of emotions on the disposition to normative and non-normative political action in the context of the Chilean post-social outburst. **Frontiers in Psychology**, [*S. l.*], v. 14, e1154501, 2023. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1154501.

HINDE, R. A. War: some psychological causes and consequences. **Interdisciplinary Science Reviews**, [*S. l.*], v. 22, n. 3, p. 229-245, 1997. DOI: https://doi.org/10.1179/isr.1997.22.3.229.

HOLAHAN, C. J.; MOOS, R. H. Risk, resistance, and psychological distress: A longitudinal analysis with adults and children. **Journal of Abnormal Psychology**, [*S. l.*], v. 96, n. 1, p. 3-13, 1987. DOI: https://doi.org/10.1037/0021-843x.96.1.3.

HOROWITZ, L. S. Power, profit, protest: Grassroots resistance to industry in the global North. **Capitalism Nature Socialism**, [*S. l.*], v. 23, n. 3, 20-34, 2012. DOI: https://doi.org/10.1080/10455752.2012.702868.

HOYLE, A. *et al*. (2023). Cognitive and emotional responses to Russian State-Sponsored media narratives in international audiences. **Journal of Media Psychology Theories Methods and Applications**, [*S. l.*], v. 35, n. 6, p. 362-374, 2023. DOI: https://doi.org/10.1027/1864-1105/a000371.

HUESMANN, L. R. *et al*. Children's exposure to violent political conflict stimulates aggression at peers by increasing emotional distress, aggressive script rehearsal, and normative beliefs favoring aggression. **Development and Psychopathology**, [*S. l.*], v. 29, n. 1, p. 39-50, 2016. DOI: https://doi.org/10.1017/s0954579416001115.

HUNTER, P. The role of fear in modern societies. **EMBO Reports**, [*S. l.*], v. 22, n. 1, e52157, 2020. DOI: https://doi.org/10.15252/embr.202052157.

HUTCHISON, E.; BLEIKER, R. **Emotion, Politics and War**. Abingdon: Routledge, 2015.

ISOVAARA, S.; ARMAN, M.; REHNSFELDT, A. Family suffering related to war experiences: an interpretative synopsis review of the literature from a caring science perspective. **Scandinavian Journal of Caring Sciences**, [*S. l.*], v. 20, n. 3, p. 241-250, 2006. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1471-6712.2006.00432.x.

JANKOWITZ, S. **Grassroots organizations and peacebuilding**. [*S. l.*]: The Palgrave Encyclopedia of Peace and Conflict Studies, 2022.

JOGDAND, Y.; KHAN, S.; REICHER, S. **The context, content, and claims of humiliation in response to collective victimhood**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

JOSEPH, J. *et al*. Disaster recovery and structural inequalities: A case study of community assertion for justice. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, [*S. l.*], v. 66, e102555, 2021. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2021.102555.

KARATZOGIANNI, A.; ROBINSON, A. P**ower, resistance and conflict in the contemporary world**. Abingdon: Routledge, 2009.

KARPAT, K. H. A Peace to End All Peace: The Fall of the Ottoman Empire and the

Creation of the Modern Middle East by David Fromkin (Book review). **ProQuest**, out. 1991. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/7094f17f296150d7365a7778da257a26/1?cbl=1819215&pq-origsite=gscholar.

KERN, A.; MARIEN, S.; HOOGHE, M. Economic crisis and levels of political participation in Europe (2002–2010): the role of resources and grievances. **West European Politics**, [*S. l.*], v. 38, n. 3, p. 465-490, 2015. DOI: https://doi.org/10.1080/01402382.2014.993152.

KHALIFEH, S. The evolution of warfare from conventional to a digital battlefield: an analysis of cyber technology and artificial intelligence in the Lebanese-Israel conflicts. **Defense and Security Studies**, [*S. l.*], v. 6, n. 1, p. 91-102, 2025. DOI: https://doi.org/10.37868/dss.v6.id285.

KIT, C. C. China as "Other". **China Perspectives**, [*S. l.*], v. 1, p. 25-34, 2014. DOI: https://doi.org/10.4000/chinaperspectives.6374.

KONRAD, R.; SOROKOTYAHA, S.; WALKER, D. Humanitarian response by grassroots associations during a military conflict. **Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management**, [*S. l.*], v. 14, n. 2, p. 140-159, 2023. DOI: https://doi.org/10.1108/jhlscm-06-2022-0075.

KRAMER, R. M.; NEALE, M. A. **Power and influence in organizations**. [*S. l.*: *s. n.*], 1998.

KUMAR, P. **The Fall of an Empire**: The Dissolution of the Ottoman Empire Post-World War. [*S. l.*]: Political Science Institute, 2025. Disponível em: https://polsci.institute/international-relations-world-history/fall-of-ottoman-empire-post-wwi/.

KUMARASWAMY, P. R. Who am I? The identity crisis in the middle east. **Middle East Review of International Affairs**, [*S. l.*], v. 10, n. 1, p. 63-65, 2006. DOI: https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/meria/meria_mar06/meria_10-1e.pdf.

LEE, A.; SCHULTZ, K. A. Comparing British and French Colonial Legacies: A Discontinuity Analysis of Cameroon. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 7, n. 7, p. 1-46, 2012. Disponível em: https://www.rochester.edu/college/faculty/alexander_lee/wp-content/uploads/2014/07/lee-schultz-2012.pdf.

LEE, D. Resistance Dynamics and Social Movement Theory: Conditions, mechanisms, and effects. **Journal of Strategic Security**, [*S. l.*], v. 10, n. 4, p. 42-63, 2017. DOI: https://doi.org/10.5038/1944-0472.10.4.1647.

LEITZ, L. **The politics of grief and mourning**: calls to action and processing emotions. [*S. l.*]: American Behavioral Scientist, 2025.

LEVY, B. S. The impacts of war on health, human rights, and the environment—an overview. **Frontiers in Public Health**, [*S. l.*], v. 13, e1547784, 2025. DOI: https://doi.org/10.3389/fpubh.2025.1547784.

LINDNER, E. G. Humiliation - Trauma that has been overlooked: An analysis based on fieldwork in Germany, Rwanda/Burundi, and Somalia. **Traumatology an International Journal**, [*S. l.*], v. 7, n. 1, p. 43-68, 2001. DOI: https://doi.org/10.1177/153476560100700104.

LIU, Y. On the Great Power Intervention in the Middle East Upheaval and Political Trend in the Middle East. **Journal of Middle Eastern and Islamic Studies (in Asia)**, [*S. l.*], v. 7, n. 2, p. 1-34, 2013. DOI: https://doi.org/10.1080/19370679.2013.12023221.

LOUIS, W. R. Collective action—and then what? **Journal of Social Issues**, [*S. l.*], v. 65, n. 4, p. 727-748, 2009. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2009.01623.x.

LYNCH, C. **Interpreting international politics**. Abingdon: Routledge, 2014.

MACKENZIE, J. M.; MACKENZIE, J. M. **Popular imperialism and the military**: 1850-1950. Manchester: Manchester University Press, 1992.

MAHER, T. V. Threat, resistance, and collective action. **American Sociological Review**, [*S. l.*], v. 75, n. 2, p. 252-272, 2010. DOI: https://doi.org/10.1177/0003122410365305.

MAIGUASHCA, B. Governance and resistance in world politics. **Review of International Studies**, [*S. l.*], v. 29, n. 1, p. 3-28, 2003. DOI: https://doi.org/10.1017/s0260210503005989.

MANJAPRA, K. **Anti-imperialism and interregnum**. Cambridge: Cambridge University Press eBooks, 2019.

MARCUS, G. E. Emotions in politics. **Annual Review of Political Science**, [*S. l.*], v. 3, n. 1, p. 221-250, 2000. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.3.1.221.

MARTINEZ, L. M. Politicizing the family: How grassroots organizations mobilize Latinos for political action in Colorado. **Latino Studies**, [*S. l.*], v. 8, n. 4, p. 463-484, 2010. DOI: https://doi.org/10.1057/lst.2010.54.

MATAFORA, B.; HAHN-LAUDENBERG, K.; ABS, H. J. **Assessing the national identity and sense of belonging of students in Germany with immigration backgrounds**. [*S. l.*: *s. n.*], 2021. Disponível em: https://eric.ed.gov/?id=EJ1303462

MAYALL, J. Sovereignty, nationalism, and Self-Determination. **Political Studies**, [*S. l.*], v. 47, n. 3, p. 474-502, 1999. DOI: https://doi.org/10.1111/1467-9248.00213.

MESTRE-MESTRE, E. M. Emotion in Politics In Times of War: A Corpus Pragmatics Study. **Corpus Pragmatics**, [*S. l.*], v. 7, n. 4, p. 323-344, 2023. DOI: https://doi.org/10.1007/s41701-023-00147-w.

MEZIANI, F.; HAMOUTA, F. The role of social networks in the virtual political mobilization of citizens to form an effective cyber public opinion in building decisions.

Social Empowerment Journal, [*S. l.*], v. 7, n. 2, p. 70-81, 2025. DOI: https://doi.org/10.34118/sej.v7i2.4277.

MIRRABOOPA, K. M. Ways of knowing, being and doing: A theoretical framework and methods for indigenous and indigenist re-search. **Journal of Australian Studies**, [*S. l.*], v. 27, n. 76, p. 203-214, 2003. DOI: https://doi.org/10.1080/14443050309387838.

MOHAMMADI, M. R.; KHALEGHI, A. Mental Health Consequences of War: Lessons from Recent Conflicts and Implications for All, Specifically Iranians. **Iranian Journal of Psychiatry**, [*S. l.*], v. 20, n. 4, p. 424-426, 2025. DOI: https://doi.org/10.18502/ijps.v20i4.19677.

MORELAND-CAPUIA, A. The role of fear in politics, politicians, government, and society. *In*: MORELAND-CAPUIA, A. **The Trauma of Racism**. Cham: Springer Cham, 2021. p. 35-61. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-73436-7_3.

NAIK, G. *et al*. The Role of Journalism in Social Movements: A Socio–Media Analysis. **International Journal of Research Publication and Reviews**, [*S. l.*], v. 6, n. 12, p. 941-950, 2025. DOI: https://doi.org/10.55248/gengpi.06.1225.4037.

NASIR, N. **From confusion to conviction**: War as a catalyst for identity consolidation. [*S. l.*]: USKAM, 2025. Disponível em: https://www.uskam.org.tr/makaleler/standard/from-confusion-to-conviction-war-as-a-catalyst-for-identity-consolidation.

NEPSTAD, S. E. Persistent resistance: commitment and community in the Plowshares movement. **Social Problems**, [*S. l.*], v. 51, n. 1, p. 43-60, 2004. DOI: https://doi.org/10.1525/sp.2004.51.1.43.

NILSSON, M. Hezbollah and the framing of resistance. **Third World Quarterly**, [*S. l.*], v. 41, n. 9, p. 1595-1614, 2020. DOI: https://doi.org/10.1080/01436597.2020.1779587.

PAKBAZI, S. S. *et al*. Examining the psychological impact of intergenerational trauma on family dynamics in Post-Conflict societies. **Journal of Psychosociological Research in Family and Culture**, [*S. l.*], v. 2, n. 4, p. 28-35, 2024. DOI: https://doi.org/10.61838/kman.jprfc.2.4.5.

PHAM, P. **Imperialism's Legacy in the Study of Contemporary Politics**: The Case of Hegemonic Stability Theory. [*S. l.*]: E-International Relations, 2020. Disponível em: https://www.e-ir.info/2020/06/22/imperialisms-legacy-in-the-study-of-contemporary-politics-the-case-of-hegemonic-stability-theory/.

PINTO, N.; VERTIZ, B.; BOTERO, A. **Resistance, social reproduction and emerging commitments for collaborative design from the margins**. [*S. l.*]: Proceedings of DRS, 2022.

PIZARRO, J. J. *et al*. Emotional processes, collective behavior, and social movements: A meta-analytic review of collective effervescence outcomes during collective gatherings and demonstrations. **Frontiers in Psychology**, [*S. l.*], v. 13, e974683, 2022. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.974683.

POLLACK, J. Saudi Arabia and The United States, 1931-2002. **Middle East Review of International Affairs**, [*S. l.*], v. 6, n. 3, p. 77-78, 2002. Disponível em: https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/meria/poj02_01.pdf.

POLLARD, S. Industrialization and the European economy. **The Economic History Review**, [*S. l.*], v. 26, n. 4, 1973. DOI: https://doi.org/10.2307/2593702.

POLLETTA, F.; JASPER, J. M. Collective identity and social movements. **Annual Review of Sociology**, [*S. l.*], v. 27, n. 1, p. 283-305, 2001. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.283.

PRIEBE, S. *et al*. Psychological Symptoms as Long-Term Consequences of War Experiences. **Psychopathology**, [*S. l.*], v. 46, n. 1, p. 45-54, 2012. DOI: https://doi.org/10.1159/000338640.

RAZA, Z. *et al*. Exposure to war and conflict: The individual and inherited epigenetic effects on health, with a focus on post-traumatic stress disorder. **Frontiers in Epidemiology**, [*S. l.*], v. 3, e1066158, 2023. DOI: https://doi.org/10.3389/fepid.2023.1066158.

REESE, G.; ROSENMANN, A.; CAMERON, J. E. **Collective action in a global context**. [*S. l.*]: Elsevier eBooks, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/b978-0-12-812109-2.00006-9.

REGNOLI, G. M.; TIANO, G.; DE ROSA, B. How is the fear of war impacting Italian young adults' mental health? The mediating role of future anxiety and intolerance of uncertainty. **European Journal of Investigation in Health Psychology and Education**, [*S. l.*], v. 14, n. 4, p. 838-855, 2024. DOI: https://doi.org/10.3390/ejihpe14040054.

RICHMOND, O. P. Resistance and the post-liberal peace. **Millennium Journal of International Studies**, [*S. l.*], v. 38, n. 3, p. 665-692, 2010. DOI: https://doi.org/10.1177/0305829810365017.

RIGAKOS, G. S.; LAW, A. Risk, realism and the politics of resistance. **Critical Sociology**, [*S. l.*], v. 35, n. 1, p. 79-103, 2009. DOI: https://doi.org/10.1177/0896920508098658.

Saeed, S. The crises in the Middle East: reshaping the region's geopolitical landscape and altering the global order. **Asian Review of Political Economy**, [*S. l.*], v. 4, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.1007/s44216-024-00043-3.

SALMELA, M.; CAPELOS, T. Ressentiment: a complex emotion or an emotional mechanism of psychic defences? **Politics and Governance**, [*S. l.*], v. 9, n. 3, p. 191-203, 2021. DOI: https://doi.org/10.17645/pag.v9i3.4251.

SARVESTANY, R. S. **War**: A Repeated Historical Error and a Structural Obstacle to Sustainable Peace. [*S. l.*]: ResearchGate, 2025. DOI: https://doi.org/10.13140/rg.2.2.35253.95202.

SAWYER, K. B.; CLAIR, J. A. Hope Cultures in Organizations: Tackling the grand Challenge of commercial sex exploitation. **Administrative Science Quarterly**, [*S. l.*], v. 67, n. 2, p. 289-338, 2021. DOI: https://doi.org/10.1177/00018392211055506.

SCHNAKENBERG, K. E.; WAYNE, C. N. Anger and political conflict dynamics. **American Political Science Review**, [*S. l.*], v. 118, n. 3, p. 1158-1173, 2024. DOI: https://doi.org/10.1017/s0003055424000078.

SEAL, T. Roots of conflict: the First World War and the political fragmentation of the Middle East. **Naval War College Review**, [*S. l.*], v. 45, n. 2, p. 69-79, 1992. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/44638065.

SHAHI, R. (2025). The Sykes-Picot Agreement and its Enduring Impact on State Formation and Conflicts in the Middle East. **International Journal of Research Publication and Reviews**, [*S. l.*], v. 6, n 7, p. 1643-1653, 2025. Disponível em: https://ijrpr.com/uploads/V6ISSUE7/IJRPR50230.pdf.

SHAMSAN, B. T. **Memory and Trauma in Post-Colonial Societies**: An Analysis of Collective Memory. [*S. l.*: s. n.], 2025. Disponível em: https://easrjournals.com/index.php/ejhssd/article/view/39.

SHELINE, Y. I. High prevalence of physical illness in a geriatric psychiatric inpatient population. **General Hospital Psychiatry**, [*S. l.*], v. 12, n. 6, p. 396-400, 1990. DOI: https://doi.org/10.1016/0163-8343(90)90008-z.

SHEPHERD, L. **Gender, violence and security**: Discourse as Practice. Londres: Bloomsbury Publishing, 2008.

SKAIDRĖ, Ž. Grassroots activism and sustainable development. *In*: FILHO, W. L. **Encyclopedia of Sustainability in Higher Education**. Cham: Springer Cham, 2019. p. 1-10. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-63951-2_281-1.

SOUSA, C. A. Political violence, collective functioning and health: A review of the literature. **Medicine Conflict & Survival**, [*S. l.*], v. 29, n. 3, p. 169-197. DOI: https://doi.org/10.1080/13623699.2013.813109.

STATMAN, D. Humiliation, dignity and self-respect. **Philosophical Psychology**, [*S. l.*], v. 13, n. 4, p. 523-540, 2000. DOI: https://doi.org/10.1080/09515080020007643.

STEVENS, M. J. **Negative emotions and political engagement**. Oxford: Oxford University Press eBooks, 2013.

SUMMERFIELD, D. Conflict and health: War and mental health: a brief overview. **BMJ**, [*S. l.*], v. 321, n. 7255, p. 232-235, 2000. DOI: https://doi.org/10.1136/bmj.321.7255.232.

TAHBOUN, A. **Exploring Western Media Coverage of Post-October 7 and its Impacts on Arab-Western Diplomatic Relations**: A Critical Discourse Analysis of CNN Newspaper and Morgen's Uncensored. [*S. l.*: *s. n.*], 2025. DOI: https://doi.org/10.34874/prsm.cms-vol1iss3.5318.

TANNOUS-HADDAD, L.; BAREL, E.; TZISCHINSKY, O. War-related mental health and resilience: Understanding potential ethnical pathways. **Psychiatry Research**, [*S. l.*], v. 360, e117062, 2026. DOI: https://doi.org/10.1016/j.psychres.2026.117062.

THOME, B. Political activist as participant Observer: Conflicts of Commitment in a study of the Draft Resistance Movement of the 1960's. **Symbolic Interaction**, [*S. l.*], v. 2, n. 1, p. 73-88, 1979. DOI: https://doi.org/10.1525/si.1979.2.1.73.

TILLY, C. Domination, resistance, compliance discourse. **Sociological Forum**, [*S. l.*], v. 6, n. 3, p. 593-602, 1991. DOI: https://www.jstor.org/stable/684522.

TIWARI, A.; AGARWAL, A. Hope and political change: The role of positive emotions in mobilizing social movements. **International Journal of Humanities Social Science and Management (IJHSSM)**, [*S. l.*], v. 5, n. 1, p. 642-651, 2025. Disponível em: https://www.ijhssm.org.

TOKDOĞAN, N. On emotions, politics and political symbols. *In*: TOKDOĞAN, N. **Neo-Ottomanism and the Politics of Emotions in Turkey**. Cham: Palgrave Macmillan, 2024. p. 7-24. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-48723-1_2.

TRIPP, C. **The power and the people**: Paths of Resistance in the Middle East. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TZOREFF, A. The (third) world of yesterday: Global anti-colonial struggles, Palestinian consciousness, and Zionist-colonial alliances. **Journal of Global History**, [*S. l.*], v. 20, n. 3, p. 293-312, 2025. DOI: https://doi.org/10.1017/s1740022824000172.

VADIATI, N. Alternatives to smart cities: A call for consideration of grassroots digital urbanism. **Digital Geography and Society**, [*S. l.*], v. 3, e100030, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.diggeo.2022.100030.

VAN CITTERS, A. D.; BARTELS, S. J. A Systematic Review of the Effectiveness of Community-Based Mental Health Outreach Services for Older Adults. **Psychiatric Services**, [*S. l.*], v. 55, n. 11, p. 1237-1249, 2004. DOI: https://doi.org/10.1176/appi.ps.55.11.1237.

VILLALOBOS, J. D.; SIRIN, C. V. The relevance of emotions in presidential public appeals: anger's conditional effect on perceived risk and support for military interventions. **Presidential Studies Quarterly**, [*S. l.*], v. 47, n. 1, p. 146-168, 2016. DOI: https://doi.org/10.1111/psq.12349.

VOLKOV, K. Emotional resistance in the experience war witness trauma. **Psychological Counseling and Psychotherapy**, [*S. l.*], v. 23, p. 54-63, 2025. DOI:

https://doi.org/10.26565/2410-1249-2025-23-08.

VOLL, J. O. **The Middle East in world history since 1750**. Cambridge: Cambridge University Press eBooks, 2015. DOI: https://doi.org/10.1017/cbo9781139196079.019.

VORSTER, A.; DUMONT, K. B.; WALDZUS, S. Humiliation in context: Interactional, emotional, and self-related processes. **European Journal of Personality**, [*S. l.*], v. 40, n. 3, 2025. DOI: https://doi.org/10.1177/08902070251382018.

VRIEZE, P. Movement escalation and mobilization for resistance: From anti-coup protest to 'People's War' in Myanmar. **Political Geography**, [*S. l.*], v. 114, e103165, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2024.103165.

WADI, H. A. S. Features of resistance literature in the palestinian literature: Ghassan Kanafani's works as examples. **Lakon**: Jurnal Kajian Sastra Dan Budaya, [*S. l.*], v. 9, n. 2, p. 52-61, 2020. DOI: https://doi.org/10.20473/lakon.v9i2.26348.

WAGONER, B.; BRESCÓ DE LUNA, I. Collective grief. In: KØSTER, A.; KOFOD, E. H. **Cultural, Existential and Phenomenological Dimensions of Grief Experience**. Abingdon: Routledge, 2021.Disponível em: https://doi.org/10.4324/9781003099420-17.

WAJED, Z.; SAGHAR, E. Role of poetry and the poet's mission in the awakening of society. **Sprin Journal of Arts Humanities and Social Sciences**, [*S. l.*], v. 2, n. 11, p. 20-30, 2023. DOI: https://doi.org/10.55559/sjahss.v2i11.180.

WEATHERALL, R. Even when those struggles are not our own: Storytelling and solidarity in a feminist social justice organization. **Gender Work and Organization**, [*S. l.*], v. 27, n. 4, p. 471-486, 2019. DOI: https://doi.org/10.1111/gwao.12386.

WEINBERG, M. *et al*. War and Well-Being: The Association between Forgiveness, Social Support, Posttraumatic Stress Disorder, and Well-Being during and after War. **Social Work**, [*S. l.*], v. 62, n. 4, p. 341-348, 2017. DOI: https://doi.org/10.1093/sw/swx043.

WEISS, M. L. Resistance and Resilience: Coping With/Against the State. **Sojourn**: Journal of Social Issues in Southeast Asia, [*S. l.*], v. 32, n. 2, 2017. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/70/article/665614/summary?casa_token=uS9R8APYt0AAAAAA:6OoChNSl1T_u141uCSTDu5byv1khh36dSKHlUoSpVSNijldO99wHDedpVPnSv_EL3WabWFF5OxAr.

WENDT, A. Collective identity formation and the international state. **American Political Science Review**, [*S. l.*], v. 88, n. 2, p. 384-396, 1994. DOI: https://doi.org/10.2307/2944711.

WERTSCH, J. V. National narratives and the conservative nature of collective memory. **Neohelicon**, [*S. l.*], v. 34, n. 2, p. 23-33, 2007. DOI: https://doi.org/10.1007/s11059-007-2003-9.

XU, M. Reconsider the anger of marginalized communities. **Journal of Marital and Family Therapy**, [*S. l.*], v. 51, n. 2, e70018, 2025. DOI: https://doi.org/10.1111/jmft.70018.

YALÇIN, M. G.; ÖNAL, E. S. Collective memory, social identity and collective future Imagination in the crowd: a case of Anti-Right-Wing protests in Germany. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, [*S. l.*], v. 35, n. 4, 2025. DOI: https://doi.org/10.1002/casp.70142.

YAQUB, S. **The Cold War and the Middle East**. Oxford: Oxford University Press eBooks, 2013. DOI: https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199236961.013.0015.

YASHAR, D. J. Resistance and identity politics in an age of globalization. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, [*S. l.*], v. 610, n. 1, p. 160-181, 2007. DOI: https://doi.org/10.1177/0002716206297960.

YOUNG, L. E. The Psychology of State Repression: fear and dissent decisions in Zimbabwe. **American Political Science Review**, [*S. l.*], v. 113, n. 1, p. 140-155, 2018. DOI: https://doi.org/10.1017/s000305541800076x.

ZILINCIK, S. **The Role of Emotions in Military Strategy (Spring 2022)**. Texas: Texas Digital Library (University of Texas), 2022.

Sobre as autoras

Adhishmaya E V – Psicóloga e pesquisadora indiana na área de Psicologia, com interesses em Psicologia da Saúde, Psicologia Social, Psicologia Política e Psicologia Clínica. Atualmente, cursa Doutorado em Psicologia Política na SRM University, AP, na Índia. Possui formação acadêmica pela Central University of Karnataka e experiência prática como estagiária em Psicologia no Dr. S.R. Chandrasekhar Institute of Speech and Hearing e no Louise Mount Hospital.

Aswathy Gopi – Psicóloga, professora assistente no Departamento de Psicologia da SRM University, AP, na Índia, e pesquisadora em saúde organizacional positiva. Possui doutorado em Psicologia pela Central University of Karnataka, mestrado pela Bharathiar University, Coimbatore, e graduação pelo Labour India College, Marangattupilly, Kottayam. Seus interesses de pesquisa abrangem comunicação organizacional, segurança psicológica, cultura organizacional positiva, confiança, colaboração, saúde dos trabalhadores, resiliência e dinâmicas de equipe. É membro da National Academy of Psychology (NAOP) e autora de publicações nas áreas de psicologia, saúde mental, intervenções psicológicas, saúde ocupacional e comportamento em saúde.



CAPÍTULO 4

Karl Marx de batina?

A Teologia da Libertação no Brasil da década de 1980

Sérgio Luís Simeão Silva
Pedro Pio Fontineles Filho

10.56365/gg2a8e09

Introdução

A disputa por espaços religiosos e políticos na Igreja Católica aparecerá com bastante força nos anos 1980 no Brasil. Destacamos como divisor de águas desse momento a relação de forças entre o Vaticano, como centro do poder papal, e os teólogos da libertação, representados pelo frade franciscano Leonardo Boff e seus escritos na obra "Igreja: carisma e poder" de 1981. Muito mais que um debate teológico, analisamos esse quadro como uma disputa política entre forças conservadoras e progressistas[1] dentro de uma Igreja que vivia tempos de mudanças. Notamos também que o principal reflexo histórico desse diálogo foram as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs. Estas comunidades resignificaram a política das ações sociais católicas. Diante de um mundo onde os dogmas, normas e estruturas morais, abalados pelas guerras e pela euforia do progresso material, dividiam lugar com as experiências subjetivas, experimentos científicos e o existencialismo, o formalismo da ação catequética da Igreja conquistadora, herdeira do Concílio de Trento (1545-1563), enfrentava grandes dificuldades e necessitava de uma abertura para ouvir o diferente, evitando o risco de se perder em meio a esse redemoinho de mudanças.

O Concílio Vaticano II e o aggiornamento católico

Segundo Oscar Beozzo (2005, p. 44-45), no encerramento do Concílio Vaticano II, na manhã do dia 07 de dezembro de 1965, o Papa Paulo VI de Roma e o Patriarca Athenagoras de Constantinopla, selaram, através de celebrações conjuntas, caminhos para a reconciliação superando uma secular ruptura consumada em 1054. Além de passos largos para superar essa ruptura com a Igreja oriental, esse concílio se aproximou dos protestantes procurando reconstruir pontes que estavam em ruínas desde o século XVI. E ainda, nas leituras de Oscar Beozzo, que conviveu com esse movimento em Roma, podemos destacar a colossal importância deste concílio para a Igreja Católica no Brasil, reorganizando-a internamente e "inserindo-a em um complexo tecido de relações com as demais igrejas no mundo todo, especialmente na América Latina, e redefinindo suas relações com o centro romano" (Beozzo, 2005, p. 54). Dessa forma, a abertura ecumênica da Igreja Católica na modernidade[2] teve como seu grande marco o breve

[1] Em relação ao aspecto político, o conservadorismo está vinculado sempre a um antagonismo em relação à dinâmica histórica do progressismo. Porém, apesar dos conceitos não estarem imunes às mudanças históricas, podemos explicar, a partir do Dicionário de Política, volume I, de Bobbio; Matteucci e Pasquino (1998, p. 245-246), que enquanto o progressismo se caracteriza por fazer da história humana "um processo aberto e ascendente, baseado numa antropologia revolucionária", onde o indivíduo é núcleo ativo e tendo o poder político como um limite a ser superado para se chegar a felicidade humana , o conservadorismo "ao contrário, partindo da consciência dos limites inerentes ao homem, limites distantes e distanciáveis, mas sempre presentes, reconhece no poder, na coação política, um fator importante e necessário na sociedade, intimamente ligado à finitude humana". Nessa leitura desses dois conceitos podemos afirmar que no século XX ainda persiste um conservadorismo que, recuperada a inspiração original, continua a ser uma reflexão sobre a relação liberdade-limite no homem e crítica ao finalismo laico da ideia de progresso".

[2] O concílio ecumênico iniciado por João XXIII é reconhecido como evento de suma

pontificado de João XXIII (1958-1963). Este movimentou não só o catolicismo romano para um diálogo com os ortodoxos e protestantes, mas levou o Concílio a notar (ou pelo menos levar mais a sério) a diversidade das igrejas cristãs na Ásia, África e na América. Segundo José Oscar Beozzo (2006, p. 29), durante o Concílio Vaticano I (1870) "não havia nenhum bispo nascido nos territórios de missão, com exceção dos patriarcas e prelados do Oriente Próximo e do Oriente Médio".

Para Beozzo (2005), a Igreja romana, antes do Concílio Vaticano II (1962-1965), estava confinada à Europa Latina e tratava as Igrejas orientais como "Igrejas subalternas". Ele afirma que os ortodoxos sofriam uma "intensa pressão para se latinizarem" e as igrejas da Ásia, África e América se sentiam desrespeitadas em sua diversidade cultural. A novidade trazida pelo pontificado de João XXIII, ainda segundo José Oscar Beozzo, foi a abertura para o diálogo com as outras igrejas cristãs sem aquela condenação típica da contrarreforma (p. 47). A igreja do Concílio de Trento foi marcada pelo que Eduardo Hoornaert (1984, p. 32-34) denominou de "catolicismo guerreiro". Um tempo em que a "guerra santa", herdada das cruzadas com os muçulmanos e com os protestantes, tornava a Igreja Romana muito mais conquistadora do que missionária. Essa visão colonizadora católica buscava base nas interpretações das Sagradas Escrituras. Para os colonizadores, principalmente Ibéricos, a nação que nunca seria destruída e conquistaria outras nações era constituída de um povo católico. Esta iria subsistir para sempre, segundo as interpretações bíblicas feitas das profecias do livro de Daniel[3]. O Concílio Vaticano II de João XXIII é convocado no ano de 1959 em meio às convulsões sociais do mundo contemporâneo para dar uma nova face ao Catolicismo Romano. Uma face mais sorridente, maleável, disposta ao diálogo e a apagar a imagem de uma Igreja medieval opressora e sanguinária. Muitos clérigos católicos acreditam até mesmo que essa mudança foi uma intervenção divina (Camacho, 1995, p. 181).

Apesar de João XXIII conseguir muitos aliados através de seu carisma, as ideias progressistas não conseguiram ecoar com muita liberdade nos espaços de poder do Vaticano por um longo tempo e irá encontrar grande resistência até o pontificado de Joseph Ratzinger, o Papa Bento XVI (2005-2013). Pouco tempo depois do Concílio, a cúria romana, ou corte papal, derrotados em suas propostas durante o Concílio "passaram a solapar as reformas conciliares, adotando uma interpretação e regulamentação das constituições, decretos e declarações" na ótica mais conservadora (Beozzo, 2006, p. 45). Para Beozzo, houve grande resistência dos

importância para as mudanças na Igreja Católica na segunda metade do século XX. A partir de 25 de janeiro de 1959, o Papa anunciou que haveria uma grande abertura para a participação de todos aqueles que desejassem o *aggiornamento* da Igreja. Ou seja, o objetivo do Concílio Vaticano II era a atualização da Igreja Católica. Muitos brasileiros estavam presentes na preparação desse concílio (Beozzo, 2005, p. 128).

[3] Literalmente, a passagem bíblica que está no livro de Daniel 2.44 diz que "No tempo desses reis, o Deus do céu fará aparecer um reino que nunca será destruído, nem será conquistado por outro reino, pelo contrário, esse reino acabará com todos os outros e durará para sempre." Na interpretação da teologia contemporânea, esse reino é escatológico vindo de Deus, do Messias Jesus, e não de um reino terrestre (Bíblia Sagrada, 1998).

conservadores às mudanças e a "grande questão relativa aos pobres entrou na agenda de maneira difícil" (2006, p. 49). João XXIII, um mês antes da abertura do Concílio, já havia dito que o grande tema era a Igreja dos pobres e o posicionamento da Igreja diante da exploração do homem era a questão principal.

Durante o Concílio Vaticano II o nível do discurso foi bastante consciente com a realidade do mundo moderno. As encíclicas de João XXIII – *Mater et magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963)[4] – na sua retórica, trouxeram grande esperança para uma renovação do catolicismo romano. A discussão norteadora seria, então, a questão social nos países pobres.

Podemos notar no discurso de João XXIII que, apesar das críticas de seus opositores, ele não era tão ingênuo como diziam[5]. Parece, pelo seu discurso, que ele tinha visão do problema maior que batia de frente com a Igreja: a necessidade de uma nova ordem nas relações humanas. Pelos sinais dos tempos, ou a Igreja se renovava ou estava fadada a ficar perdida nesse tempo de mudanças. Era preciso aprender com a história. No discurso do papa, a Igreja realmente precisava de uma renovação no relacionamento com o outro. Essa renovação incluía abandonar a atitude controladora, perseguidora e condenatória daquela Igreja estatal e legalista que se aproximava do pobre mais por obras assistencialistas do que por um projeto de luta contra a desigualdade social.

O projeto progressista, através da luta de muitos clérigos católicos, resistiu aos conservadores tanto durante o Concílio Vaticano II como depois dele. Sua melhor representação foi a versão mais militante do pós-Concílio: a Igreja da América Latina onde foi desenvolvida a Teologia da Libertação. Muitos clérigos, a exemplo de Dom Helder Câmara do Brasil[6], voltaram desse evento com o intuito de não deixar frustrar o novo caminho que o Papa João XXIII abriu para responder as aspirações do mundo. Através dessa plataforma de lançamento que se constituiu o Concílio Vaticano II, nas diversas regiões da América Latina, principalmente no Brasil, foram realizados inúmeros eventos formadores e de debates para uma implementação desse projeto conciliar (Delgado,

[4] A Doutrina Social da Igreja Católica designa o conjunto de escritos e mensagens em cartas, encíclicas, exortações, pronunciamentos e declarações "que compõem o pensamento do Magistério católico" a respeito da chamada "questão social". As encíclicas sociais dos Papas sobre as questões sociais ganharam força com o Papa Leão XIII, 1891. As duas encíclicas citadas, *Mater et magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963), possuem um teor fraterno direcionado à construção da paz no mundo e no compartilhamento dos bens do progresso, chamando o mundo das diferenças e da guerra para um diálogo (CNBB, 2004, p. 84).

[5] Segundo Thomas Cahill, o anúncio do Concílio acirrou os ânimos entre os cardeais e até os mais liberais como o cardeal Lercaro se exaltou e chamou o Papa de "temerário e impulsivo." e chegou a questionar: "como ele ousa reunir um concílio depois de 100 anos e somente três meses depois de sua eleição?". E outros o chamavam de inexperiente e "velho menino" e que não se dava conta que estava mexendo num "vespeiro" (Cahill, 2002, p. 221-222)

[6] Arcebispo emérito de Olinda e Recife, Dom Hélder Pessoa Câmara, da Ordem Franciscana Secular (OFS), foi um dos mais importantes clérigos da Igreja Brasileira. Nasceu em fortaleza, Estado do Ceará, em 07 de fevereiro de 1909. Foi um dos principais articuladores da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em outubro de 1952 e integrou a Comissão para a Disciplina do Clero, órgão preparatório do Concílio Vaticano II. Teve papel fundamental na defesa dos direitos humanos, principalmente durante a ditadura militar no Brasil. Faleceu em 27 de agosto de 1999 em Recife, Pernambuco (CPDOC, 2022).

2003, p. 102). Sem deixar esfriar as propostas, aproveitando o caminho aberto pelo Papa, organizaram a II Conferência do Episcopado Latino-americano em Medellín, na Colômbia (1968)[7]. Nesse encontro "ganharam corpo e resposta algumas das questões que não conseguiram avançar no Concílio" (Beozzo, 2006, p. 54). Esse evento trouxe à tona os problemas da América Latina e norteou seus métodos de análise articulando a situação histórica desse lado "del" mundo com a fé católica.

Uma resposta às questões pendentes do Concílio Vaticano II que Medellím proporcionou em sua releitura latino-americana dos problemas sociais, foi a reorganização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)[8]. Elas surgiram na década de 1950 no Brasil como um movimento religioso com características de comunidades cristãs ligadas às ações religiosas e políticas. No final dos anos de 1950 e início de 1960, nota-se no catolicismo brasileiro uma maior aproximação com as camadas populares e com grupos que procuravam transformações sociais. Numa época em que os conflitos sociais segmentavam a sociedade brasileira em grupos e interesses mais definidos, surgiam "leigos, padres e bispos que procuravam outros passos, favorecendo um diálogo maior com a história [...]" (Delgado, 2003, p. 98).

As Comunidades Eclesiais de Base e o novo jeito de ser igreja

João Batista Libâneo (2005) diz que essa aproximação da Igreja com suas bases, a exemplo da Ação Católica[9], antes do Concílio Vaticano II, facilitou a introdução de ideias, teologias e culturas da modernidade no interior dela. Tal interação está na natureza da formação das CEBs. Almir Ribeiro Guimarães, nas suas pesquisas, afirma que os primeiros registros do que se chamou de CEBs no Brasil são de 1956, na Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, na Diocese de Dom Agnelo Rossi, incentivadas por este para combater "as seitas protestantes ativas na região" e pela necessidade de párocos que a Igreja Católica tinha em muitas localidades (Guimarães, 1978, p. 18). Assim, segundo ele, nasceram os chamados "catequistas populares" que reuniam o povo para oração, o culto e a leitura da Bíblia.

Em Puebla, no México, a III Conferência Geral do CELAM, de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, no papado de João Paulo II, reconheceu a importância das CEBs para a

[7] Após Medellín (1968) houve também a II Conferência em Puebla, México em 1979. Essa Conferência veio assegurar a implementação das reformas conciliares na América Latina (CNBB, 2004, p. 51).

[8] Dom Agnelo Rossi, bispo carioca das décadas de 1950 e 1960 é apontado como o principal articulador das CEBs no Brasil. Ele é considerado "pioneiro na experiência em âmbito diocesiano de pequenas comunidades cristãs voltadas para o binômio fé e política, que se tornariam posteriormente as comunidades eclesiais de base (CEBs)" (CPDOC, 2022). Essas comunidades, que iniciaram suas ações na Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, segundo Almir Ribeiro Guimarães (1978, p. 20), foram formadas inicialmente como uma espécie de reação às investidas de outras denominações religiosas na região.

[9] Surgida no século XIX na Europa, a Ação Católica só iria oficializar-se no Brasil nos anos 1930 como uma escola de apostolado e militância. Nesse período acontecem tensões entre forças de direita e esquerda. Ela era o braço da hierarquia da Igreja procurando exercer o controle social (Delgado, 2003, p. 101).

evangelização católica, pois, para essa conferência, a igreja conseguiu se tornar mais presente em muitos rincões e lugares bem afastados de difícil acesso para os clérigos, ao mesmo tempo que se descobriu as potencialidades, dons e carismas eclesiais dos leigos (Moreira, 2009, p. 84). As atividades eclesiais nas comunidades foram se desenvolvendo e criando táticas para se atingir a evangelização católica de uma comunidade. Essa "novidade" das CEBs nos remetem a forma de intervenção de um vigário belga chamado Joseph Cardjin (Ferreira; Reis, 2007), que atuou ao lado dos operários em Bruxelas, na primeira metade do século XX, vinculando preocupações religiosas a questão social. Cardjin criou o método "ver-julgar-agir" bastante usado no Brasil, inclusive pelas CEBs do Piauí. Para ele o fiel deveria conhecer a realidade, identificando o problema (ver); emitir juízos sobre a situação em que está inserido a partir de valores cristãos (julgar) e atuar para solucionar os problemas (agir). Por outro lado, muitos intelectuais europeus trouxeram para o Brasil o debate sobre as ciências sociais que passaram a fazer parte dos estudos no interior das ordens católicas brasileiras como as ordens dos dominicanos, dos franciscanos e dos jesuítas[10]. Surgem, assim, na Igreja Católica brasileira, intelectuais de grande envergadura como Leonardo Boff, Frei Betto e Clodovis Boff.

[10] Os franceses Henri de Lubac, Jean Deniélou e Telhard de Chardin foram importantes para a discussão entre fé-história-ciência bem como a relação entre catolicismo e ecumenismo. Estes forjaram a chamada *Nouvélle Théologie*. Uma nova forma de ver a fé católica na esfera pública foram preocupações das reflexões de pensadores leigos como Jacques Maritain e Emmanuel Mounier, bastante lidos nesse período (Costa, 2007).

Muitos se empenharam em investir na formação das CEBs, na intenção de inovar a Igreja e direcioná-la para uma efetiva ação de transformação social. Os seminários católicos brasileiros se tornaram celeiros de ideias direcionando as ordens católicas para as comunidades. Muitas lideranças surgiram na dinâmica dessas comunidades. Essas lideranças tiveram papel importantíssimo na luta através de movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos. Por outro lado, os anos 1980 foram anos de intensos debates entre os teólogos da libertação e o Vaticano sob o papado de João Paulo II. A disputa teológica foi bastante tensa e chegou ao ponto do pontífice acionar o tribunal da Congregação para a Doutrina da Fé, um Santo Ofício atualizado.

A Teologia da Libertação no banco dos réus

No ano de 1984, a reportagem de Alexandre Porro da Revista Veja afirma que o frade Leonardo Boff levantou-se na sexta-feira às 7 horas na residência dos franciscanos em Petrópolis-RJ e às 9:30 chegou um Golf GL da Volkswagem da Congregação do ex-Santo Ofício para apanhá-lo. Sua irmã Maria Lina e o irmão Clodovis Boff, ambos também religiosos, quiseram entrar no carro, mas os prelados que vieram buscar o frade impediram-nos. Houve um pequeno bate-boca que encerrou-se com a advertência em italiano de um dos prelados: "Por favor, fiquemos no que foi combinado" (Porro, 1984, p. 98).

Era setembro, o mês que se havia combinado para o interrogatório no Vaticano. Mas, desde o início do ano já havia uma troca de correspondências entre Leonardo Boff e o prefeito da Congregação, Joseph Ratzinger. O motivo, como já relatamos, foi a repercussão da obra do frade "Igreja: carisma e poder" publicada em 1981. Nesta, há críticas à estrutura hierárquica da Igreja Católica e indicações das CEBs como a renovação dessa igreja onde, segundo o autor, há a libertação do oprimido e a verdadeira celebração da fé e da vida (Boff, 1994). O Vaticano teve conhecimento da repercussão dessa obra através de uma carta denúncia que chegou às mãos de Ratzinger.

O artigo da Revista ISTOÉ (1984, p. 34-39) mostra que o frade franciscano não se encontrava sozinho na sua via sacra inquisitorial, além de sua irmã Maria Lina e seu irmão Clodovis Boff, ambos religiosos de ordens católicas assim como Boff, logo que foram noticiados do fato, freiras, teólogos e teólogas, protestantes, partidos políticos, trabalhadores rurais e urbanos e uma parte dos bispos na América Latina saíram em defesa dele. Esse apoio fraterno estava relacionado com o trabalho intenso de Leonardo Boff tanto na assessoria das CEBs como na sua participação ativa nos eventos acadêmicos e ecumênicos.

Na própria escrita de sua obra Igreja: carisma e poder, Leonardo Boff explica essa escolha teológica pelas "maiorias humilhadas":

> O objeto da teologia é Deus e o Deus revelado, mas não só; também todas as coisas, enquanto contempladas à luz de Deus. É o que ensinava S.Tomás de Aquino na Suma Teológica e toda a tradição teológica (cf.S.Thel.p.I, q.1, a.7). Isto quer dizer que cabe também à teologia falar de História, de política, de economia, de sociologia e do que quer que seja, conquanto fale à luz de Deus. Penso ter guardado esta pertinência teológica com muita consciência. No meu estudo *Como fazer teologia a partir do cativeiro e da libertação* digo claramente: "A teologia da libertação parte decididamente da fé. Esta é a sua palavra primeira; no ato de captar a realidade em sua iniqüidade e na opção pelas maiorias humilhadas se faz presente no horizonte da fé no qual o cristão vitalmente se movimenta (Boff, 1994, p. 303).

A declaração de Leonardo Boff de uma preferência da Teologia da Libertação pelos pobres não incomodou muito os conservadores, mas a acusação recaiu principalmente sobre o que eles viam como método científico para chegar a essas conclusões revolucionárias. Para Joseph Ratzinger, a leitura das escrituras na ótica da libertação revolucionária marxista (acusação que faz aos escritos de Boff) é essencialmente política. Segundo o cardeal, o povo, para alguns, se torna até mesmo "objeto de fé" no intuito de se obter uma libertação social do "novo homem" conseguida através da destruição das perversas estruturas. Para ele, essa "antropologia materialista é uma ilusão", pois, a fonte de toda injustiça está no "coração do homem" e as estruturas perversas só serão destruídas através da conversão e da solidariedade humana despertadas no sentido de uma responsabilidade pessoal (Aquino, 2003, p. 49-50). Ratzinger afirma que na interpretação teológica da

libertação, a "estrutura sacramental e hierárquica da Igreja" é posta em xeque por ser substituída por "ministros do povo" de acordo com a missão revolucionária histórica:

> A concepção partidarista da verdade, que se manifesta na práxis revolucionária de classe, corrobora esta posição. Os teólogos que não compartilham as teses da 'teologia da libertação', a hierarquia e sobretudo o Magistério romano são assim desacreditados a priori, como pertencentes à classe dos opressores. A teologia deles é uma teologia de classe. [...] A doutrina social da Igreja é rejeitada com desdém. Esta procede, afirma-se, da ilusão de um possível compromisso, próprio das classes médias, destituídas de sentido histórico. [...] é assim que se atribui a máxima importância ao acontecimento do Êxodo, enquanto libertação da escravidão política (Aquino, 2003, p. 44-46).

Para o prefeito da Congregação para Doutrina da Fé o mais grave na nova interpretação teológica está na sua essência marxista que nega, na sua leitura exclusivamente política das Escrituras, o valor salvífico e a economia da redenção, neutralizando assim o mistério cristão. Para ele, a heresia se torna mais completa quando trata-se o sacramento da Eucaristia como celebração da luta do povo ferindo o maior pilar da Igreja Católica, negando-se radicalmente a "unidade da Igreja" em Cristo (Aquino, 2003, p. 47). Com essa preocupação, Joseph Ratzinger, afirma que a Igreja não é contra a libertação do pobre, mas na sua luta por justiça assegura que

> Todos aqueles, sacerdotes, religiosos e leigos que, auscultando o clamor pela justiça quiserem trabalhar na evangelização e na promoção humana, fá-lo-ão em comunhão com seu bispo e com a Igreja cada um na linha de sua vocação eclesial específica (Aquino, 2003, p. 48).

Entende-se assim, que a Igreja continuou a assegurar que somente o clero católico poderia dispensar a graça de Cristo numa busca de controlar a religiosidade das comunidades com receio de que esta perdesse o verdadeiro sentido do Evangelho. Por isso, houve todo um cuidado em não abandonar as comunidades aos comunistas e evangélicos que já campeavam no Brasil desde o começo do século XX, vindos no rastro da implantação da República no Brasil. Afinal, uma igreja que se pretende universal procurará envolver, em detrimento de poucos eleitos, todas as comunidades em sua organização sagrada. É um "ecumenismo" submetido à iluminação clerical que, por outro lado, reafirma o dogma mais universalista e centralizador dessa instituição: o sacramento da ordem papal. Esta tradição medieval, que foi uma das maiores conquistas ultramontanas[11] do pontificado de Pio IX (1846-1878) através do Concílio Vaticano I (1969), segue a afirmação da doutrina da "verdade absoluta" dos papas conseguida por 533 votos contra 2 nesse Concílio (Willison, 1981, p. 289). Tal doutrina consiste em considerar

[11] O termo ultramontano refere-se ao desenvolvimento da Igreja Romana no século XIX. Nesse momento seguiu-se a ideologia da supremacia papal como elo de unidade entre os católicos no mundo. O Vaticano era o centro irradiador da doutrina católica. Isto é, a expansão católica que seguia "além dos montes" da Itália, deveria alcançar o mundo por via dessa centralização doutrinária papal (Willison, 1981. p. 287).

o pai da Igreja Católica infalível quando apoiado na tradição eclesial.

Apesar de teólogos da libertação como Leonardo Boff insistirem em demonstrar aquilo que eles viam como papel importante da ação teológica por uma sociedade mais igualitária, muitos conservadores combatiam o que eles chamavam de "perversão da mensagem cristã" e culpavam os progressistas por isso. Sustentavam que estes se aproveitaram da abertura proporcionada pelo Concílio Vaticano II, na nobreza de João XXIII e Paulo VI, que tinham o sentido de usarem "expressões mais adequadas para a vivência cristã nos nossos dias" e não submeter a mensagem salvadora de Cristo à fórmulas revolucionárias marxistas (Aquino, 2003, p. 79-80).

No entanto, grande parte da intelectualidade nos anos 1980 analisava a Teologia da Libertação como teologicamente legítima, mas outros teceram críticas à metodologia e à finalidade dela. Como exemplo maior podemos citar Frei Clodovis Boff, irmão de Leonardo Boff, que acompanhou e assessorou as CEBs durante toda a década de 1980 e 1990, tempo de maior efervescência dos encontros e manifestações dessas comunidades no Brasil. Ele se tornou um dos principais teólogos e filósofos que representaram as ideias progressistas na teologia católica dos anos 1980.

O caso de Clodovis Boff é emblemático porque, apesar de um bom tempo apoiando e lutando pelo "novo jeito de ser igreja" da CEBs, ele se tornou futuramente o principal crítico da Teologia da Libertação, e por consequência, deixou de auxiliar as CEBs alegando que as lutas dessas comunidades desviaram o foco da missão católica, exercendo o papel mais de ONG (Organização Não Governamental) do que de igreja Católica. Ele passou a criticar também o direcionamento das comunidades para aquilo que ele via como ideologia marxista.

Como surpresa para muitos intelectuais da Teologia da Libertação que conviveram com Clodovis Boff, ele mudou radicalmente de ideia e, atualmente, sustenta que as críticas de Joseph Ratzinger, nos embates da década de 1980 e 1990, foram válidas, e que ele e seu irmão, Leonardo Boff, deveriam ter acatado a voz do cardeal líder da Congregação para a Doutrina da Fé na época. Numa entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, em 11 de março de 2013, ele relembra as discussões com o Cardeal Ratzinger, e ao ser questionado se o Cardeal foi o maior inimigo da Teologia da Libertação, ele de pronto respondeu:

> Isso é uma caricatura. Nos dois documentos que publicou, Ratzinger defendeu o projeto essencial da Teologia da Libertação; compromisso com os pobres como compromisso da fé. Ao mesmo tempo critica a influência marxista. Aliás, é uma das coisas que eu também critico. Nos documentos de 1986, ele aponta a primazia da libertação espiritual, perene, sobre a libertação social, que é histórica. As correntes hegemônicas da Teologia da Libertação preferiram não entender essa distinção. Isso fez com que, muitas vezes, a teologia degenerasse em ideologia (Boff, 2023, p. 164).

Ao defender o Vaticano, na época sob o papado de João Paulo II (1978-2005), Clodovis Boff se refere ao documento "Libertatis Conscientia" publicado em 1986 pela Congregação, onde Ratzinger se propôs, via magistério da igreja, exortar principalmente os teólogos que militavam na Teologia da Libertação na América Latina. Na época, os irmãos Boff responderam ao prefeito da Congregação de forma bastante irônica dizendo que esse documento trazia uma "linguagem com 30 anos de atraso"[12].

O repórter Alexandre Gonçalves do Folha de São Paulo, provocativo, insiste em perguntar a Clodovis sobre a inimizade entre o Vaticano e a Teologia da Libertação, indagando sobre os processos inquisitoriais contra os teólogos no passado. Mas, decidido a assumir sua *mea culpa*, Clodovis continua a abraçar sua defesa da Congregação para a Doutrina da Fé e aceita, sem reservas, a decisão inquisitorial de Joseph Ratzinger contra muitos teólogos, mesmo estando incluído nesses processos o do seu irmão que em 1985 foi condenado a ficar em silêncio obsequioso, uma espécie de censura do Vaticano que proíbe o condenado de expor suas ideias em público (Boff, 2023, p. 164). O conflito com o Vaticano fez Leonardo Boff renunciar à ordem franciscana em 1992 quando foi ameaçado novamente pelo Vaticano. Abandonou a batina e se autoproclamou leigo. Ficou célebre a sua frase "mudei de trincheira para continuar a mesma luta". Seu irmão, por outro lado, abandonou a trincheira e passou para o lado do adversário.

Nesse posicionamento a favor dos conservadores, que não poupou nem mesmo seu irmão Leonardo Boff, Clodovis demonstra que precisou fazer escolhas teológicas que contrariaram muitos companheiros de caminhada. Segundo ele, nessa caminhada com as comunidades eclesiais sempre viu a Teologia da Libertação com desconfiança. Notou que o discurso dominante dessa teologia social sempre deixava a fé em Cristo em segundo plano. Clodovis sustenta que apesar de notar os desvios teológicos da teologia, reagia de forma condescendente esperando que no processo de amadurecimento das ideias tudo fosse se acertar. Mas, o tempo passou e, segundo ele, a coisa foi se complicando (Boff, 2023, p. 165). Por isso, resolveu "abandonar o barco".

Fazendo uma releitura das críticas do Vaticano à teologia da Libertação dos anos 1980 e 1990, Clodovis Boff diz que houve uma confusão dos teólogos em separar aquilo que é do "homem histórico" e aquilo que é do "homem eterno". Para ele, esse é o grande perigo da Igreja Católica nos tempos contemporâneos. Para esse teólogo, na América Latina isso foi bastante sintomático, porque a centralidade pessoal e espiritual do ser humano se tornou, nesse modo de teologar, uma centralidade social. Ele assegura que no passar dos anos ainda não se percebeu essa diferença, e que a Igreja não pode perder seu papel de força espiritual para conduzir o ser humano à eternidade, por isso ele faz questão de esclarecer a diferença:

[12] Nessa carta, Ratzinger historiciza sobre a liberdade humana e faz críticas ao individualismo e ao coletivismo como formas de combater a opressão, mas, o máximo que fazem é criam outras formas de opressão. Ele tece críticas principalmente ao totalitarismo, uma menção clara à ideologia marxista que, segundo o cardeal, influenciava a Teologia da Libertação (Boff, 2023, p. 163).

> Com efeito, enquanto as questões pessoais pertencem ao "homem histórico", as existenciais são próprias do "homem eterno". As primeiras são físicas e transitórias, as segundas são metafísicas e recorrentes. O "homem eterno" é esse ser inquieto, buscando, sem cessar, sentido, plenitude, Deus. Dizer que não é mais assim, e que o homem de hoje está vivendo uma mutação "ontológica" ou que a "condição humana" se alterou, é uma grande tolice, como dissemos acima. O ser humano, do "homem das cavernas" ao "influenciador" de hoje, é sempre esse pobre-diabo, às voltas com suas inquietudes e angústias, sempre insatisfeito, capaz do melhor e do pior. Tal é a "constante existencial" que lateja no fundo de cada homem, seja lá o período histórico em que vive (Boff, 2023, p. 56).

Clodovis Boff procura demonstrar a separação do mundo material do espiritual a fim de criticar o materialismo histórico. Contra o progressismo ontológico, ele contrapõe uma "constante existencial" que, na sua análise, é inerente a todo ser humano. Sua análise antropológica traz um *homo* ahistórico, criado por Deus e desarraigado do seu habitat espiritual pelo pecado. Na sua teologia conservadora, que incorpora muito da crítica do cardeal Ratzinger ao marxismo, ele faz críticas à metodologia da Teologia da Libertação, demonstrando o que para ele seria uma teologia que se limita ao "homem histórico" e empobrece a espiritualidade.

Entretanto, Clodovis Boff afirma que a "opção pelos pobres" da Teologia da Libertação está fundada teologicamente na Bíblia e na tradição da Igreja Católica. Mas, por outro lado, ele denuncia o lugar do pobre nessa teologia (Boff, 2007, p. 1002). Faz críticas contundentes a um certo antropocentrismo que ele vê nela. Este teólogo, vivendo o tempo do seu arrependimento, chega a denominar a epistemologia da teologia da Libertação de "funesta ambiguidade". Para ele, nessa teologia falta rigor e clareza em sua epistemologia. Faltando esse fundamento, ele assegura que ela labora em ambiguidades comprometendo os princípios cristãos.

Nos anos 1980, quando Leonardo Boff e outros teólogos da libertação estavam sendo investigados pela Congregação para Doutrina da Fé, o clero brasileiro se dividia em suas opiniões sobre a teologia da Libertação, principal tema das discussões eclesiásticas nesse período. Ao mesmo tempo que muitos conservadores viam o marxismo como uma metodologia sociológica que conseguia abordar os problemas sociais de forma mais "ampla e mais exigente", ele nota dificuldades de utilizar essa metodologia com o cristianismo. Para eles, tratava-se de duas visões de mundo que, apesar de algo em comum, trabalhavam em óticas diferentes. Uma abrange o estudo da sociedade na sua condição material, enquanto a outra, trata da alma sem distinção de classes.

Considerações finais

Durante a década de 1980, a voz do conservadorismo católico não se levantou somente contra outras confissões religiosas procurando preservar o estatuto da Igreja do Vaticano como "mãe das igrejas", mas fez sérias críticas a nova teologia que ganhou corpo na América Latina do

pós-concílio de João XXIII. A Teologia da Libertação, acusada de ser política demais, não passou no crivo do clero católico, sendo substituída por outra que aproxima a libertação da alma do ser humano muito mais do que das estruturas sociais: a salvação virá de cima para baixo, não ao contrário. A teologia católica vinda do Vaticano continuou dogmática e ortodoxa na sustentação de que a semente do mal está no próprio ser humano. Todo seu arcabouço teológico reside nisso e na libertação cristocêntrica. Clodovis Boff, no seu posicionamento renovado, descarta uma Teologia da Libertação que abrange e refaz todo arcabouço dogmático católico. Os conservadores, através da iluminação do Vaticano, defendem outra teologia da libertação que centraliza o Cristo e combate o que eles chamam de teologia marxista. As obras sociais para os conservadores são importantes, mas o magistério católico mantém-se firmado nos dogmas e ensina que a igreja tem um fundamento espiritual que não pode ser substituído por um "estatuto dos pobres."

No entanto, para os teológos de uma libertação mais progressista, uma coisa não exclui a outra. Para eles, o compromisso cristão leva a um compromisso político. Para os militantes das CEBs esse direcionamento político é fundamentado na motivação que nasce da preocupação com o próximo. A partir disso, dessa motivação comunitária para uma práxis social, as comunidades de base buscam encaixar os problemas comunitários em um plano mais amplo: a caminhada para o "Reino Definitivo". A sensibilidade com o excluído é algo que se procura alcançar nas bases católicas. Para eles, esse é um exercício comunitário que seria impossível de acontecer em uma igreja hierarquizada e dominadora, reflexo das desigualdades sociais. A libertação do ser humano nas CEBs tem que ser completa, em obras e na fé, a salvação se transmuta em práxis libertadora. A leitura das Sagradas Escrituras, para os progressistas, devem atender ao anseio dos excluídos. Teologicamente, para a tradição da Igreja católica, o que parece estranho mesmo é limitar a obra salvífica de Cristo ao serviço de libertação da pobreza, para os conservadores isso vai contra a pregação do magistério eclesiástico católico.

Diante de uma proposta libertadora, muitos abandonavam o catolicismo e o protestantismo tradicional para mergulhar nesse movimento da vida. Nessa ótica, as angústias do ser humano não cessam com uma religião formalista e que não lhe garante mais do que alguns símbolos da eternidade. Esse formalismo, muitas vezes, lhes priva a participação direta no sentido da vida terrena. O coração, o corpo, são domesticados para não sentirem a indignação, a sede de justiça e a pobreza material e espiritual do outro. Tudo se torna só uma questão de cumprimento do dever religioso num espaço sacramentado e sem vida. Os templos se constituíram na prisão do ser religioso em detrimento do movimento da vida. Reside aqui o dilema entre o que é conservador e progressista na religião cristã: uma questão de alinhamento entre o movimento da vida e os anseios pela vida eterna.

Referências

AQUINO, F. **Teologia da Libertação**. Lorena: Cléofas, 2003.

BEOZZO, J. O. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II**: 1959-1965. São Paulo: Paulinas, 2005.

BEOZZO, J. O. **Gustavo Gutierrez**: servidor dos pequenos e teólogo da libertação. *In*: UNISINOS. Cadernos teologia pública. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

BEOZZO, J. O. O catolicismo: história e contemporaneidade. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES – ABHR, 2006, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: Paulinas, 2006.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política I**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOFF, C. M. **A Crise da Igreja Católica e a Teologia da Libertação**. Campinas: Ecclesiae, 2023.

BOFF, C. M. Teologia da Libertação e volta ao fundamento. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [*S. l.*], v. 67, n. 268, p. 1001-1022, out. 2007.

BOFF, L. **Igreja**: Carisma e poder. Rio de Janeiro: Editora Record, 1994.

CAHILL, T. **Papa João XXIII**. Tradução: Ana Luiza D. Borges. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

CAMACHO, I. **Doutrina Social da Igreja**: abordagem histórica. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

CHAVES, M. **Obra completa**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

CNBB. **Temas da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Ed. Paulinas e Paulus, 2004.

COSTA, M. T. da. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). *In*: FERREIRA, J.; REIS, D. A. **Nacionalismo e reformismo radical – 1945/1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 439-440.

DELGADO, L. de A. N.; PASSOS, M. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GUIMARÂES, A. R. **Comunidades Eclesiais de Base no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

HOORNAERT, E. **Do catolicismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ISTOÉ. **A teologia da ruas**. São Paulo: Editora Três, 1984.

LIBÂNEO, J. B. Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento. **Cadernos de teologia pública**, [*S. l.*], ano 2, n. 16, 2005.

LÖWY, M. **A Guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOREIRA, F. H. (OFM). **A eclesialidade das CEBs no ensinamento do Concílio Vaticano II e do CELAM**. Teresina: Halley, 2009.

PORRO, A. Boa acolhida em Roma: com padrinhos importantes a apoiá-lo, frei Leonardo Boff vai explicar-se ao Santo Ofício e sai confiante da reunião com Ratzinger. **VEJA**, São Paulo, 12 set. 1984.

WILLISON, W. **História da igreja cristã**. 3. ed. Rio de Janeiro: JUERP/ASTE, 1981.

Sobre os autores

Sérgio Luís Simeão Silva – Doutor e Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Especialista em Ensino e Pesquisa em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Atualmente faz parte do corpo docente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina, Piauí (SEMEC). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6384-5049.

Pedro Pio Fontineles Filho – Doutor em História Social pela UFC. Mestre e Especialista em História do Brasil pela UFPI. Professor do PPGHB-UFPI. Professor do ProfHistória – UESPI. Professor do Curso de História – UESPI/CCM. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8937-9421.



CAPÍTULO 5

Expressionismo e estética gótica em *Vincent*, de Tim Burton:

uma análise intericônica

Adriano Charles da Silva Cruz
Justino Batista Pereira Neto

doi 10.56365/xbk2kv35

Introdução

A história do cinema pode ser compreendida como um campo de circulação de formas visuais, no qual estilos, atmosferas e imaginários reaparecem continuamente sob novas configurações estéticas. As imagens cinematográficas não surgem de modo isolado, mas se articulam a repertórios visuais já existentes, ativando memórias culturais que atravessam diferentes períodos da produção artística. Nesse sentido, o cinema constitui um espaço privilegiado para observar a permanência e a transformação de determinadas tradições visuais ao longo do tempo, permitindo compreender como diferentes estilos são retomados, reinterpretados e reinscritos em novos contextos históricos.

Entre essas tradições, o expressionismo alemão ocupa um lugar central na formação da linguagem cinematográfica moderna. Desenvolvido no contexto da República de Weimar nas décadas de 1910 e 1920, esse movimento introduziu uma estética marcada pela distorção dos espaços, pelo uso expressivo das sombras e pela estilização radical da *mise-en-scène*. Ao privilegiar a visualização de estados psicológicos e atmosferas inquietantes, o expressionismo construiu imagens intensamente dramáticas que ultrapassaram seu contexto histórico e passaram a integrar um repertório visual recorrente na história do cinema. Filmes como *O gabinete do Dr. Caligari* (1920) e *Nosferatu* (1922) consolidaram uma gramática visual baseada em contrastes luminosos, cenários angulosos e figuras perturbadoras que transformavam o espaço fílmico em projeção de angústias subjetivas.

Paralelamente, muitos desses elementos dialogam com o imaginário da estética gótica, tradição cultural que atravessa a literatura, a arquitetura e as artes visuais desde o final do século XVIII. Associada à experiência do sublime, compreendida por Burke (1993) como a emoção intensa produzida pelo terror, pelo perigo e pelo desconhecido, a estética gótica explorou temas como o medo, o monstruoso, a morte e o mistério como formas simbólicas de representar tensões sociais e culturais da modernidade. Obras literárias como *Frankenstein* (1818), de Mary Shelley, e *Drácula* (1897), de Bram Stoker, contribuíram para consolidar esse imaginário ao transformar o horror em metáfora das inquietações modernas diante da ciência, da alteridade e dos limites da razão iluminista (Kilgour, 1998). Ao longo do século XIX, o gótico passou a incorporar elementos do realismo e deslocou seus cenários dos castelos medievais para os espaços da vida moderna, revelando os terrores latentes da sociedade urbana.

No século XX, esse imaginário encontrou no cinema um novo campo de desenvolvimento. O expressionismo alemão reinterpretou visualmente a atmosfera sombria e inquietante da tradição gótica, transformando-a em uma linguagem cinematográfica marcada pela distorção do espaço, pela estilização da cenografia e pelo uso dramático da luz e da sombra. Desse encontro entre expressionismo e estética gótica formou-se um imaginário visual duradouro que continuou a reverberar em diversas cinematografias ao longo do século XX.

No cinema contemporâneo, a obra de Tim Burton[1] constitui um exemplo particularmente significativo dessa permanência estética. Seus filmes frequentemente apresentam cenários distorcidos, personagens melancólicos, atmosferas sombrias e uma iconografia marcada pelo humor macabro, elementos que remetem simultaneamente ao expressionismo alemão e ao imaginário gótico. Entre essas obras, o curta-metragem *Vincent* (1982) destaca-se como uma das primeiras manifestações dessa estética autoral. Realizado em *stop motion* e narrado por Vincent Price — ator emblemático do cinema de horror clássico — o filme apresenta a história de um menino cuja imaginação é profundamente influenciada pela literatura de Edgar Allan Poe e pelo universo do horror gótico.

A estética visual de *Vincent* revela um conjunto de formas que evocam diretamente o expressionismo alemão: cenários inclinados, contrastes intensos entre luz e sombra, enquadramentos diagonais e uma cenografia que transforma o espaço doméstico em projeção das fantasias do protagonista. Ao mesmo tempo, o filme mobiliza elementos centrais da tradição gótica, como o imaginário macabro, a atmosfera de mistério e as referências à literatura de Poe. Essa combinação evidencia a presença de um diálogo visual entre diferentes tradições estéticas que atravessam a história do cinema.

Para compreender esse processo, este artigo mobiliza o conceito de intericonicidade, desenvolvido por Jean-Jacques Courtine (2013), segundo o qual as imagens se organizam em redes de memória visual nas quais cada imagem remete a outras imagens que circulam culturalmente. A intericonicidade permite analisar como determinados repertórios visuais são reativados e reinterpretados em novos contextos históricos, produzindo efeitos de memória e reconhecimento no espectador.

Partindo dessa perspectiva, o objetivo deste artigo é analisar como o curta-metragem *Vincent* (1982), de Tim Burton, mobiliza ecos visuais do expressionismo alemão e da estética gótica por meio de processos intericônicos que articulam memória visual e cultura cinematográfica. Para isso, o texto organiza-se em três momentos. Na primeira parte, discute-se o conceito de intericonicidade e sua relação com memória e cultura visual. Em seguida, apresenta-se um panorama do expressionismo alemão e de suas permanências na história do cinema. Por fim, realiza-se uma análise fílmica do curta *Vincent*, buscando evidenciar como suas imagens reativam esse repertório visual na construção do universo imaginário do protagonista.

[1] Tim Burton dirigiu diversas obras cinematográficas, como *Vincent* (1982), *João e Maria* (1983), *Frankenweenie* (1984), *As Grandes Aventuras de Pee-wee* (1985), *Beetlejuice* (1988), *Batman* (1989), *Edward Mãos de Tesoura* (1990), *Batman: O Retorno* (1992), *O Estranho Mundo de Jack* (1993), *Ed Wood* (1994), *Marte Ataca!* (1996), *A Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça* (1999), *O Mundo de Stainboy* (2000), *Planeta dos Macacos* (2001), *Peixe Grande e Suas Histórias Maravilhosas* (2003), *A Fantástica Fábrica de Chocolate* (2005), *A Noiva-Cadáver* (2005), *The Killers: Bones* (2006), *Sweeney Todd: O Barbeiro Demoníaco da Rua Fleet* (2007), *Alice no País das Maravilhas* (2010), *The Killers: Here with Me* (2012), *Sombras da Noite* (2012), *Frankenweenie* (2012), *Grandes Olhos* (2014), *O Lar das Crianças Peculiares* (2016), *Dumbo* (2019), *Wandinha* (2022), *Beetlejuice Beetlejuice* (2024). Disponível em: https://www.timburton.com/filmprojects. Acesso em: 26 fev. 2026.

Ao articular intericonicidade, expressionismo e estética gótica, este estudo pretende contribuir para a compreensão de como o cinema contemporâneo reinscreve tradições visuais históricas em novas narrativas e contextos estéticos, demonstrando que determinadas formas imagéticas permanecem vivas na memória cultural do cinema.

Intericonicidade, memória e cultura visual

A noção de intericonicidade refere-se ao modo como as imagens se relacionam entre si ao longo do tempo, ativando memórias visuais e produzindo sentidos a partir de outras imagens previamente existentes na cultura. O conceito, desenvolvido por Courtine (2013), parte da ideia de que nenhuma imagem pode ser interpretada isoladamente, pois toda imagem remete a um repertório visual anterior que constitui aquilo que podemos chamar de memória das imagens.

Nesse sentido, a interpretação de uma imagem depende de uma cultura visual compartilhada. Como afirma Courtine (2013), não há discurso ou texto que possa ser compreendido sem referência à memória; o mesmo ocorre com as imagens, que sempre carregam ecos de outras imagens já vistas ou imaginadas.

A intericonicidade evidencia justamente esse caráter relacional das imagens. Cada imagem carrega vestígios de outras imagens anteriores, constituindo uma genealogia visual que atravessa diferentes épocas e suportes. Para Courtine (2013, p. 99), "toda imagem remete a outras imagens anteriores, com as quais se associa ou se opõe". Assim, a leitura de uma imagem implica reconhecer os rastros visuais que persistem em sua forma, em sua composição e em seus regimes de luz e sombra.

Essa relação não se estabelece apenas entre imagens socialmente disponíveis, mas também entre imagens internas, ligadas à memória individual e à experiência sensível do sujeito. As imagens ativam lembranças visuais armazenadas na memória, mobilizando um campo complexo que articula cultura, experiência e imaginação. "Não há imagens que não façam ressurgir em nós outras imagens, quer essas imagens tenham sido já vistas ou simplesmente imaginadas" (Courtine, 2013, p. 160-161).

A relação entre imagem e memória remonta ainda à tradição clássica da arte da memória, desenvolvida na Antiguidade. Conforme observa Dubois (1993), textos como *De oratore*, de Cícero, e *Institutio oratoria*, de Quintiliano, descrevem a memória como um sistema baseado na articulação entre lugares (*loci*) e imagens (*imagines*). Os lugares funcionariam como estruturas nas quais as imagens são depositadas para facilitar sua recordação.

Essa tradição histórica permite compreender a intericonicidade como um dispositivo de memória visual, no qual as imagens se organizam em redes de reminiscências pessoais e coletivas. Para Courtine (2013), as imagens circulam socialmente formando uma memória discursiva que conectam diferentes acontecimentos históricos, experiências culturais e repertórios simbólicos.

Na contemporaneidade, marcada pela intensa circulação de imagens nas mídias digitais, esse processo torna-se ainda mais evidente. Fotografias, vídeos e registros audiovisuais desempenham um papel central na construção da memória coletiva dos acontecimentos. Assim, a intericonicidade permite compreender como as imagens participam da construção de narrativas históricas e culturais. Ao circular e ser retomada em diferentes contextos, uma imagem passa a integrar uma rede de significados que ultrapassa sua materialidade inicial. Nesse sentido, como observa Vernet (1994), qualquer objeto visual já carrega valores e sentidos socialmente reconhecíveis, funcionando como uma forma de discurso.

Desse modo, pensar a intericonicidade implica reconhecer que as imagens não apenas representam o mundo, mas participam da produção de memória, identidade e poder, ativando repertórios visuais que atravessam a história da cultura.

O expressionismo alemão

O expressionismo alemão constitui um dos movimentos mais influentes da história do cinema e está profundamente relacionado à construção de um imaginário visual marcado por atmosferas sombrias, inquietação psicológica e figuras liminares entre o humano e o monstruoso — elementos que dialogam diretamente com a tradição estética do gótico (Canepa, 2008). Surgido no contexto da República de Weimar, após o fim da Primeira Guerra Mundial (1918) e antes da ascensão do nazismo em 1933, o expressionismo cinematográfico refletiu um período marcado por crise política, instabilidade econômica e profundas transformações culturais.

Nesse cenário de incerteza histórica e ansiedade coletiva, o cinema tornou-se um espaço privilegiado para a visualização das angústias da modernidade, mobilizando imagens que frequentemente evocavam atmosferas próximas ao imaginário gótico.

Ainda segundo Canepa (2008), entre a Revolução Alemã de 1918–1919 e a ascensão de Adolf Hitler ao poder, a Alemanha viveu cerca de quinze anos de intensa efervescência cultural, período conhecido como cultura de Weimar. Paradoxalmente, embora o país estivesse imerso em um clima de depressão coletiva e sensação de derrota, Berlim tornou-se um dos principais centros das vanguardas artísticas europeias na década de 1920. Nesse contexto, o expressionismo consolidou-se como um movimento estético que atravessou diversas linguagens artísticas — pintura, arquitetura, literatura, teatro e cinema — caracterizando-se pela tentativa de expressar visualmente estados subjetivos da experiência humana. Essa busca por traduzir visualmente tensões interiores aproximava o expressionismo de tradições culturais mais antigas, como o romantismo sombrio e a literatura gótica, nos quais o medo, o mistério e o sobrenatural ocupam um lugar central.

No cinema, o expressionismo representou uma ruptura com o realismo tradicional. Em vez de reproduzir o mundo de forma naturalista, os cineastas passaram a deformar deliberadamente a realidade visual, criando cenários distorcidos e atmosferas carregadas de tensão psicológica. Essa estética manifesta-se por meio da estilização radical dos espaços, do uso intenso de contrastes entre luz e sombra, de enquadramentos oblíquos e de composições visuais marcadas por linhas diagonais e perspectivas irregulares (Canepa, 2008). Tais elementos visuais produzem ambientes inquietantes que evocam os espaços ameaçadores característicos do imaginário gótico — castelos, corredores labirínticos e paisagens sombrias — agora reinterpretados pela linguagem cinematográfica.

Como observam Aumont e Marie (2003), o cinema expressionista frequentemente trata a imagem como uma espécie de "gravura", marcada por contrastes intensos entre preto e branco e por cenários altamente gráficos. Essa estilização visual aproxima o cinema de outras formas artísticas do expressionismo, como a pintura e o teatro, mas também reforça a atmosfera dramática e sombria que atravessa muitas narrativas associadas ao horror e ao fantástico.

Além da cenografia artificial, o expressionismo alemão também se caracteriza pela construção de personagens que expressam estados psicológicos extremos. Maquiagens carregadas, figurinos estilizados e atuações teatralizadas contribuem para a criação de figuras que transitam entre o humano e o monstruoso. Nesses filmes, temas como loucura, hipnose, pesadelos e forças sobrenaturais aparecem com frequência, revelando um imaginário profundamente marcado pela ansiedade coletiva do período pós-guerra. Como observa Lotte Eisner (2002), o imaginário alemão da época estava impregnado de misticismo e de uma presença recorrente de fantasmas e forças obscuras, elementos que aproximam o expressionismo de uma sensibilidade estética próxima à tradição gótica.

Filmes como *O gabinete do Dr. Caligari* (Robert Wiene, 1920), *O Golem* (Paul Wegener e Carl Boese, 1920) e *As mãos de Orlac* (Robert Wiene, 1924) exemplificam essa estética ao construir universos visuais nos quais o espaço cinematográfico parece refletir diretamente os estados mentais das personagens. Cenários inclinados, ruas impossíveis e sombras pintadas transformam o espaço fílmico em uma extensão da subjetividade, criando ambientes visualmente instáveis que evocam tanto o pesadelo psicológico quanto o imaginário sombrio associado ao gótico.

A influência dessa estética ultrapassou o contexto histórico da República de Weimar, permanecendo como um importante repertório visual na história do cinema. Conforme argumenta Kracauer (1988), o cinema expressionista não apenas refletiu o contexto psicológico da sociedade alemã do período, mas também inaugurou formas visuais que continuaram a reverberar em diferentes tradições cinematográficas. Ao longo do século XX, muitos desses elementos passaram a integrar a linguagem do cinema de horror e das narrativas góticas no audiovisual.

No cinema contemporâneo, essa herança estética reaparece em obras que retomam elementos característicos do expressionismo, como cenários distorcidos, iluminação contrastada e atmosferas sombrias. A filmografia de Tim Burton constitui um exemplo particularmente expressivo dessa permanência. Seus filmes frequentemente mobilizam formas visuais associadas ao expressionismo alemão, criando universos estéticos marcados por contrastes acentuados, arquitetura deformada e personagens melancólicos que habitam espaços próximos ao imaginário gótico.

No curta-metragem *Vincent* (1982), essas influências tornam-se particularmente evidentes. Realizado em *stop motion* e narrado por Vincent Price — ator fortemente associado ao cinema de horror gótico —, o filme apresenta um universo visual marcado por sombras intensas, cenários inclinados e espaços arquitetônicos distorcidos. As linhas diagonais dos cenários, o contraste acentuado entre luz e sombra e a teatralidade da *mise-en-scène* evocam diretamente a estética de *O gabinete do Dr. Caligari*, estabelecendo um diálogo visual com o expressionismo alemão ao mesmo tempo em que mobilizam referências ao imaginário gótico da literatura de Edgar Allan Poe.

Assim, a estética expressionista continua a reverberar no cinema contemporâneo, reaparecendo sob novas formas e contextos narrativos. Ao mobilizar esse repertório visual, Tim Burton reinscreve elementos do expressionismo em sua própria linguagem cinematográfica, demonstrando como determinadas formas estéticas — especialmente aquelas associadas ao gótico, ao horror e ao fantástico — permanecem vivas na memória visual do cinema.

Análise fílmica

Burton utiliza a distorção da perspectiva para externalizar o estado psicológico do personagem. A geometria distorcida das paredes da casa de Vincent frequentemente apresenta ângulos agudos e escadarias impossíveis. O chiaroscuro, uso de alto contraste entre luz e sombra, não apenas remete ao cinema clássico de horror, mas isola Vincent em seu próprio drama existencial. A sombra em Vincent não é apenas a ausência de luz, mas um personagem que projeta os medos e desejos do subconsciente do protagonista.

A *mise-en-scène* de *Vincent* estrutura-se sobre um movimento pendular que delimita, com clareza semiótica, as fronteiras entre a factualidade cotidiana e a incursão onírica. De um lado, configura-se o universo da domesticidade normativa, personificado pela figura materna, que, embora restrito ao espectro monocromático, evoca uma estética da normalidade, baseada na estabilidade e no pragmatismo funcional. Em oposição dialética, emerge o laboratório imaginário do protagonista, um espaço de transgressão onde a deformação expressionista subverte a ordem física para dar lugar à externalização do desejo e da melancolia. A análise da *mise-en-scène* revela que o conflito de Vincent não é apenas interno, mas manifesta-se na própria estrutura

física e sensorial do filme. A cenografia estabelece o primeiro nível dessa tensão, enquanto o domínio da normatividade materna é regido por uma composição ortogonal, onde a predominância de linhas retas e janelas quadrangulares sugere uma ordem disciplinadora e uma vigilância constante, o universo da alteridade rompe com essa rigidez. No delírio de Vincent, a arquitetura torna-se expressionista, utilizando geometrias distorcidas, ângulos oblíquos e perspectivas forçadas que operam como a materialização cênica do caos psíquico do protagonista.

Essa transição visual é acompanhada por uma mudança drástica no ambiente sonoro. A matriz materna é definida por uma sonoplastia pragmática, composta por diálogos diretivos e silêncios que reforçam a apatia e o vazio. Em contrapartida, o mergulho na fantasia de Vincent é regido por uma narração poética de métrica rigorosa, envolta em uma trilha sonora propositalmente dramática e hiperbólica. Aqui, o som não apenas descreve a cena, mas valida a grandiosidade épica que o menino atribui ao seu próprio isolamento.

A semiologia dos objetos consolida a cisão identitária da obra. Os ícones do cotidiano, como livros escolares, funcionam como âncoras que tentam fixar o sujeito à realidade factual e produtiva. Contudo, no laboratório imaginário de Vincent, esses elementos são substituídos por objetos transfigurados, como os tubos de ensaio e quimeras caninas, os quais, deixam de ser meros adereços para se tornarem fetiches de uma fantasia científica. Esse deslocamento simbólico evidencia que, para o protagonista, a subversão da utilidade dos objetos é o primeiro passo para a construção de sua própria autonomia existencial, ainda que esta resulte em sua alienação final. A imaginação atua como um mecanismo de defesa e refúgio, mas transfigura-se, simultaneamente, em uma prisão ontológica. A incapacidade do protagonista em mediar esses dois mundos culmina em uma alienação absoluta, onde a estetização do medo resulta na implosão do sujeito e em seu colapso identitário.

O filme não apenas parece sombrio, ele é construído matematicamente para gerar desconforto e imersão no delírio. A iluminação em Vincent é um elemento que bebe da fonte do Expressionismo Alemão. Em várias cenas, a sombra de Vincent se alonga de forma desproporcional, sugerindo que seu eu interior é muito maior e mais assustador do que sua forma física de criança. A luz é frequentemente projetada através de frestas, persianas ou grades, criando padrões de jaula no cenário. Isso reforça visualmente a ideia de que Vincent está prisioneiro tanto em sua casa quanto em sua própria mente.

Burton utiliza a câmera para desorientar o espectador, fugindo do naturalismo da animação convencional da época. Os planos holandeses, onde a câmera é frequentemente inclinada lateralmente do eixo horizontal, gera uma sensação psicológica de instabilidade e perigo iminente. Se o mundo está torto, a mente do personagem também está. Os corredores da casa de Vincent parecem se estreitar ao infinito, e as portas têm formatos trapezoidais. Isso cria uma

sensação de claustrofobia, nos momentos de repressão da mãe ou de uma vastidão aterrorizante, nos momentos de delírio científico.

A genialidade visual de *Vincent* reside na subjetividade do olhar. Burton não filma o que o menino vê, mas como ele sente o mundo. A cenografia oblícua, não é um erro de arquitetura da casa, mas a representação de uma infância que não se encaixa nos moldes retos e quadrados da sociedade. Quando o jovem Vincent Malloy se imagina transformado no ícone do horror, a iluminação em chiaroscuro deixa de ser um mero recurso estético para se tornar uma manifestação ontológica do 'eu' desejado. A sombra projetada nas paredes angulares do quarto de Vincent não apenas mimetiza seus movimentos, mas apropria-se do espaço físico com uma escala monumental, evidenciando o conflito entre a realidade doméstica e a aspiração macabra do personagem. A sombra torna-se, portanto, o mediador visual entre o subúrbio cartesiano e o laboratório da alma, onde o limite entre o menino e o mito se dissolve em altos contrastes.

Assim como o visual é construído sobre contrastes extremos, a trilha e o design de som operam em uma lógica de binarismo estético. O som não apenas acompanha a imagem, ele a tensiona. A escolha de Vincent Price como narrador não é apenas uma homenagem; é uma estratégia de textura. O som grave versus o som agudo. A voz de Price é profunda, ressonante e carrega o peso do cânone do horror. Ela contrasta violentamente com a voz da mãe de Vincent, com um tom mais alto, nasal e prosaico. Existe um abismo entre o que vemos, uma criança pequena e frágil, e o que ouvimos, um homem maduro e imponente. Essa dissonância sonora é a prova cabal da dissociação psíquica de Vincent, ele habita um corpo de sete anos, mas sua voz interior é a de um vilão clássico.

O ranger das portas, o som dos trovões e o borbulhar dos líquidos no laboratório, possuem uma reverberação sonora que sugere espaços vastos e vazios, mesmo quando estamos em um quarto pequeno. Isso cria uma arquitetura acústica que ignora as leis da física.

A sequência inicial apresenta o protagonista, Vincent Malloy, um menino de sete anos descrito como educado e obediente. A narração estabelece desde o início a ambivalência do personagem. Visualmente, o personagem é apresentado em plano médio, isolado no centro do enquadramento. A iluminação cria fortes contrastes entre luz e sombra, projetando silhuetas nas paredes e evocando a estética do expressionismo alemão. O corpo de Vincent é estilizado: extremamente magro, com membros alongados e olhos grandes, características que reforçam a dimensão grotesca da figura e antecipam o imaginário visual que marcaria a obra posterior de Burton. O espaço doméstico surge inicialmente como um ambiente estável, mas já atravessado por sombras e diagonais que sugerem inquietação psicológica.

> Vincent Malloy tem sete anos. Ele é sempre educado e faz o que lhe dizem. Para um garoto da sua idade, é considerado gentil e agradável, mas ele quer ser exatamente como Vincent Price (Vincent, 1982).

Na continuidade da sequência, a narração acrescenta: "Ele não se importa em viver com sua irmã, seu cachorro e seus gatos, embora preferisse dividir uma casa com aranhas e morcegos" (Vincent, 1982).

Nesse momento, o enquadramento enfatiza o interior da casa como um espaço mental. A iluminação concentrada forma um cone de luz que destaca o personagem em meio à escuridão. A composição sugere simultaneamente introspecção e isolamento, reforçando a ideia de que o universo de Vincent é construído principalmente por suas fantasias.

A narrativa desloca-se então para as primeiras manifestações dessa imaginação macabra. O narrador afirma: "Vincent é simpático quando sua tia vem visitá-lo, mas imagina mergulhá-la em cera para o seu museu de cera" (Vincent, 1982).

Visualmente, a cena constrói um contraste entre o corpo alongado e frágil do menino e a figura volumosa da tia. A diferença de escala entre os personagens produz um efeito caricatural que mistura humor e inquietação. O gesto de Vincent sugere a fantasia mórbida que atravessa sua mente, ainda que o personagem permaneça exteriormente educado.

A sequência prossegue com outra fantasia descrita pela narração: "Ele gosta de fazer experiências com seu cachorro Abercrombie, na esperança de criar um zumbi horrível" (Vincent, 1982).

Nesse momento, a *mise-en-scène* introduz elementos associados ao imaginário científico do horror gótico. A imagem apresenta criaturas grotescas e dispositivos metálicos que lembram instrumentos laboratoriais ou cirúrgicos. A iconografia remete diretamente ao repertório visual de narrativas como *Frankenstein* (1931), reforçando a intericonicidade presente no filme. Os enquadramentos passam a explorar ângulos inclinados e composições assimétricas, aproximando o curta da tradição expressionista.

A narração continua: "Assim ele e seu terrível cachorro zumbi poderiam sair à procura de vítimas na neblina de Londres" (Vincent, 1982).

Nesse ponto, o espaço doméstico é transformado pela imaginação do protagonista. A presença de névoa e iluminação contrastante produz uma atmosfera fantasmagórica que evoca cenários típicos do cinema de horror clássico. A *mise-en-scène* evidencia a dissolução progressiva das fronteiras entre realidade e fantasia.

A sequência seguinte introduz a dimensão criativa do personagem: "Seus pensamentos não são apenas sobre crimes macabros. Ele gosta de pintar e de ler para passar o tempo" (Vincent, 1982).

A imagem mostra Vincent desenhando uma figura distorcida de si mesmo, sugerindo que sua imaginação se manifesta também através da criação artística. O gesto de desenhar evidencia a relação entre fantasia e produção imagética, reforçando a ideia de que o personagem constrói visualmente suas próprias narrativas.

A narração estabelece então uma referência literária central para o desenvolvimento do filme: "Enquanto outras crianças leem livros como *Go, Jane, Go*, o autor favorito de Vincent é Edgar Allan Poe" (Vincent, 1982).

O curta apresenta Vincent lendo em plano aproximado, com expressão concentrada e olhos arregalados. A iluminação projeta sombras profundas sobre seu rosto, intensificando a atmosfera de suspense. A leitura torna-se um dispositivo narrativo que desencadeia novas fantasias inspiradas na literatura gótica.

A narração prossegue: "Certa noite, ao ler um conto terrível, ele encontrou uma passagem que o fez empalidecer. A notícia era horrível demais para suportar: sua bela esposa havia sido enterrada viva" (Vincent, 1982).

A imaginação do personagem transforma novamente o ambiente doméstico em um cenário sombrio. A cenografia assume formas distorcidas e os enquadramentos inclinados intensificam a sensação de instabilidade psicológica. A referência ao sepultamento prematuro evoca diretamente temas recorrentes na obra de Edgar Allan Poe, reforçando a dimensão intertextual do filme.

A narração acrescenta: "Ele cavou o túmulo para ter certeza de que ela estava morta, sem perceber que o túmulo era o canteiro de flores de sua mãe" (Vincent, 1982).

Esse momento introduz um elemento de humor sombrio característico do estilo burtoniano. A fantasia macabra do personagem é abruptamente reconduzida ao ambiente doméstico, revelando a tensão constante entre imaginação e realidade.

A sequência seguinte apresenta a reação da mãe, que envia o menino para o quarto. A narração afirma: "Sua mãe mandou Vincent para o quarto. Ele sabia que havia sido banido para a Torre da Perdição" (Vincent, 1982).

O quarto passa então a ser representado como um espaço de confinamento simbólico. Um feixe de luz ilumina o personagem no centro do enquadramento, enquanto o restante do cenário permanece mergulhado na escuridão. A mise-en-scène reforça a sensação de isolamento e aprisionamento psicológico.

Na sequência final, as fantasias de Vincent atingem seu ponto máximo de intensidade. A narração descreve o colapso emocional do personagem: "Para escapar da loucura, ele tentou alcançar a porta, mas caiu sem forças no chão" (Vincent, 1982).

O espaço visual torna-se instável e ameaçador. Criaturas grotescas e sombras deformadas emergem das paredes, intensificando a atmosfera de pesadelo. Nesse momento, a distinção entre imaginação e realidade torna-se praticamente impossível.

O curta encerra-se com a citação de um trecho de "O corvo", de Edgar Allan Poe: "E minha alma, daquela sombra que flutua sobre o chão, jamais se erguerá novamente" (Vincent, 1982).

A referência final articula literatura e cinema, concluindo o arco narrativo do personagem e reafirmando o caráter intericonográfico do filme. Ao mobilizar imagens associadas ao expressionismo, ao horror clássico e à literatura gótica, *Vincent* constrói uma narrativa visual em que a imaginação infantil se torna o espaço de encontro entre memória cultural e criação estética.

Considerações finais

A análise do curta-metragem *Vincent* (1982), de Tim Burton, evidencia como o cinema contemporâneo pode mobilizar repertórios visuais sedimentados na história da cultura, reativando estilos e imaginários por meio de processos de memória visual. Ao articular o conceito de intericonicidade, proposto por Courtine, com a tradição estética do expressionismo alemão e com o imaginário da estética gótica, este estudo buscou compreender de que modo determinadas formas visuais persistem e se transformam no interior da linguagem cinematográfica.

A discussão teórica mostrou que as imagens não se apresentam como unidades isoladas, mas como parte de redes de significação que atravessam diferentes momentos históricos. A intericonicidade permite justamente perceber esse movimento de circulação e reatualização das imagens, no qual cada forma visual carrega vestígios de outras que a precedem. Nesse sentido, o cinema opera como um espaço privilegiado de memória cultural, capaz de reconfigurar repertórios imagéticos provenientes de diferentes tradições artísticas.

O expressionismo alemão constitui um dos exemplos mais significativos dessa permanência estética. Seus cenários distorcidos, contrastes intensos de luz e sombra e personagens marcados por inquietação psicológica produziram um imaginário visual profundamente associado ao horror, ao mistério e à instabilidade emocional — elementos que dialogam diretamente com a tradição da estética gótica. Ao longo do século XX, essas formas visuais ultrapassaram seu contexto histórico original, tornando-se referências recorrentes no cinema de horror e em diversas cinematografias contemporâneas.

Nesse panorama, a obra de Tim Burton destaca-se pela capacidade de reconfigurar esse repertório visual em novas narrativas. Em *Vincent*, a presença de cenários inclinados, iluminação contrastada, arquitetura deformada e personagens de aparência melancólica estabelece um diálogo evidente com o expressionismo alemão, especialmente com filmes como *O gabinete do Dr. Caligari*. Ao mesmo tempo, a atmosfera sombria do curta, associada às referências à obra de Edgar Allan Poe e à narração de Vincent Price, aproxima o filme do imaginário gótico que permeia a literatura fantástica e o cinema de horror clássico.

A análise fílmica demonstrou que essas referências não aparecem apenas como citações estilísticas, mas como parte de um processo intericônico mais amplo, no qual diferentes tradições visuais se articulam na construção do universo

imaginário do protagonista. A imaginação de Vincent Malloy transforma o espaço doméstico em um cenário de fantasias macabras, onde literatura gótica, horror cinematográfico e estética expressionista convergem para produzir uma narrativa marcada pela tensão entre realidade e imaginação.

Dessa forma, *Vincent* revela-se um exemplo significativo de como o cinema contemporâneo pode operar como um campo de reconfiguração da memória visual, no qual estilos históricos são reinterpretados e incorporados a novas sensibilidades estéticas. Ao mobilizar ecos do expressionismo alemão e do imaginário gótico, o filme evidencia a permanência de determinadas formas visuais na cultura cinematográfica, demonstrando que a história do cinema não se organiza apenas por rupturas, mas também por continuidades e ressonâncias imagéticas.

Assim, ao articular intericonicidade, memória visual e análise fílmica, este estudo contribui para compreender como determinadas estéticas sobrevivem e se transformam ao longo do tempo, reafirmando o papel do cinema como um espaço de circulação, reinscrição e reinvenção das imagens na cultura contemporânea.

Referências

AS MÃOS de Orlac. Direção: Robert Wiene. Alemanha, Áustria: Pan Film. 1924. (98 min). Disponível em: https://mubi.com/pt/br/films/the-hands-of-orlac. Acesso em: 11 fev. 2026.

AUMONT, J.; MARIE, M. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Campinas: Papirus, 2003.

BURKE, E. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo**. Campinas: Papirus, 1993.

CANEPA, L. Cinema expressionista alemão. *In*: MASCARELLO, F. (org.). **História mundial do cinema**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2008.

COURTINE, J-J. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis: Vozes, 2013.

DUBOIS, P. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.

EISNER, L. H. **A tela demoníaca**: as influências de Max Reinhardt e do expressionismo. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

FRANKENSTEIN. Direção: James Whale. EUA: Estúdio Universal Pictures. 1931. (70 min). Disponível em: https://www.primevideo.com/-/pt/detail/0OO5IO5IIB4VDMP3ROTLDQV2U7/. Acesso em: 22 jan. 2026.

KILGOUR, M. **The rise of the gothic novel**. London: Routledge, 1998.

KRACAUER, S. **De Caligari a Hitler**: uma história psicológica do cinema alemão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

NOSFERATU. Diretor: Friedrich Wilhelm Murnau. Alemanha: Prana Film. 1922. (94 min). Disponível em: https://mubi.com/pt/br/films/nosferatu. Acesso em: 11 fev. 2026.

O GABINETE do Dr. Caligarl. Direção: Robert Winnie. Alemanha: Decla Film, Decla-Bioscop AG. 1920. (71 min). Disponível em: https://globoplay.globo.com/o-gabinete-do-dr-caligari/t/zfxB8Yppsh/ Acesso em: 23 fev. 2026.

O GOLEM. Direção: Paul Wegener e Carl Boese. Alemanha: 1920. (76 min). Disponível em: https://www.primevideo.com/-/pt/detail/O-Golem-1920/0I0AL7XC3PMSLS8O792V8VRP9O. Acesso em: 11 fev. 2026.

VERNET, M. **A análise do filme**. Campinas: Papirus, 1994.

VINCENT. Direção: Tim Burton. EUA: Walt Disney Productions, 1982. (6 min). Disponível em: https://www.dailymotion.com/video/x6zw4y. Acesso em: 5 jan. 2026.

Sobre os autores

Adriano Charles da Silva Cruz – Professor Associado do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (UFRN). Doutor em Linguagens e Cultura.

Justino Batista Pereira Neto – Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (UFRN). Graduado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo e Radialismo (UFRN). Coordenador do Núcleo de Audiovisual do IFRN.



CAPÍTULO 6

“Eu também fui aquele *rocker* de esquerda, contra o sistema...”:

masculinidade cúmplice branca, hipermasculinidade performada, neoconservadorismo e *heavy metal* em ambientes digitais da cena *heavy metal* de Belém-PA durante o governo Bolsonaro (2019-2022)

Bernard Arthur Silva da Silva

doi 10.56365/xbs9q280

"Ditador do Metal"[1]

No dia 6/05/2022, próximo das eleições presidenciais, marcadas pelo duelo entre a esquerda petista de Lula e a extrema-direita do então presidente Jair Bolsonaro, Roosevelt Cavalcante[2], o "Bala" da *Stress*, publicou no seu perfil do facebook: "A diferença é que eu não sou mais Esquerdista, não compactuo com os atos, ideologias e valores que esse espectro revelou...caiu a ficha" (Bala, 2022)[3].

Esses(as) são os(as) mesmos(as) "Bala" e *Stress* que, no final dos anos 1970 e começo dos 1980, na escolha do seu nome "isso tem a ver com som que a gente quer fazer, né? Agitação, tensão nervosa, pressão, neurônios à flor da pele" (Bala, 2008[4]), gravação do seu icônico primeiro álbum ("*Stress*", 1982) "não tinha idéia do que essa gravação representaria pra gente, como seria um marco na história do *heavy metal* brasileiro" (Bala, 2008), repressão sofrida na ditadura militar pela censura federal quando boa "parte das nossas letras originais, que iriam para esse primeiro álbum, foi vetada pela censura em Brasília" (Batalha, 2012, p. 91) e em relação ao pós-primeiro registro (1983-1986), quando se mudaram para o Rio de Janeiro, fizeram turnê nacional e obtiveram reconhecimento artístico. Defendia agora "atos, ideologias e valores" da extrema-direita, já que havia deixado de ser da esquerda, conforme anunciado por ele em publicação no facebook, no início das eleições presidenciais de 2018 (Bala, Facebook, 6/10/2018) e abraçado o neoconservadorismo extremista[5]. Um rompimento gradativo, com seus primeiros sinais, remontando ao período do Mensalão (2005-2007) episódio de corrupção do 1º mandato do presidente Lula (PT, 2003-2006), com suas música e falas anti-corrupção e anti-esquerda aumentando e atravessando seu 2º mandato, o período da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT, 2011-2016), as Jornadas de Junho de 2013, Operação Lava-Jato (2014-2021), o impeachment de 2016 até se consumar no pleito presidencial de 2018 (Bala, Facebook, 2013, 2014, 2015, 2016, 2018; Bala, "CORRUPÇÃO", YOUTUBE, 2020 [2007][6]).

Como a sua masculinidade cúmplice branca cis heterossexual classe média/média alta, performa a hipermasculinidade, tão em voga na gestão Bolsonaro em práticas do ex-presidente, integrantes do governo e apoiadores, enquanto meio de reviver a perdida masculinidade hegemônica dos anos 1980 e obter benefícios das relações desiguais de gênero executadas pelo governo bolsonarista? Tal masculinidade atrelou-se à quais aspectos do neoconservadorismo? E, se moldou oposta em relação às outras masculinidades e, feminilidades, da cena por quais pontos?

O cerne é a análise da dinâmica relacional entre essa masculinidade cúmplice branca que, persegue reviver essa hegemonia masculina passada (1980 e 1990), através de ações regressivas violentas hipermasculinas mais a aquisição de vantagens da hipermasculinidade do governo Bolsonaro pela sua filiação ao neoconservadorismo dessa

[1] O presente artigo apresenta algumas conclusões do 7º capítulo da minha tese intitulada "Um estudo interdisciplinar sobre as masculinidades e feminilidades performadas na cena *heavy metal* de Belém-PA via espaços físicos e plataformas digitais (1980-2025)", gestada (2021-2024) e defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM-UFPE).

gestão presidencial, e outras práticas masculinas e femininas do universo musical metálico belenense.

O propósito é executar, interdisciplinarmente, a etnografia digital[7] à história social[8] do *heavy metal*[9] para descrever as práticas sociais dessa masculinidade cúmplice branca destacadas nas letra de música, entrevistas gravadas, entrevistas para revistas, páginas de redes sociais ("Mundo Metal" do Facebook), comentários nos YouTube e Facebook, "Ditador do Metal" (2020)[10], videoclipe do canal do YouTube de R.Bala, líder da *Stress*, banda precursora do *heavy metal* nacional e local e, desvelar como elas operaram tais quais fortalecimento do poder patriarcal do regime bolsonarista além do reavivamento da hegemonia masculina perdida pela *Stress* e R.Bala na cena *heavy metal* belenense e brasileira.

Para isso, os conceitos que ajudaram a caracterizar o meu objeto são oriundos dos estudos de cenas musicais[11], *heavy metal*[12], sobre as masculinidades[13], de branquitude[14] e sobre o neoconservadorismo[15]. Em relação às fontes de pesquisa, de modo interdisciplinar, escolhi as metodologias da história oral[16], jornalismo de rock[17] e sociologia do rock[18] para lidar com as entrevistas gravadas, revistas, letras das músicas. E, acerca do videoclipe "Ditador do Metal", comentários do youtube e facebook a seu respeito, usei os métodos da Antropologia, Estudos de Plataforma e de Som, Música e Entretenimento, denominados "etnografia digital", "sociedade da plataforma"[19], "videoclipe pós-MTV"[20] e "roteiro performático"[21].

Fortaleci o entendimento de que, o conteúdo de "Ditador do Metal", as conversas e defesas travadas na seção "Comentários" do canal do youtube de R.Bala pelo próprio líder da *Stress* com seus (suas) fãs e usuários(as) e, as posteriores divulgações do clipe nos seu perfil e na página "Mundo Metal" do facebook amalgamados com os comentários de seus seguidores(as)/amigos(as), ajudaram a esquematizar melhor, a guinada política de Bala à extrema-direita e sua adesão à agenda neoconservadora.

"Ditador do Metal": masculinidade cúmplice branca performando hipermasculinidade

A audiovisualização do videoclipe de R.Bala, no youtube, em seu canal oficial e, nos compartilhamentos dele no seu perfil do facebook com seus amigos e seguidores, me mostraram as seguintes evidências sobre essa masculinidade performada de "Ditador do Metal" (2020):

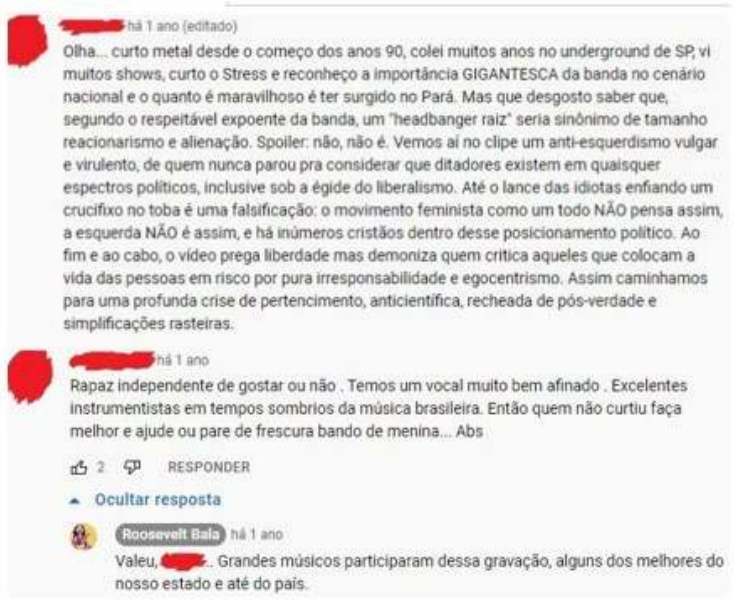




Prints de cenas do videoclipe “Ditador do Metal” (2020) de R. Bala

Fonte: BALA, R. Ditador do Metal. Roosevelt Bala (10/10/2020). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Q3tAQhzLbJU. Acesso em: 6 ago. 2021.





Comentários de usuários nos YouTube (canal de R.Bala), Facebook (perfil de R.Bala) sobre "Ditador do Metal" (2020)

Fonte: BALA, R. Ditador do Metal. Roosevelt Bala, Comentários (10/10/2020). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Q3tAQhzLbJU. MUNDO METAL. Ouça "Ditador do Metal", a música mais ácida do ano! Publicações (10/10/2020). Disponível em: https://www.facebook.com/mundo.metal.page/photos/a.224280884422709/1458776310973154/.

De acordo com as palavras do próprio Bala (Mundo Metal, Facebook, 2/08/2020), o "Ditador do Metal" é para falar daqueles "caras que querem colocar as regras para nós que curtimos *heavy metal*. Quais são as regras? Tem uma porrada de regra aí, você não pode ser cristão, você não pode ser de direita, você não pode ser conservador". Esses "caras", supostos "ditadores", "digitaldores" da cena e até ditos "vagabundos" por "fugirem de trabalho", como disse Bala que, sempre teve liberdade "pra tocar em paróquia, a música que eu quiser, receber meu cachê da direita, honestamente, pelo meu trabalho" (Bala, Youtube, 10/10 /2020), são da "Esquerda chegou ao poder (com nosso apoio) e se tornou o próprio SISTEMA Corrupto e Bandido que combatíamos, com valores bizarros, contra Família, Religião e Vida e etc..." (Bala, Facebook, Publicações, 22/04/2022[22]).

Essa mobilização em torno da audiovisualização em rede de "Ditador do Metal", enredando youtube e facebook, expõem performances de gosto (Janotti Jr, 2020, p. 54) no consumo do videoclipe de banda local de *heavy metal*, por essas tramas de expressões que, ao se mobilizarem, geram fluxos culturais/identitários igualados a engajamentos afetivos e alianças identitárias (Gutmann, 2021, p. 74). Nesse cenário, das performances de gosto, emergem os processos políticos que balizam as disputas em torno das estratégias de coerência expressiva (autenticidade e sinceridade), distinções e valoração cultural da produção de *heavy metal*.



Publicação da página do facebook "Mundo Metal", sobre o lançamento de "Ditador do Metal"(2020)

Fonte: MUNDO METAL. Ouça "Ditador do Metal", a música mais ácida do ano!. Publicações (10/10/2020). Disponível em: https://www.facebook.com/mundo.metal.page/photos/a.224280884422709/1458776310973154/. Acesso em: 1 set. 2023.

O processo político, presente em "Ditador do Metal", é mostrado pelos jogos de poder dicotômicos à respeito de questões de gênero, sexualidade, vestimenta, preferência musical, credo religioso e tipos de governo, envolvendo "regras" dos "ditadores" da cena, obrigando a ser de esquerda ou de direita, ser socialista ou capitalista, ser cristão ou não ser cristão, ser feminista ou não ser feminista. "Headbangers lacradores", "metaleiros fracassados" foram outros termos definidores, usados pelo Mundo Metal, — grupo do facebook, criado em 2014, com o desejo de "produção de material editorial especializado e a criação de

redes de fãs" (Tavares, 2022, p. 121) – página divulgadora do "Ditador do Metal", o qual, afirmou ser "SENSACIONAL", "A MÚSICA MAIS ÁCIDA DO ANO" e "a música que deverá fechar definitivamente essa trilogia "anti-lacração"" (Mundo Metal, Facebook, 10/10/2020). As terminologias usadas, seriam para designar "aqueles partidários da utilização do *heavy metal* como meio de difusão de ideais progressistas" (Tavares, 2022, p. 124).

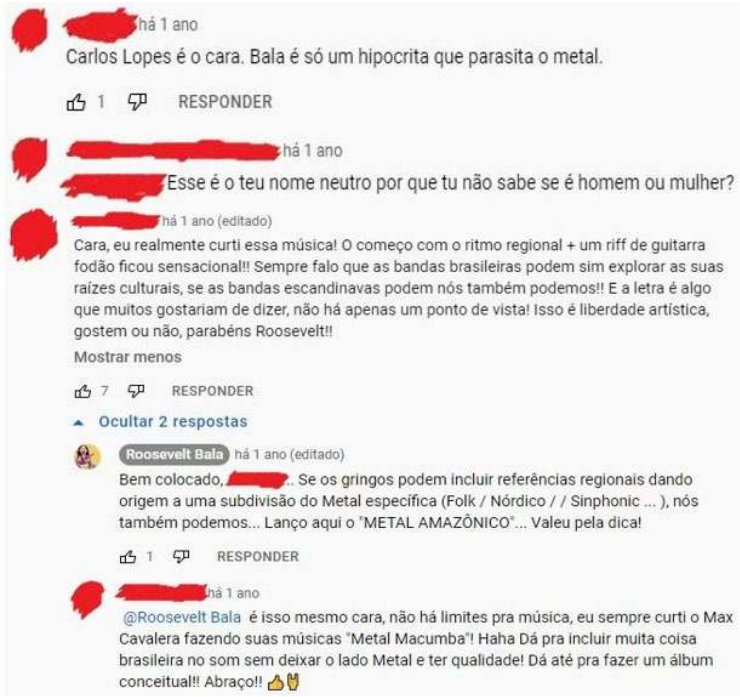
Indo mais fundo, me deparei com uma "gradativa substituição no debate público de temas relacionados ao bem comum e à melhor distribuição das riquezas por pautas que dialogavam com valores morais" (Tavares, 2022, p. 106), a caracterização das Guerras Culturais, fenômeno da política contemporânea, surgida nos EUA, durante os anos 1990. Elas entraram no Brasil, a partir da campanha presidencial de Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018, enquanto um dos aspectos centrais do neoconservadorismo da extrema-direita nacional (Melo; Vaz, 2018, p. 18). E, na cena *heavy metal* brasileira, o início do avanço do neoconservadorismo, remonta à 2010, nos discursos de oposição aos governos petistas de Lula e Dilma, tendo escalado ainda mais, a partir das Jornadas de Junho de 2013 e do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 (Tavares, 2022, p. 111-117).

No repertório de "Ditador do Metal" recheado de sonoridade e visual típicos do *heavy metal* por parte dos músicos e melodia da música, atrelados à música regional (carimbó) e letra política ácida, com cenas repletas de imagens montadas, as "obrigações" dos(as) headbangers/músicos (cistas) de *heavy metal* colocadas pelos "ditadores" das cenas brasileira e belenense, foram enfileiradas assim: ligação à regimes socialistas "ditatoriais", não escutar músicas do próprio Estado (o carimbó) e somente ouvir o *heavy metal*, usar unicamente vestes pretas (couro, jeans, camisas de bandas, patches com logotipos de bandas, cabelo grande), ser adepto do feminismo, não ser cristão e colocar-se em oposição aos elementos de sua moral, como monoteísmo, criacionismo, monogamia, heterossexualidade, família nuclear e patriarcal, dominação masculina e submissão das mulheres e educação cristã às crianças e jovens. Bala, sobre as colocações "obrigatórias" dos "headbangers lacradores" para os demais pares, cantou contrariamente: "Querem me dizer o que eu posso ouvir/ Querem me dizer o que eu devo vestir/Ousam desfazer da minha fé/Querem decidir o que você é/Yeahh!/Peguem suas malditas regras e enfiem fundo!/Yeahh!/O Metal é liberdade pra todo mundo!". Todos esses últimos elementos conservadores da moral cristã, criticados pelos "headbangers lacradores" e defendidos por Bala, constituem o neoconservadorismo brasileiro da extrema-direita brasileira, do qual o membro da *Stress* virou adepto (Barreira, 2022, p. 15; Lacerda, 2018, p. 39-67).

Masculinidade, branquitude e neoconservadorismo enredados nos youtube e facebook

Assim, em nome da liberdade de expressão e da imparcialidade, Bala defende a maneira de ser headbanger/ músico de *heavy metal*, uma maneira que, de fato, é conservadora. Deste modo, ele e seu clipe adotam "uma retórica que a aproxima da nova direita", já que a imparcialidade tem a função de "apresentar como universais as ideias particulares e essencialmente parciais das elites dominantes, uma forma de silenciar as vozes dissonantes, contra-hegemônicas" (Coutinho, 2014, p. 135) E, essa falta de posicionamento político, essa "despolitização não significa [...] a dissolução da política, mas, justamente, a retórica de sua negação, um pretexto para o radicalismo" (Fassin, 2009; Lage; Saraiva, 2021, p. 128).

Um radicalismo vestido de "liberdade de expressão", dentro do qual "se escondem grupos que lançam mão de um discurso de ódio e intolerância, como racistas, machistas, xenófobos e outros relacionáveis a ideologias conservadoras" (Senra; Ottati, 2015, p. 112). Essa defesa da liberdade de expressão é o mote do ativista de direita (Tavares, 2022, p. 133).



Comentário sobre o videoclipe "Ditador do Metal" (2020) de R.Bala

Fonte: Fonte: BALA, R. Ditador do Metal. Comentários. Roosevelt Bala (10/10/2020). Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=Q3tAQhzLbJU. Acesso em: 6 ago. 2021.

Vide, por exemplo, quando nos comentários do clipe no youtube, um usuário elegeu Carlos Lopes, contemporâneo de Bala e líder da Dorsal Atlântica, banda carioca de *thrash* metal, como "o cara" do metal nacional e Bala "um hipócrita que parasita o metal" (Bala, 2020, Comentários), outro usuário rebateu "Esse é o teu nome neutro por que tu não sabe se é homem ou mulher?" (Bala, 2020, Comentários), questionando o seu uso da linguagem neutra e colocando em dúvida a sua masculinidade ou a feminilidade. Por fim, mais um usuário, escreveu a respeito da inserção do carimbó em "Ditador do Metal" feita por Bala, "é isso mesmo cara, não há limites pra música, eu sempre curti o Max Cavalera fazendo suas músicas "Metal Macumba"! Haha Dá pra incluir muita coisa brasileira no som sem deixar o lado Metal e ter qualidade!" (Bala, 2020, Comentários), deixou claro o uso pejorativo, ofensivo e racista da expressão "Metal Macumba", para classificar o tipo de *heavy metal* feito pela Sepultura em Roots (1996), quando a banda colocou em suas músicas sons do povo Xavante e da axé music, gênero musical nascido na Bahia, marcado por expressões musicais afro-brasileiras. Foi feita uma ligação do local, do regionalismo, através de um viés conservador, comum ao regime neoconservador de extrema-direita de Bolsonaro, época do clipe "Ditador do Metal".

As defesas dos princípios neoconservadores da extrema-direita, apareceram uma vez mais, em entrevista dada por Bala ao Mundo Metal (2/08/2020), mencionada página do facebook, no mês de agosto, dois meses antes do lançamento de "Ditador do Metal", em seu canal oficial no youtube. Aproveitou para promovê-lo e, é claro, sem qualquer tipo de proibição por parte dos donos da página, para se posicionar politicamente a favor de Bolsonaro, criticar a Lei Rouanet e os músicos que optaram pela neutralidade durante as eleições de 2018 e durante a gestão Bolsonaro (2019-2022): "para agradar todo mundo eu teria que ficar omisso, porque tem algumas pessoas que ficam sem falar nada, vocês sabem disso. Tem muitos colegas que não falam nada" (Bala, 2020). Bala sobre a Lei Rouanet mencionou que:

> Aí você vê uns caras com carreira solidificada, os grandes medalhões da música brasileira, uns sertanejos que já não tem mais onde guardar dinheiro, o cara tem a sua turnê bancada por uma lei, aí o cara além de ter uma verba bancando aquela turnê, ainda tem o dinheiro dos ingressos que ele embolsa também, e a gente não tem esse privilégio. Eu confesso que fico desestimulado, mas eu não sei se isso vai mudar. Eu tenho esperança que com essa reviravolta aí no comando do país, as coisas vão mudar (Bala, Mundo Metal, Facebook, 2/08/2020).



Print da entrevista concedida por Bala ao Mundo Metal

Fonte: BALA, R. Primeira Live Mundo Metal com Roosevelt Bala da banda Stress. Mundo Metal (2/08/2020). Disponível em: https://www.facebook.com/mundo.metal.page/videos/589702041679579/. Acesso em: 1 set. 2023.

Bala ao mencionar a Lei Rouanet, tocou no assunto financiamento à cultura no Brasil. Sobre isso, é importante contextualizar como ele ocorre, já que é "a principal política cultural federal e de maior impacto no país" (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 7). O modelo de financiamento à cultura no Brasil "tem as leis de incentivo federal em seu centro. A atual lei de incentivo federal, Lei nº 8.313, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) foi criada em 1991. Essa lei ficou popularmente conhecida como Lei Rouanet por conta do seu idealizador Sérgio Paulo Rouanet" (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 7). Esse sistema de financiamento à cultura colocado pela lei foi "pensada como um sistema coeso", contudo, na realidade o que acontece "é uma supervalorização do mecanismo de Incentivo Fiscal (Mecenato)" (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 8). Aproximadamente, "90% (Paiva Neto, 2017, p. 36) dos recursos disponibilizados do PRONAC vem desse mecanismo. Por conta dessa concentração dos recursos, inclusive, os termos Lei Rouanet e Incentivo Fiscal se confundem" (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 8).

Na esfera federal, o Incentivo Fiscal à Cultura funciona "com a seleção de projetos pelo Ministério ou Secretaria de Cultura que poderão buscar a captação de recursos junto a pessoas físicas e jurídicas que descontem parte do tributo do Imposto de Renda (IR) devido" (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 8).

Nos governos Lula e Dilma, foram implementadas políticas que "reconheciam as pluralidades e tensões das identidades de atores sociais com aumento de recursos do Fundo Nacional de Cultura com editais voltados a projetos com temáticas ou para públicos específicos como LGBTQIA+, mulheres, negros, indígenas, agentes culturais de pequenos municípios, mestres da cultura popular, ciganos etc." (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 8). Somado a isso, houve

um "aumento considerável no recurso financeiro por meio de incentivo fiscal (tanto a Lei Rouanet quanto a Lei do Audiovisual — Lei 8.685/93), o que trouxe a muitas pessoas a ideia de que a Rouanet tenha sido criada pelos governos do PT" (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 8). E, foi "ampliado o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), mecanismo de fomento administrado pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), cuja arrecadação vem principalmente da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Codecine) pago por toda obra audiovisual (inclusive publicidade)" (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 8).

Entretanto, esse mecanismo de incentivo fiscal à cultura continuou sendo "privilegiado de maneira ostensiva e priorizando, muito comumente, as produções artísticas que atraem maior público e visibilidade, e que acabam se concentrando no eixo Rio-São Paulo" (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 8). Essa fragilidade do Fundo Nacional de Cultura "não conseguiu dar conta da pluralidade das manifestações culturais do país, apesar dos destaques dados a editais dedicados às políticas de reconhecimento" (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 8).

Essa legislação sobre o financiamento à cultura "passou a ser amplamente criticada num campo semântico ligado às direitas, causando um tensionamento moral" (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 8). Ela já vinha recebendo críticas há anos, em função dos seu problemas citados à pouco. Mas, foi a partir de 2016, instante do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, polarização política e maior aparecimento de uma extrema-direita, que "passaram a crescer críticas e polêmicas diferentes, em especial nas redes sociais" (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 8-9).

A fala de Bala sobre a Lei Rouanet situa-se nesse intervalo de mudanças políticas e, chama atenção pela desinformação quanto ao seu funcionamento, afirmações erradas sobre o uso de verbas públicas feito por músicos e apontamentos sobre mudanças em seu formato. Bala sobre os músicos e os usos que fazem da Lei Rouanet "Aí você vê uns caras com carreira solidificada, os grandes medalhões da música brasileira, uns sertanejos que já não tem mais onde guardar dinheiro, o cara tem a sua turnê bancada por uma lei, aí o cara além de ter uma verba bancando aquela turnê, ainda tem o dinheiro dos ingressos que ele embolsa também" (Bala, Mundo Metal, Facebook, 2/08/2020). A turnê, dos "medalhões da música brasileira" e "uns sertanejos", pelo que expôs da lei, não é financiada por ela, ou seja, o governo federal não financia nenhum tipo de turnê de nenhum artista. Esse montante tem que ser captado junto ao mercado, à iniciativa privada, seja pessoa fisica ou jurídica. Em vista do desconto no imposto de renda de algum ente privado, ele disponibiliza o patrocínio para atividades de músicos, musicistas e bandas. Desinformação e falas equivocadas de Bala quanto ao funcionamento da Lei Rouanet.

Bala sublinhou que os artistas da MPB e sertanejo "são caras com carreira solidificada" que "já não tem mais onde guardar dinheiro" (Bala, Mundo Metal, Facebook, 2/08/2020). Por trás desse entendimento de Bala, está um olhar ultraliberal das críticas à Lei Rouanet de diminuição de impostos para

que se tenha mais verba pública acessível ao setor cultural. No entanto, "os artistas famosos poderiam e deveriam financiar suas produções apenas com a iniciativa privada" (Dumas; Vasconcelos, 2021, p. 9), assim, não precisariam usar recursos obtidos via Lei Rouanet, não enriqueceriam e sobraria dinheiro para "os músicos que mais precisam" como o próprio Bala. Nessa mesma entrevista ao Mundo Metal, Giovani Vieira, entrevistador e colaborador da página detalhou ainda mais esse ponto "foi criada uma lei chamada Lei Rouanet, que na minha opinião deveria favorecer bandas como o *Stress*, como o Azul Limão, como o Metalmorfose, mas na verdade essa lei foi usada para quê? Para quem já tem muita grana, como Ivete Sangalo, Luan Santana, Adriana Calcanhoto" (Vieira, Mundo Metal, Facebook, 2/08/2020), assinalando os "privilégios" e "benefícios" obtidos pela MPB e sertanejo junto às ditas "verbas públicas dadas" pelo governo federal via Lei Rouanet e, marcando o seu uso "injusto" por ela não favorecer as bandas nacionais precursoras de *heavy metal* dos anos 1980, a saber, a *Stress*, Azul Limão e Metalmorfose.

Quando Lage e Saraiva (2021, p. 136) apontam o ressentimento como um dos mais importantes afetos das Guerras Culturais, eles descrevem uma "frustração inculcada pelo populismo de direita no seio da classe trabalhadora em relação àqueles que, pela sua ótica, seriam beneficiários de um 'tratamento especial' na distribuição de verbas públicas, como as de fomento à cultura". Esse trecho da fala de Bala, não mostra só uma frustração. Ele mostra contradições dentro do próprio feixe discursivo da música pela extrema-direita neoconservadora, quando atravessada pelo *heavy metal*, já que, o foco dos discursos sobre utilização indevida de recursos públicos — caso da Lei Rouanet —, propagado pelos bolsonaristas era a MPB. Ela, considerada música de esquerdistas e, não a música sertaneja, considerada aliada, defensora de valores e ideários de direita. Em meio a essas frustrações e contradições, Bala queixou-se que "a gente não tem esse privilégio", o *heavy metal* não tem esse privilégio. E, depositou "esperança" no governo Bolsonaro, para ter esse privilégio, já que ele o apoiou.

Bala, partindo desse caso localizado de artistas/bandas e seus acesso às verbas públicas possibilitadas pela Lei Rouanet, dissecou esses impactos socioeconômicos produzidos por um projeto político criado para combater as desigualdades sociais:

> Eu só resolvi tomar uma atitude porque chegou um momento em que a gente foi tão prejudicado pela situação econômica do país, que nós, artistas, sentimos na pele a falta de shows, a falta de trabalho. Os próprios contratantes já não tinham condições de nos contratar, os donos de casas de show não tinham condições de pagar os músicos. Isso aí foi se refletindo em toda a cadeia de profissionais da música e da arte, e isso aí chegou aqui em casa. Chegou um momento em que eu tinha, por exemplo, sete shows por semana, com meu trabalho local, aqui, e chegou um momento em que isso se reduziu a dois shows por semana, só para você ter uma ideia. E com os cachês ainda reduzidos. Isso afetou muito a nossa casa, o nosso padrão de vida. Eu tenho uma filha, nós temos nossas contas, como todo mundo tem. E a partir daquilo, eu comecei a observar porque estava

> acontecendo isso. Não só eu, todo o Brasil viu o que estava acontecendo. Aquele sistema que estava ali, que a gente tanto defendeu quando era garoto. "Ah, eu sou contra o sistema, eu sou contra isso, sou esquerdista", aquela coisa toda que a gente sempre defendeu quando era garoto, né? Aquilo tudo era balela, a gente foi traído. Porque aqueles que a gente colocou lá, dando toda a assinatura, nós assinamos embaixo, aqueles nos traíram, nos deixaram na miséria, praticamente (Bala, Mundo Metal, Facebook, 2/08/2020).

Desenvolvi mais essas afirmações de Bala, ao ponto de constatar que, situadamente, ele discursa sobre a "masculinidade branca ferida e raivosa" (Brown, 2019, p.209). Ela teve seus privilégios e posições de poder diminuídas, em função dos sucessos das políticas públicas petistas implantadas para enfrentar as desigualdades do país. Por isso, o desapontamento e a desilusão, quando ele atesta que aquilo tudo (a posição política à esquerda defendida desde jovem) "era balela, a gente foi traído. Porque aqueles que a gente colocou lá, dando toda a assinatura, nós assinamos embaixo, aqueles nos traíram, nos deixaram na miséria, praticamente" (Bala, Mundo Metal, Facebook, 2/08/2020). Era preciso "abrir mão disso aí, cara, alguma coisa tá errada. Tudo que eu acreditava é mentira" (Bala, Mundo Metal, Facebook, 2/08/2020).

Essa mesma masculinidade branca ressentida de Bala, lamentadora da gradativa perda de sua hegemonia na cena local e nacional, ao confirmar na Live da Mundo Metal por conta das restrições da pandemia de COVID-19 que, "Ditador do Metal" era a última parte sendo lançada de uma trilogia formada por "Troozão da Net" e "Os Cães Ladram e A Caravana Passa", ademais dizia, pelo prisma de Tavares (2022, p. 131), serem canções com "teor altamente político, cujas letras versavam sobre o excesso de regras e divisões políticas na cena contemporânea de *heavy metal* e revelavam um certo saudosismo de um sentimento de liberdade experimentado durante as décadas de 1970 e 1980".

Sem embargo de Bala relatar na Roadie Crew de Outubro de 2019 que "criaram-se regras absurdas", "agora temos *headbangers* de direita e esquerda, ou seja, ainda tem mais essa", antes (anos 1980) "viviamos como uma verdadeira irmandade, todos procuravam se ajudar" e se "todo mundo fosse apoiador de uma cena só, o Brasil poderia ter a cena de metal mais forte do mundo" (Bala, Roadie Crew, 2019, p. 10), o próprio, nessa Live da Mundo Metal, exclamou "Quais são as regras? Tem uma porrada de regra aí, você não pode ser cristão, você não pode ser de direita, você não pode ser conservador, você não pode vestir camisa cor-de-rosa, sabe, uma porrada de coisa que não pode. Como que não pode, velho? A gente pode tudo" (Bala, Mundo Metal, Facebook, 2/08/2020).

Ele toma partido da extrema-direita e todos os seus componentes, defende sua "liberdade de expressão" e adere à seus valores. Parece estar com a capa da neutralidade, o manto da imparcialidade, todavia, é apenas um recurso, para explicar o seu modus operandi, seu ativismo de extrema-direita. Esses discursos de ódio,

essa "agressão e sevícia são alimentadas pela valorização neoliberal da liberdade libertária, pela masculinidade branca ferida e raivosa e pela depressão radical da consciência e da obrigação social realizada pelo niilismo" (Brown, 2019, p. 209). As organizações desses discursos, dão-se por "ataques neoliberais ao social e ao político e pela legitimação neoliberal da indiferença em relação aos apuros ou ao destino de outros humanos, de outras espécies ou do planeta" (Brown, 2019, p. 209). Efetivamente, enlaçado com o norte neoliberal, esse neoconservadorismo da extrema-direita, assume uma forma niilista de ação nos "ataques aos liberais e às pessoas de esquerda, às feministas, aos antirracistas e outros" (Brown, 2019, p. 209). E, essa liberdade de expressão, "liberdade libertária" defendida por ela, ataca e destrói, "enquanto culpa seus objetos de chacota pela ruína dos valores e da ordem tradicional" (Brown, 2019, p. 210).

Considerações finais

A plataforma e os influenciadores neoconservadores dela, foram centrais para o processo de consolidação de uma extrema-direita radicalizada no país, a começar pela eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2018 (Fisher; Taub, 2019)[23]. Tavares (2022), acerca da relação plataformas digitais, cenário *heavy metal* nacional e neoconservadorismo da extrema-direita, marcou o quanto muitas páginas especializadas em *heavy metal* do facebook, como o "Mundo Metal" por exemplo, se ligavam com outras páginas de militância política, tais quais, "Headbangers do Brasil – Que Odeiam Socialismo", "Opressores do Rock", "Roqueiros e Headbangers de Direita", "Pinochet Zuero", "Pérolas do Estatismo", "Comuninhas Camaradas" e "Verdades Cruéis", conceituadas por promoverem "ataques a minorias e figuras públicas associadas à esquerda, ridicularização de atores da cena que se declaram adeptos de posições progressistas, tratados como lacradores", e utilização em larga escala de uma "estética do choque que, em certa medida, coaduna-se com uma tradição headbanger de apelo ao grotesco, ao violento e ao escatológico" (Tavares, 2022, p. 138).

E, o "Mundo Metal" espraiou-se e, funciona em rede, pelas plataformas youtube e instagram, além de ser um site. E, pensando com Miller-Idriss (2020, p. 138-139), complementando as descrições "Sociedade da Plataforma" ou "Ecossistema de Mídias de Conectividade" (Van Dicjk, 2019, 2018, 2013), nesse estudo de caso, vislumbrei uma "ecologia do ódio online", na qual, a "extrema-direita criou, cultivou e armou a internet", basendo-se "numa combinação estratégica de atividades online e off-line que permitem a extrema-direita maximizar a circulação, comunicação e eficácia das ideologias da extremadireita", ajudando aqueles na extrema-direita "comunicarem uns com os outros, ampliando redes, construindo recursos que apoiem ativismo, violência e crescimento do movimento e, trazendo conexões online com off-line engajamentos e redes".

No caso do youtube, ele provou ser uma plataforma especial útil, por causa de sua popularidade — rivaliza com

a televisão tradicional em audiência — e porque o meio "permite as 'e-celebridades' da extrema-direita engajarem-se com influenciadores populares ao aparecerem como convidados em outros canais especializados" (Miller-Idriss, 2020, p. 146). Isso, em troca, "empresta legitimidade e validação para retórica sexista e racista, que eles enquadram como meras tentativas de 'desencadear' liberais e lutar por 'liberdade de expressão'" (Miller-Idriss, 2020, p. 146-147). Com 5.838 visualizações, 452 curtidas, 220 comentários, 2 mil e 600 inscritos no seu canal do youtube e, 3 mil e 700 pessoas assistindo, 158 curtidas, 215 comentários e 52compartilhamentos na Live do Mundo Metal página do facebook, desde o seu lançamento e no dia dessa entrevista, "Ditador do Metal" e R.Bala, conseguiram formar alianças identitárias e incentivar o engajamento significativo entre os(as) usuários(as), em torno dos seus discursos extremistas (Bala, Youtube, 10/10/2020; Mundo Metal, 2/08/2020).

Notas

[2] Nascido em 23 de janeiro de 1961, 62 anos, homem, cisgênero e heterossexual, branco, Educação Básica completada na Escola Técnica, atual IFPA, graduado em Processamento de Dados e Ciências da Informática pela UFPA, trabalhou na Petrobrás no começo dos anos 80, atualmente é músico profissional atuando nas bandas Zona Rural e Stress, casado e pai de uma filha, morador do bairro da Campina, centro de Belém.

[3] BALA, R. Publicações (6 de maio 2022). Disponível em: https://www.facebook.com/roosevelt.bala. Acesso em: 13 maio 2022.

[4] BALA, R. Entrevista concedida a Bernard Arthur Silva da Silva. Belém: [s. n.], 2008.

[5] No *heavy metal*, segundo Sena (2019, p. 47-48), desde os anos 1970, a transgressão dos valores conservadores, cedeu lugar ao aumento da fama, assinatura de contratos com grandes gravadoras, altos lucros oriundos de turnês internacionais e grandes vendagens de discos. Músicos passaram a adotar um discurso conservador, religioso e meritocrático, afastando-se assim, do aspecto contracultural. Apenas mantiveram a imagem de "revolta" ligada ao som pesado, como uma forma de continuar obtendo renda: B.Sabbath, D.Purple, D.Mustaine (Megadeth), G.Simmons (Kiss), T.Araya (Slayer), B.Dickinson (I.Maiden), O.Osbourne (B.Sabbath), A.Cooper, P.Anselmo (Down e ex-Pantera), grande parcela de bandas europeias e asiáticas de Black Metal. No Brasil, desde a eleição presidencial de 2018, além de R.Bala (Stress, PA), R.Confessori (Shaman, ex-Angra e Korzus, SP), C.Lee (S.Mínimo, SP) e O.Augusto (Taurus,RJ), outros músicos do cenário nacional, posicionaram-se politicamente, ao lado de Bolsonaro, líder da extrema-direita no país e que, governou o país, entre 2019-2022.

[6] A letra da música "Corrupção" (2007) de R.Bala: "Porque vocês insistem na traição/O povo é humilde...Mas, não é besta/Confiamos em vocês...Pra quê?/Pra ver essa sujeira?/Mas, não venham outra vez...Porque.../...Vão apodrecer na cadeia/Vocês vão sentir a força da Nação/Suas cabeças dançam em nossas mãos/Nunca mais mentiras/Nunca mais Corrupção/Nunca mais mentiras/Nunca mais Corrupção/Como é que a ganancia pode te possuir/Dinheiro e poder já não te bastam?/Mas, a casa caiu, o esgoto se abriu/E a lama fede...fede/Agora os "ratos" fogem/Deixando rastro de vermes e fezes/Vocês vão sentir a força da Nação/Suas cabeças dançam em nossas mãos/Nunca mais mentiras/Nunca mais Corrupção/Nunca mais mentiras/Nunca mais Corrupção. Ver: BALA, R. Roosevelt Bala – Corrupção. Roosevelt Bala (3/03/2020). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xIteBjSNwDU&list=RDxIteBjSNwDU&start_radio=1. Acesso em: 13 set. 2025.

[7] A etnografia digital é uma imersão pessoal na interação mediada, plataformizada, ou seja, aonde as práticas sociais são mediadas pela internet, pelas plataformas,

sites e blogs. A observação é dada mediante a participação secreta, observando as bandas, os músicos e seus comportamentos nas plataformas digitais e coletando dados publicados (HINE, 2004, p.82). Devo mencionar que, por ser um insider dessa cena, em muitos casos, não todos, sou amigo deles(as) no facebook, inscrito em seus canais do youtube e seguidor dos seus Instagram. A minha coleta de dados está sustentada em informação a partir de materiais das redes sociais, quer dizer, mediante uma análise das publicações nessas plataformas. E, a etnografia multilocal é exercitar o mapeamento de um terreno, cartografar a mudança social (Marcus, 2001, p. 113; Tilly, 1998). Assim, pois, a coleta de dados seria via as plataformas digitais e outras fontes na internet, da onde sigo as pessoas, observando as bandas, os músicos e suas significações estratégicas mais a metáfora do âmbito do discurso e signos (Marcus, 2001, p. 118-119).

[8] Usamos a observação de Hobsbawm (1998), que afirma ser impensável a atividade do cientista social sem levar em consideração a relação existente entre estrutura social e transformações, ou seja, a História das Sociedades. Hebe Castro (1997) corrobora essa visão explicando ser o problema central da História Social o modo de constituição dos atores históricos coletivos (as classes, os grupos sociais, as categorias sócio-profissionais) e suas relações que conformavam historicamente as estruturas sociais. No caso, os(as) headbangers (traduzindo "batedores de cabeça", adeptos do *Heavy Metal* que, nos shows desse gênero musical, balançam a cabeça com seus cabelos longos, freneticamente, executando assim, a sua "dança") e suas relações com a sociedade e espaços da capital paraense, sejam eles físicos ou digitais, durante o século XXI.

[9] Portanto, por entendermos que o *Heavy Metal* estava sendo gestado e produzido historicamente no âmago do tecido social (Hobsbawm, 1998; Castro, 1997), usamos as observações de Hobsbawm (1989), retiradas de seu estudo sobre o jazz no século XX, para quem a História Social da Música não a analisa como um fenômeno em si mesmo, uma paixão e muito menos um hobby, mas como um elemento da vida moderna. Tal perspectiva é corroborada por Paulo Chacon (1985) e Paul Friedlander (2008), que alertam os historiadores para o internacionalismo, interação com o público e caráter mercadológico (produto e mercado consumidor), além dos elementos da produção musical do rock (letra, histórico do artista, contexto social e performance), tão encrustados na sociedade. Os estudos de *heavy metal* é um estudo de uma área de conteúdo. Portanto, acontece aqui, uma aplicação de disciplinas múltiplas, métodos múltiplos e paradigmas teóricos múltiplos (Brown; Kahn-Harris; Spracklen; Scott, 2016, p. 11). Daí, a procedência de entrelaçar história social do rock com os estudos de *heavy metal* para resultar numa "história social do *heavy metal*". Isso visa levar em consideração, a constituição dos headbangers na cena metálica belenense e suas práticas sociais que lapidam suas masculinidades no século XXI.

[10] BALA, R. Ditador do Metal. Roosevelt Bala, Comentários (10/10/2020). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Q3tAQhzLbJU. Acesso em: 6 ago. 2021.

[11] Para o meu artigo, de largada, opto em pensar a cena local, como conceituaram Janotti Jr e Pereira de Sá (2013, p. 5) "um modo de construir cidades e músicas: mesmo que essas sejam urbes imaginárias e as sonoridades agregados musicais disformes". A noção de cena "está diretamente relacionada aos modos como certos movimentos culturais projetam mundos e rotulam afazeres musicais".

[12] Acerca dessa música, se eu considerar que, o gênero musical *heavy metal*, teve seu discurso moldado e estabelecido historicamente, desde sua origem entre o final dos anos 60 e começo dos 70, pelo patriarcado norteado por uma masculinidade hegemônica branca, operária, heterossexual, oriunda dos EUA e Inglaterra (Vasan, 2011, p. 333-335; Walser, 1993, p. 109; Weinstein, 2009, p. 17-33) então, o que pode ser definido como "*heavy metal*" e, quem pode ser denominado de "headbanger", o apreciador desse tipo de música, partem de definições masculinas, logo, vários elementos que "fogem à norma", são vistos enquanto desviantes, como a questão do feminino (Batista; Santos, 2020, p. 1-22; Pacheco, 2006, p. 1-8). Essas definições ligadas às dimensões sonoras (o "poder", a "força" e a "agressividade" vindo do volume da música e guitarra, contrabaixo, bateria e vocal como fontes dessa sonoridade), visual (calça jeans, jaqueta de couro e camisa preta estampada com o emblema da banda favorita ou com a capa do disco dela, cabelos longos, corpos tatuados e cheios de piercings) e verbal (comunicação via palavras, podendo ser nomes das bandas, letras das músicas, títulos dos álbuns, palavras e frases) (Weinstein, 2000, p. 21-43), constroem as identidades do *heavy metal* e headbangers, além das alteridades, dos "outros", dos "desviantes", dos que "não são do *heavy metal*", "não são headbangers" (Pacheco, 2006).

[13] A masculinidade cúmplice não incorpora verdadeiramente a masculinidade hegemônica. Ainda sim, pela prática, torna real alguns dos benefícios das relações desiguais de gênero e, consequentemente, quando praticados, ajudam a manter a masculinidade hegemônica (Connell, 2005, p. 79). A hipermasculinidade é o protótipo de uma exagerada performance masculina, de modo que o "homem estereotipado" frequentemente performa seu gênero através da hostilidade, dominação das mulheres, e insensível comportamento sexual. Hipermasculinidade enfatiza a conquista heterossexual das mulheres como um importante aspecto da performance da masculinidade tradicional [...] Hipermasculinidade pode se extender além do reino sexual, tanto que hipermasculinidade endossa idéias tradicionais sobre a necessidade de homens de serem altamente respeitados e ganharem esse respeito ao serem agressivos e não femininos (Shafer et al., 2018, p. 45).

[14] Com o desejo de saber lidar com esse componente racial da cena, aciono o conceito de branquitude elaborado por Lourenço Cardoso (2014, p. 17), para quem "significa pertença étnico-racial atribuída ao branco". Posso entende-la como "o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não-brancos, dessa forma, significa ser menos do que ele". Ser branco "se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, a expressão do ser, e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais, simbólicos e materiais". Ser branco "significa

mais do que ocupar os espaços de poder. Significa a própria geografia existencial do poder" (Cardoso, 2014, p. 17).

[15] O neoconservadorismo apareceu no final dos anos 1960, em meio à crise econômica que atingiu o capitalismo. Para os neoconservadores, a crise econômica era uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade, desde os primórdios da civilização ocidental, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal. O principal motivo da crise, então, era o intervencionismo estatal. O abandono dos valores tradicionais da sociedade ocidental, apagou as diferenças naturais existentes entre os indivíduos. E, isso levou a uma degradação cultural sem precedentes. A prova disso, argumentam os neoconservadores, seria a "infestação" de hippies, sindicalistas, estudantes, comunistas, negros, feministas e comunidade LGBTQUI+, impulsionada pelas permissividade e assistencialismo estatal. Como solução para essa crise, as pautas neoconservadoras, advogam em favor da restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação de um estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa (Almeida, 2018, p. 27-28). Uma ordem, fundada, comandada, por uma masculinidade hegemônica cis heterossexual branca classe média/média alta, cristã (orientações católica e neopentecostal) de traços regressivos hipermasculinos, recheado de individualismo, privilégios, meritocracia, predestinação, militarização e condutas violentas para com as mulheres. (Barreira, 2022, p. 15; Lacerda, 2019, p. 22). A mesma ordem que, guarda semelhanças, junto ao *heavy metal* e, vem cooptando músicos e fãs. Nas discussões sobre essa dita "crise moral", emergiu uma "gradativa substituição no debate público de temas relacionados ao bem comum e à melhor distribuição das riquezas por pautas que dialogavam com valores morais" (Tavares, 2022, p. 106), a caracterização das Guerras Culturais, fenômeno da política contemporânea, surgida nos EUA, durante os anos 1990. Algo que, guiou o entendimento neoconservador e, aportou no Brasil em 2018, a partir da corrida presidencial.

[16] Relaciona-se com ideia, na qual, ela "é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita". E, assim, baseia-se na "realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente". Elas são inerentes, à pergunta criada para entender algum aspecto da cena local e, dos tempos vividos pelos músicos e headbangers. Essa conexão com o retorno dessa pesquisa e de todo o seu material colhido para as pessoas participantes dela, é inquebrável, imprescindível e necessária (Alberti, 2011, p. 155).

[17] Em seguida, as revistas especializadas em *heavy metal* vinculadas, apesar de específicas, ao mainstream do *heavy metal*. Segundo Janotti Júnior (2004, p. 47-49), são "importantes fontes de circulação dos mitos e relatos metálicos", representam o "grande código de reconhecimento e aceitação entre os fãs de *Heavy Metal*" e "organizam e estruturam a arqueologia do universo metálico". Logo, "discutir a trajetória heroica das bandas, reiterar as fronteiras do gênero e diferenciar os diversos subgêneros são importantes alicerces da sociabilidade metálica". Tais relatos metálicos, presentes nessas revistas, constituem narrativas "que ordenam a história do metal, dotando de sentido o *heavy metal* e sua inserção na trajetória do rock, em contraposição à suposta desordem da música pop, considerada profana e caótica pelos fãs".

[18] E, os temas das letras dessas músicas fazem parte da dimensão verbal do *heavy metal*, podem ser divididas em dois grupos: as temáticas caóticas e as dionisíacas. O primeiro abrange desordem, conflito, oposição, contradição, incorporação de imagens de monstros, do grotesco, destruição, desastre, injustiça, resistência, rebelião e morte. Quase todos os subgêneros musicais do *heavy metal*, como o thrash metal, por exemplo, valorizam muito, em suas letras de música, essas temáticas (Weinstein, 2000, p. 38-43). Além disso, sobre Stress e Roosevelt Bala, o discurso caótico de algumas letras de músicas, como "Ditador do Metal" (2020) demasiado centrado em narrativas protagonizadas por guerreiros homens brancos heterossexuais, emaranharam-se com o neoconservadorismo político da extrema-direita. Uma peculiaridade, aviso, não passou despercebida nesse trabalho.

[19] Essa "sociedade da plataforma" (Van Dicjk, 2019) refere-se "[...] à inextricável relação entre plataformas online e estruturas societais. Muitos dos nossos setores sociais, seja transporte, saúde, educação ou jornalismo, têm se tornado quase inteiramente dependentes das infraestruturas digitais providenciadas pelas cinco grandes empresas de plataformas dos Estados Unidos: Google (Alphabet), Amazon, Facebook, Apple e Microsoft. Eles arquitetaram suas infraestruturas de acordo com os mecanismos de plataforma que nós definimos como datafication, mercantilização e seleção algorítmica. Gradualmente, devido às nossas dependências em relação a determinadas infraestruturas, esses mecanismos começam a estruturar nossas vidas inteiras. Por exemplo, as organizações jornalísticas estão cada vez mais dependentes dos mecanismos de distribuição online possuídos e operados por Facebook e Google. As escolas e universidades começaram a reestruturar seus currículos a partir dos ambientes personalizados de aprendizado fornecidos por Google, Amazon, Facebook e Microsoft.

[20] Por "Videoclipe Pós-MTV", Pereira de Sá (2016, p. 61) refere-se "a um conjunto heterogêneo de produções que circula preferencialmente na plataforma do Youtube, espraiando-se por outros ambientes; e que abrange um conjunto de fragmentos audiovisuais de origens heterogêneas que vão do vídeo do show postado por um fã, passando pela infinidade de paródias, tributos e homenagens e chegando até os vídeos "profissionais" que divulgam as novas músicas dos cantores com carreiras (mais ou menos)". Alargando os dizeres de Sá (2017, p. 10), para quem "o videoclipe que circula no YouTube é um ator enredado numa rede afetiva e sociotécnica distinta daquele do videoclipe da Era MTV". Isto é, Janotti Jr e Alcantara (2018, p. 7) fazendo coro, assistir um videoclipe hoje significa "adentrar um mar de indicações automáticas, comentários, likes e dislikes" e, navegar pelas plataformas stream de produtos

audiovisuais, "fica-se atrelado a um sistema de recomendações quase infinito, e que não deixa de ser outro modo de enredamento do fruidor".

[21] Taylor (2013, p. 60) entende o roteiro "como paradigmas que estruturam interações sociais, territórios, comportamentos e nos fazem ver potências de mudança". Com esse entendimento, a autora (2013, p. 60) busca "exemplificar possibilidades de repensar, pelos estudos de performance, as metodologias críticas" (Gutmann, 2021, p. 87). O roteiro como a performance "nunca significa pela primeira vez". Seu arcabouço portátil "carrega o peso de repetições cumulativas. O roteiro torna visível, mais uma vez, o que já está lá – os fantasmas, as imagens, os estereótipos". E, obviamente, o roteiro, "ajuda a fazer outras (visões) desaparecerem" (Taylor, 2013, p. 60).

[22] BALA, R. Publicações (22 de abril de 2022). Disponível em: https://www.facebook.com/roosevelt.bala. Acesso em: 13 maio 2022.

[23] FISHER, M.; TAUB, A. How youtube radicalized Brazil (The Interpreter). The New York Times (11/08/2019). Disponível em: https://www.nytimes.com/2019/08/11/world/americas/youtubebrazil.html#:~:text=A%20New%20York%20Times%20investigation,stars%2C%20secretly%20record%20their%20instructors. Acesso em: 12 jan. 2023.

Referências

ALBERTI, V. Fontes orais: histórias dentro da história. *In*: PINSKY, C. B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

ALCÂNTARA, J. A.; JANOTTI JR., J. (org.). **O videoclipe na era pós-televisiva**: questões de gênero e categorias musicais nas obras de Daniel Peixoto e Johnny Hooker. Curitiba: Appris, 2018.

ALMEIDA, S. L. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: GALLEGO, E. S. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 27-32.

BARAJAS, K. B.; CARREÑO, N. P. Desafíos de la etnografia digital en el trabajo de campo onlife. **Virtualis – Revista de Cultural Digital**, Monterey, Mexico, v. 10, n. 18, p. 134-151, 2019. Disponível em: https://www.revistavirtualis.mx/index.php/virtualis/article/view/287. Acesso em: 30 dez. 2023.

BARREIRA, C. da S. **El culto a la masculinidad – Las prácticas de las masculinidades en los repertorios políticos em los grupos neoconservadores en Brasil**. Maestria (Tesis em Ciências Sociales con mencion em Género y Desarollo) – FLACSO Ecuador, Departamento de Sociología y Estudios de Género, Quito, 2022.

BATALHA, R. Stress: um ano de comemorações. Entrevistado: Roosevelt Bala. **Revista Roadie Crew**, São Paulo, ano 15, n. 163, p. 91, ago./2012.

BATISTA, M. R. R.; SANTOS, M. M. dos. Discutindo os rituais: as afirmações masculinas em shows de *heavy metal* (Campina Grande-PB). *In*: Reunião Brasileira de Antropologia: saberes insubmissos – diferenças e direitos, 32., 2020, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: Eduerj, 2020. p. 1-22. Disponível em: http://evento.abant.org.br/rba/32RBA/files/33_2020-12-03_3503_23933.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

BROWN, A. R.; SPRACKLEN, K.; KAHN-HARRIS, K.; SCOTT, N. W. R. Introduction: global metal music and culture and metal studies. *In*: BROWN, A. R.; KAHN-HARRIS, K.; SCOTT, N. W. R.; SPRACKLEN, K. (ed.). **Global metal music and culture**: current directions in metal studies. London: Routledge, 2016. p. 1-21.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

CARDOSO, L. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPGCS/UNESP/Campus Araraquara, Araraquara, 2014.

CASTRO, H. História Social. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHACON, P. **O que é rock**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CHRISTIE, I. **Heavy metal**: a história completa. São Paulo: Arx: Saraiva, 2010.

CONNEL, R. W. **Gender and power**: society, the person and sexual politics. Cambridge/UK: Polity Press, 1987.

CONNELL, R. W. **Masculinities**: knowledge, power and social change. Califórnia: University of California Press, 2005.

COUTINHO, E. G. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. 1. ed. Rio de Janeiro: Morula, 2014.

DIGILABOUR. A sociedade da plataforma: entrevista com José van Dijck. Entrevistas (2019). **Digilabour**, 2019. Disponível em: https://digilabour.com.br/a-sociedade-da-plataforma-entrevista-com-jose-van-dijck/. Acesso em: 24 fev. 2023.

DUMAS, C.; VASCONCELOS, F. P. Impacto das guerras culturais no financiamento à cultura. *In*: ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 17., 2021, Salvador. **Anais** [...] Salvador: UFBA, 27 e 30 de julho, 2021, p.1-15. Disponível em: https://cult.ufba.br/enecult/edicao-2021-xvii-enecult/. Acesso em: 16 set. 2025.

FISHER, M.; TAUB, A. How youtube radicalized Brazil (The Interpreter). **The New York Times**, 2019. Disponível em: https://www.nytimes.com/2019/08/11/world/americas/youtube-brazil.html#:~:text=A%20New%20York%20Times%20investigation,stars%2C%20secretly%20record%20their%20instructors. Acesso em: 12 jan. 2023.

FRIEDLANDER, P. **Rock and roll**: uma história social. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GUTMANN. J. F. **Audiovisual em rede**: derivas conceituais. BH: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021.

HINE, C. **Etnografia digital**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

HOBSBAWM, E. J. **História social do jazz.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, E. J. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANOTTI JR., J. **Heavy Metal com dendê**: rock pesado e mídia em tempos de globalização. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

JANOTTI JR., J.; SÁ, S. P. de (org.). **Cenas musicais**. Guararema: Anadarco, 2013.

KAHN-HARRIS, K. **Extreme metal**: music and culture on the edge. Oxford and New York: Berg, 2007.

LACERDA, M. B. **O neoconservadorismo de periferia**: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. Tese (Doutorado em Ciência Política) – CCS, IESP, PPGCP/UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

LAGE, L. R.; SARAIVA, L. S. Ressentimento e guerra cultural no populismo de extrema direita: tensões morais e fronteiras de antagonismo. **Revista Eco-Pós**, [*S. l.*], v. 24, n. 2, p. 124–150, 2021. DOI: 10.29146/ecopos.v24i2.27704. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27704. Acesso em: 27 jul. 2023.

MELO, C. T. V. de; VAZ, P. Guerras culturais: conceito e trajetória. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 6-40, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27791. Acesso em: 18 dez. 2024.

MILLER-IDRISS, C. Weaponising online spaces. *In*: MILLER-IDRISS, C. **Hate in the homeland**: the new global far right. New Jersey/USA/Oxfordshire/UK: Princeton University Press, 2020.

MUNDO METAL. **Ouça "Ditador do Metal"**, a música mais ácida do ano! Facebook, 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/mundo.metal.page/photos/a.224280884422709/1458776310973154/. Acesso em: 1 set. 2023.

PACHECO, L. T. "Som de macho": uma reflexão sobre identidade, masculinidade e alteridade entre os headbangers. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITO, 7., 2006, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: [S. n.], 2006. p. 1-8.

PRATA, T. Cenário. Stress: devastação, fogo e poder. Entrevistado: Stress. **Roadie Crew**, São Paulo, ano 22, n. 249, out. 2019.

SÁ, S. P. de. Cultura digital, videoclipes e a consolidação da rede de música brasileira pop periférica. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: COMPÓS, 2017. p. 1-24. Disponível em: https://proceedings.science/compos/compos-2017/trabalhos/culturadigital-videoclipes-e-a-consolidacao-da-rede-de-musica-brasileira-pop-pe?lang=pt-br. Acesso em: 30 dez. 2023.

SÁ, S. P. de. Somos todos fãs e haters? Cultura pop, afetos e performance de gosto nos sites das redes sociais. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 50-67, 2016. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/5421. Acesso em: 30 dez. 2023.

SENA, R. S. **Da transgressão ao conservadorismo**: a escalada da extrema direita na cena metal. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFCG, Campina Grande, 2019.

SENRA, F. P.; OTATTI, R. D. G. A marcha (neo)conservadora do cantor Lobão. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 103-121, jul./dez., 2015. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19523. Acesso em: 22 fev. 2024.

SHAFER, A.; ORTIZ, R. R.; THOMPSON, B.; HUEMMER, J. The role of hypermasculinity, token resistance, rape myth, and assertive sexual consent communication among college men. **Journal of Adolescent Health**, [*S. l.*], n. 62, p. 44-50, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2017.10.015. Acesso em: 3 dez. 2022.

TAVARES, G. D. S. **Controvérsias e artivismos digitais nas cenas brasileiras de rock e heavy metal**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – UFRJ/PPGCOM, Rio de Janeiro, 2022.

TAYLOR, D. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

VAN DIJCK, J. **Mediated memories in the digital age**. Stanford/California/USA: Stanford University Press, 2007.

VAN DIJCK, J. **The culture of connectivity**: a critical history of social media. NY/USA: Oxford University Press, 2013.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WAAL, M. de. **The platform society**: public values in a connective world. NY/USA: Oxford University Press, 2018.

VASAN, S. The price of rebellion: gender boundaries in the death metal scene. **Journal For Cultural Research**, [*S. l.*], v. 15, n. 3, p. 333-335, jul. 2011. Disponível em: http://libgen.gs/scimag/ads.php?doi=10.1080/14797585.2011.594587. Acesso em: 25 jun. 2021.

WALSER, R. **Running with the devil**: power, gender and madness in *heavy metal* music. Hannover/London: Wesleyan University Press, 1993.

WEINSTEIN, D. **Heavy metal**: the music and its culture. Ner York: Da Capo Press, 2000.

WEINSTEIN, D. The empowering masculinity of british *heavy metal*. In: BAYER, G. **Heavy metal music in britain**. Surrey/Londres: Ashgate Publishing Limited, 2009. p. 17-33.

Sobre o autor

Bernard Arthur Silva da Silva – Faculdade de História (UNIFESSPA). Graduado em História e mestre em História Social da Amazônia pelo PPHIST-UFPA. Doutor em Comunicação pelo PPGCOM-UFPE. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8301-7091.


SCIENTIA
INTERNATIONAL PRESS
CLAEC
Editora